



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 029

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 19 DE ABRIL DE 2005

ANO XXX

Mesa Executiva

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

PEDRO IVO ILKIV

1º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Vice-Presidente - PDT

ARLETE CARAMÊS

3º Vice-Presidente - PPS

NEREU MOURA

1º Secretário - PMDB

GERALDO CARTÁRIO

2º Secretário - PP

ELIO RUSCH

3º Secretário - PFL

RENI PEREIRA

4º Secretário - PSB

PASTOR EDSON PRACZYK

5º Secretário - PL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo	Dobrandino da Silva
Líder da Oposição	Valdir Rossoni
PTB	Carlos Simões
PFL	Plauto Miró Guimarães
PSDB	Ademar Traiano
PMDB	Antonio Anibelli
PP	Cida Borghetti
PT	Tadeu Veneri
PDT	Barbosa Neto
PSL	Luiz Carlos Martins
PL	Mauro Moraes
PPS	Waldir Leite

Representação Partidária

PMDB - 11: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Cleiton Kielse - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - José Maria Ferreira - Nereu Moura - Rafael Greca; **PT** - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; **PSDB** - 09: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; **PFL** - 04: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; **PPS** - 04: Arlete Caramês - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; **PP** - 04: Cida Borghetti - Duílio Genari - Cesar Seleme - Geraldo Cartário; **PTB** - 03: Ailton Araújo - Carlos Simões - Jocelito Canto; **PL** - 03: Chico Noroeste - Mauro Moraes - Pastor Edson Praczyk; **PSB** - 02: José Domingos Scarpellini - Reni Pereira; **PSL** - 01: Luiz Carlos Martins.

SUMÁRIO

029ª SESSÃO ORDINÁRIA	02
Lista de presenças.....	02
Expediente	
Indicação	03
Requerimentos	03
Projetos de Lei	03
Horário do Pequeno Expediente	
Dep. Padre Paulo Campos.....	19
Dep. André Vargas	20
Dep. Neivo Beraldin	21
Dep. Antonio Anibelli.....	21
Horário das Lideranças	
Liderança do PSB: Dep. José Domingos Scarpellini	22
Liderança do PPS: Dep. Marcos Isfer	22
Liderança do PDT: Dep. Barbosa Neto.....	23
Liderança do PFL: Dep. Plauto Miró Guimarães	24
Liderança do PT: Dep. Tadeu Veneri	24
Liderança do PSDB: Dep. Valdir Rossoni.....	26
Liderança do PMDB: Dep. Artagão Júnior	28
Liderança do Governo: Dep. Antonio Anibelli	29
Ordem do Dia	
Leitura do Expediente	30
Discussão/Votação	31
Votação Encerrada.....	31
Redação Final.....	51
2ª Discussão	52
1ª Discussão	52
Requerimentos	54
Ordem do dia da próxima Sessão	57

029ª SESSÃO ORDINÁRIA

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 15ª LEGISLATURA ATA DA 029ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 16 DE FEVEREIRO DE 2005

(quarta-feira)

Presidência do Sr. Deputado Hermas Brandão, secretariada pelos Srs. Deputados Nelson Garcia e Luiz Carlos Martins,

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, Pedro Ivo Ilkiv, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, André Vargas, Antonio Anibelli, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Cesar Seleme, Cida Borghetti, Cleiton Kielse, Delegado Bradock, Dobrandino da Silva, Duílio Genari, Durval Amaral, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Francisco Bühner, Hermes Fonseca, Jocelito Canto, José Domingos Scarpellini, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Luiz Nishimori, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Natálio Stica, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Padre Paulo Campos, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni (46). Achando-se ausentes os seguintes Srs. Deputados: Elio Rusch, Ângelo Vanhoni, Carlos Simões, Chico Noroeste, Luciana Rafagnin, Miltinho Pupio, Nelson Justus e Waldir Leite (08)

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO ORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Indicação

INDICAÇÃO Nº 012/2005

Indico à Mesa Diretora, na forma regimental, seja oficiado ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná, para que envie mensagem a esta Casa Legislativa, nos seguintes termos:

Art. 1º Fica autorizado o Governo do Estado do Paraná a conceder o pagamento de horas extras aos policiais militares.

Art. 2º As despesas provenientes da aplicação desta lei correrão à conta de dotações próprias, ficando o Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.04.2005.

(a) MAURO MORAES

JUSTIFICATIVA:

A presente proposição visa amenizar a situação financeira caótica em que se encontram os policiais militares do Estado do Paraná. É público e notório o valor aviltante do salário da categoria, impondo aos mesmos uma situação degradante, tendo que se sujeitar a trabalhos paralelos à sua função para que possam aumentar sua renda, proporcionando assim melhor qualidade de vida aos seus familiares.

Trata-se de uma causa muito justa a esses profissionais que são tão importantes para nossa segurança. É preciso dar incentivo aos policiais quando desempenham tão árdua função em prol de nossa sociedade, garantindo o bem-estar a todos nós, portanto peço aos meus Pares empenho para aprovar tão importante projeto.

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 888

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o arquivamento do Projeto de Lei nº 446/2004, de minha autoria, que alerta dispositivos da Lei nº 11.580/96 - ICMS.

Sala das Sessões, em 19.04.2005.

(a) MARCOS ISFER

REQUERIMENTO Nº 958

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, em conformidade com o

artigo 170, parágrafo 2º do Regimento Interno, REQUER destaque para discussão e votação das emendas de plenário nº 01 e 02 ao Projeto de Lei nº 485/2004, constante da presente Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 19.04.2005.

(aa) DURVAL AMARAL, VALDIR ROSSONI, LUIZ CARLOS MARTINS e ADEMAR TRAIANO.

REQUERIMENTO Nº 959

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, em conformidade com o artigo 170, parágrafo 2º do Regimento Interno, REQUER destaque para discussão e votação da emenda da Comissão de Finanças, nº 01 ao Projeto de Lei nº 485/2004, constante da presente Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 19.04.2005.

(aa) DURVAL AMARAL, VALDIR ROSSONI, LUIZ CARLOS MARTINS e ADEMAR TRAIANO.

REQUERIMENTO Nº 977

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, em conformidade com o artigo 170, parágrafo 2º do Regimento Interno, REQUER destaque para discussão e votação da emenda de plenário nº 01 ao Projeto de Lei nº 485/2004, constante da presente Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 19.04.2005.

(aa) DURVAL AMARAL, BARBOSA NETO, PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES, ADEMAR TRAIANO e VALDIR ROSSONI.

REQUERIMENTO Nº 978

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, em conformidade com o artigo 170, parágrafo 2º do Regimento Interno, REQUER destaque para discussão e votação da emenda de plenário nº 02 ao Projeto de Lei nº 485/2004, constante da presente Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 19.04.2005.

(aa) DURVAL AMARAL, BARBOSA NETO, PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES, ADEMAR TRAIANO e VALDIR ROSSONI.

REQUERIMENTO Nº 927

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER votação em bloco das emendas da Comissão de Finanças nºs 02, 03, 04, 06, 08, 09 e 10 apresentadas ao Projeto de Lei Complementar nº 485/2004.

Sala das Sessões, em 19.04.2005.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

REQUERIMENTO Nº 928

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER votação em bloco das emendas apresentadas em Plenário ao Projeto de Lei Complementar nº 485/2004.

Sala das Sessões, em 19.04.2005.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

Líder do Governo

REQUERIMENTO Nº 929

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER votação em bloco das emendas da Comissão de Finanças nºs 01, 05 e 07 apresentadas ao Projeto de Lei Complementar nº 485/2004.

Sala das Sessões, em 19.04.2005.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

Líder do Governo

REQUERIMENTO Nº 981

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER votação em bloco das emendas da Comissão de Finanças nºs 01, 05 e 07 e das emendas de Plenário apresentadas ao Projeto de Lei Complementar nº 485/2004.

Sala das Sessões, em 19.04.2005.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

Líder do Governo

REQUERIMENTO Nº 981-A

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER votação em bloco das emendas da Comissão de Finanças nºs 01, 05 e 07 da Comissão de Finanças e das emendas de Plenário apresentadas ao Projeto de Lei Complementar nº 485/2004.

Sala das Sessões, em 19.04.2005.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

Líder do Governo

REQUERIMENTO Nº 985

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER votação em bloco das emendas da Comissão de Finanças nºs 01, 05 e 07, das emendas de Plenário e da Subemenda da CCJ apresentadas ao Projeto de Lei Complementar nº 485/2004.

Sala das Sessões, em 19.04.2005.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

Líder do Governo

REQUERIMENTO Nº 987

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, com base no

artigo 81 do Regimento Interno desta Casa de Leis, a prorrogação da presente Sessão Ordinária por duas horas.

Sala das Sessões, em 19.04.2005.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

REQUERIMENTO Nº 912

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e na qualidade de Presidente da Comissão de Direitos Humanos, da Cidadania e de Defesa do Consumidor, REQUER autorização do Plenário para deslocar-se a Brasília no período de 27 a 29 do próximo mês de abril, atendendo convite da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados, para participar do VIII Encontro Parlamentar Nacional de Direitos Humanos.

Sala das Sessões, em 19.04.2005.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

REQUERIMENTO Nº 954

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, vem mui respeitosamente REQUERER, após ouvido o douto Plenário, a autorização desta Casa de Leis para ausentar-se nos dias 27 a 29 deste, para realização de viagem a Florianópolis/SC, a fim de participar da Reunião do Bloco Brasileiro da União de Parlamentares do MERCOSUL - UPM e do IV Fórum do Corregedor Bioceânico Central, promovido pela União de Parlamentar do MERCOSUL - UPM.

Sala das Sessões, em 19.04.2005.

(a) HERMES FONSECA

REQUERIMENTO Nº 975

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER o horário do Grande Expediente da Sessão Plenária do dia 04 de maio próximo, para que o Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano - Renato Adur - explique sobre o curso de formação de Líderes Públicos, entre outros.

Sala das Sessões, em 19.04.2005.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

REQUERIMENTO Nº 930

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, seja cedido o espaço cultural desta Casa de Leis para o lançamento da revista Bem Público que tratará de projetos, ações, programas e iniciativas voltadas para o exercício pleno da cidadania, em parceria com o CREA-PR e UFPR.

O lançamento em questão está previsto para o dia 24 de maio de 2005, a partir das 17h30, momento em que será servido um coquetel com a presença de cerca de duzentas pessoas.

Requer, outrossim, que após a decisão do Plenário sejam tomadas as providências internas necessárias para a realização do evento.

Sala das Sessões, em 19.04.2005.

(a) ANDRÉ VARGAS

Apoiamento:

Marcos Isfer.

REQUERIMENTO Nº 889

Senhor Presidente:

O Deputado Ângelo Vanhoni que se subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o convite do Sr. Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano, Renato Guimarães Adur, para expor a situação e as políticas governamentais para os municípios do litoral paranaense, quanto à infraestrutura, saneamento, geração de renda e meio-ambiente.

A presença do Exmo. Sr. Secretário de Estado possibilitará a esta Casa de Leis atualizar as informações disponíveis sobre esta importante região do Paraná, que abriga, proporcionalmente a maior área coberta de vegetação do nosso Estado, bem como um amplo território marítimo, ampla área de preservação ambiental, constantemente ameaçada por ação predatória, pelo controle inadequado de poluentes e esgotos ou por acidentes decorrentes da via portuária ali instalada. Também é a área mais antiga de colonização européia de nosso Estado e, no entanto, parte de sua população está entre as mais pobres e as que vivem em situações de risco e vulnerabilidade social.

Esta Casa de Leis está qualificada para amplos e importantes debates sobre a vida do Paraná e dos paranaenses. Neste momento gostaria de incluir nesta agenda o Litoral do nosso Estado.

Sala das Sessões, em 19.04.2005.

(a) ÂNGELO VANHONI

REQUERIMENTO Nº 919

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de expediente ao Sr. Eduardo Requião, Superintendente do Porto de Paranaguá, convocando-o para prestar esclarecimentos, no Grande Expediente da Sessão Plenária do próximo dia 27 de abril, sobre o desvio dos recursos arrecadados com a varredura no Porto de Paranaguá, contrariando Lei Estadual, que transfere esses valores para o PROVOPAR.

Nos anos de 2003 e 2004 esses valores não foram repassados e esta Casa de Leis necessita, com a máxima urgência, informações precisas sobre o fato.

Sala das Sessões, em 19.04.2005.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

REQUERIMENTO Nº 956

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o sobe-

rano Plenário, a antecipação da Sessão Ordinária do dia 20 de abril quarta-feira, para logo após o término da Sessão Ordinária de terça-feira.

Sala das Sessões, em 19.04.2005.

(aa) JOCELITO CANTO, ANDRÉ VARGAS, ELTON CARLOS WELTER, HERMES FONSECA, NEIVO BERALDIN, ANTONIO ANIBELLI, NELSON GARCIA, DELEGADO BRADOCK, AILTON ARAÚJO e BARBOSA NETO.

REQUERIMENTO Nº 904

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, voto de profundo pesar pelo falecimento da Sra. Clotilde Rosa Duarte de Oliveira.

Requer, também, envio de correspondência à família enlutada, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 19.04.2005.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 905

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Waldemar Bertipaglia.

Requer, também, envio de correspondência à família enlutada, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 19.04.2005.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 925

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, seja enviado votos de pesar pelo falecimento de Guiomar de Jesus Lopes, ex-Prefeito e ex-Vereador de Francisco Beltrão, ocorrido em 17 de abril de 2005.

Guiomar de Jesus Lopes, ilustre homem público, nasceu em Joaçaba / SC, no dia 06 de agosto de 1935, filho de Mário Lopes da Silveira e Emília Colombo, casado com a Sra. Angelina Lopes e deixou cinco filhos: Alcione, Rosângela, Paulo, Mário e Mauro. Chegou a Francisco Beltrão em 1956, atuava no comércio, indústria e pecuária; atualmente trabalhava na sua propriedade rural no Estado do Amazonas.

Iniciou sua carreira política no Município de Francisco Beltrão, elegendo-se Vereador no período de 1969 a 1972, quando ocupou o cargo de Presidente da Câmara nos anos de 1971/1972.

Elegeram-se Prefeito em duas gestões, de 1983 a 1988 e de 1997 a 2000 e foi Presidente da AMSOP.

Foi dirigente do PMDB por muito tempo. Homem público que sempre se preocupou com as causas sociais

deixando ao povo de Francisco Beltrão a imagem de homem que lutou para desenvolver a cidade e a região, com muita seriedade e ética. Grandes obras foram construídas nos seus mandatos, como: a implantação da FACIBEL, hoje campus da UNIOESTE, implantação do Tecxel e implantação do Centro de Saúde 24 Horas, dentre outras.

Hoje o Município de Francisco Beltrão e a região Sudoeste estão muito tristes pela perda deste que nunca mediu esforços para a construção de uma sociedade mais justa e solidária.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná solidariza-se com a família do Sr. Guiomar de Jesus Lopes, a quem externamos votos de profundo pesar.

Sala das Sessões, em 18.04.2005.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

REQUERIMENTO Nº 969

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento do Sr. João Padilha do Nascimento. Era uma pessoa muito querida por todos que o conheciam, amigos e familiares, deixando muitas saudades. Recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento.

Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 19.04.2005.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 979

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja oficiada à família do Sr. Guiomar Jesus Lopes, o qual residia no Município de Francisco Beltrão, manifestação de profundo pesar desta Assembléia Legislativa pelo seu falecimento, ocorrido no dia 17 de abril.

Sala das Sessões, em 19.04.2005.

(a) ADEMAR TRAIANO

JUSTIFICATIVA:

Tem o presente a finalidade de prestar uma última homenagem ao grande político de estimado valor e muitas qualidades, o qual sempre colocou os interesses da comunidade acima de preocupações pessoais, comprovando sua capacidade administrativa sendo eleito Prefeito do Município de Francisco Beltrão por dois mandatos.

Os muitos exemplos deixados pelo Sr. Guiomar Jesus Lopes, um homem que tanto na vida privada, pública, em seu relacionamento familiar, temos certeza, norteou os caminhos daqueles que tiveram o privilégio de conviver com esta pessoa extraordinária.

REQUERIMENTO Nº 894

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, votos de congratulações para Patrícia Reginato, Miss Medianeira, que representou o Paraná no Miss Brasil 2005, quando obteve o 2º lugar, e irá representar o Brasil no Miss Mundo 2005, que se realizará na China.

Requer, ainda, que do presente se dê ciência aos seus pais, Sr. Clóvis Ato Reginato e Maria Salete Reginato, à Avenida Brasília, 1027 - Medianeira / PR - CEP 85.884-000.

Sala das Sessões, em 18.04.2005.

(a) ADEMIR BIER

REQUERIMENTO Nº 915

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o soberano Plenário, o registro de votos de congratulações ao Clube Atlético Paranaense, pela brilhante conquista do Campeonato Paranaense de Futebol de 2005.

Requer ainda, que se dê ciência, através de correspondência a ser enviada ao Presidente do CAP, diretoria e aos brilhantes jogadores.

Sala das Sessões, em 19.04.2005.

(aa) RENATO GAÚCHO, JOSÉ MARIA FERREIRA, MARCOS ISFER, ALEXANDRE CURI, NELSON JUSTUS, CARLOS SIMÕES, RATINHO JÚNIOR, ÂNGELO VANHONI, NATÁLIO STICA, ADEMIR BIER, DELEGADO BRADDOCK, CESAR SELEME, NEREU MOURA, DURVAL AMARAL e PASTOR EDSON PRACZYK.

REQUERIMENTO Nº 916

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, vem mui respeitosamente REQUERER votos de congratulação ao Clube Atlético Paranaense, pela conquista do Campeonato Paranaense.

O Clube Atlético Paranaense durante todo o campeonato envidou esforços para essa conquista. Essa veio como decorrência de um trabalho em conjunto da Diretoria com os jogadores.

A determinação dos jogadores e de toda a equipe profissional é merecedora de respeito e, com certeza, foi o fator principal que contribuiu para a vitória final.

Sendo merecedor desta singela homenagem, solicito ainda a especial gentileza em notificar o Presidente Sr. João Fleury da Rocha Filho, Presidente do Clube Atlético Paranaense, no endereço: R. Petit Carneiro, 87 - CEP 80240-050.

Sala das Sessões, em 18.04.2005.

(a) MARCOS ISFER

REQUERIMENTO Nº 924

Senhor Presidente:

O Deputado que se subscrive, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, votos de congratulações pela passagem dos 148 anos da edição do livro “O Livro dos Espíritos”, editado em 18 de abril de 1857, por Hippolyte Léon Denizard Rivail, utilizando-se do pseudônimo Allan Kardec, cuja obra contém os princípios e consequências da doutrina espírita, que mobiliza milhões de seres humanos, na política da fraternidade mundial.

Requer outrossim, que após a decisão do Plenário seja enviado expediente à Fundação da Sociedade de Estudos Espíritas - Rua 29 de Junho - Tingüi - CEP 82620-020 - Curitiba / PR e à Federação Espírita do Paraná, Alameda Cabral, 300 - Curitiba / PR.

Sala das Sessões, em 18.04.2005.

(a) ANDRÉ VARGAS

Apoioamento:

Marcos Isfer.

REQUERIMENTO Nº 971

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, votos de aplausos e congratulações ao Sr. Paulo Roberto Lourenço, por prestar importante serviço social para a comunidade de Piraquara, Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 19.04.2005.

(a) FRANCISCO BÜHRER

JUSTIFICATIVA:

É a homenagem que este Poder presta a quem contribuiu muito ao Município de Piraquara.

Há treze anos presta assistência social ao Hospital Colônia Adaauto Botelho, Presidente da Congregação Mariana Imaculada Conceição de Piraquara, implantou a biblioteca e a videoteca paroquial, que contribuem na formação humana e cristã de muitas pessoas.

REQUERIMENTO Nº 980

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, registro de votos de congratulações ao Pastor João Barbosa Macedo, pelos seus 28 anos de pastorado e pela sua posse como Presidente do Campo Eclesiástico de Maringá, da Igreja Evangélica Assembléia de Deus.

Requer ainda, que se dê ciência, através de correspondência a ser enviada à Rua Fernão Dias, 222 - CEP 87013-090 - Maringá / PR.

Sala das Sessões, em 19.04.2005.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO Nº 984

Senhor Presidente:

O Deputado subscrito, no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, ouvido o douto Plenário, a consignação na Ata da Sessão dos trabalhos de hoje de voto de congratulações e sucesso ao Município de Alto Paraná pelo seu 51º aniversário.

Requer, outrossim, que da decisão desta Casa seja dado ciência ao congratulado no endereço: Rua José de Anchieta, 1641, Caixa Postal 61, Centro, Alto Paraná - PR, CEP 87.750-000.

Sala das Sessões, em 19.04.2005.

(a) PADRE PAULO CAMPOS

REQUERIMENTO Nº 898

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos à empresa Buffet Ilha do Mehl, pelo recebimento do Diploma do Programa Alimentos Seguros (PAS) da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA).

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dado ciência ao Sr. João Jacob Mehl, para que receba e transmita aos seus funcionários e colaboradores, a admiração do Poder Legislativo do Paraná.

Sala das Sessões, em 19.04.2005.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

A empresa Buffet Ilha do Mehl, recebeu este mês o diploma do Programa Alimentos Seguros (PAS) da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), de empresa que segue normas rígidas de qualidade e segurança dos alimentos que são servidos ao público. Destaca-se que apenas 1% das empresas brasileiras recebeu este prêmio e no Paraná o Ilha do Mehl é o único.

Segundo o proprietário, Sr. João Jacob Mehl, os funcionários participaram do curso do PAS que analisa a qualidade e higiene dos alimentos desde a origem, o transporte, o preparo e a temperatura de conservação.

O Buffet Ilha do Mehl, já existe a 28 anos. Mas a família está no ramo gastronômico desde 1936, quando Leopoldo Mehl, o pai dele, abriu na Praça Osório o Bar e Confeitaria Stuart. Em 1958, com nome de Restaurante e Confeitaria Iguaçu, mudou de endereço para o então recém-construído Edifício Hauer, na Avenida Luiz Xavier.

Com o apoio dos pais, Jacob Mehl abriu o Buffet que até hoje funciona na Rua Emílio de Menezes esquina com Paulo Graeser Sobrinho.

Desde que foi inaugurado já proporcionou, nos dois salões, a realização de centenas de eventos e mais de cinco mil casamentos.

A histórica conquista do prêmio, da (ANVISA), Agência Nacional de Vigilância Sanitária, ao Buffet Ilha do Mehl, é para nós paranaenses um orgulho.

Proprietário, funcionários e colaboradores colhem, com justiça, os frutos do trabalho realizado com seriedade, e neste sentido fornecem os melhores exemplos de que a organização e o planejamento conduzem a bons resultados. Um título mais que merecido.

Cabe-nos aqui, parabenizar hoje a empresa, Buffet Ilha do Mehl, pelo merecido recebimento do mais alto título de empresas que seguem normas rígidas de qualidade e segurança dos alimentos que são servidos ao consumidor.

Pelo exposto, e por tantos outros destaques da mencionada empresa, a sua direção e todo corpo de funcionários fazem-se merecedores do nosso júbilo e de nossas congratulações, como atestado de que o sucesso é fruto do trabalho e da competência administrativa.

REQUERIMENTO Nº 941

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação da Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, de voto de congratulações e aplausos ao Dia Nacional do Índio.

Requer outrossim, que da decisão da Casa seja dado ciência ao Sr. Mércio Pereira Gomes, Presidente da FUNAI, Sr. José Gonçalves dos Santos, Administrador Executivo Regional e ao Sr. Renato Kriki, Presidente da Associação de Moradores da Terra Indígena Apucaraniha, para que recebam e transmitam a todos os nossos irmãos indígenas, através deste Deputado, o respeito do Poder Legislativo do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 19.04.2005.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Homenagem que através desta proposição queremos prestar ao Dia Nacional do Índio, comemorado todos os anos no dia 19 de abril. Nada mais confortante para o nosso espírito cívico e à nossa fé, que saudar efusivamente a população indígena, nesta data magna.

Hoje, presto esta homenagem aos povos que, ao longo de todo processo de colonização, foram dizimados pelos opressores, pelos invasores, pelos que queriam não apenas desbravar as terras, mas também eliminar o que estivesse à sua frente.

Não podemos permitir que ocorra no Brasil essa violência que esconde o preconceito contra nossos irmãos e não aceita que possam viver com costume e culturas diferenciadas.

O argumento mais forte para reforçar a discriminação é a afirmação de que no Brasil há muita Terra para pouco Índio.

Segundo o censo demográfico, há cerca de 358 mil Índios, no Brasil. E a expectativa de vida dos Índios, segundo dados, é muito baixa devido à precariedade como vivem, de 42,6 em média. A resistência dos povos indígenas, entretanto é surpreendente.

Precisamos fazer com que o dia 19 de abril seja uma data de importantes anúncios, como garantia de vida, trabalho, educação e saúde para nossos povos indígenas.

Como dizia nosso saudoso Tancredo Neves:

“Enquanto houver neste País, um só homem sem trabalho, sem pão, sem teto, e sem letras, toda a prosperidade será falsa.”

Que elas possam viver em paz, com condições de criar seus filhos, continuar vivendo dentro de suas etnias.

Não podemos deixar que mais povos desapareçam como muitos já foram neste País.

Por tudo isto, entendemos, justa e oportuna a homenagem que este Deputado deseja prestar em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, saudando efusivamente todos os nossos irmãos indígenas.

REQUERIMENTO Nº 986

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação da Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, de voto de congratulações e aplausos pela realização da 21ª Fest Sales, realizada nos dias 20 a 24 de abril, em comemoração aos 45 anos de seu aniversário.

Requer outrossim, que da decisão da Casa seja dado ciência ao Exmo. Sr. Prefeito Municipal Sr. Hugo Berti, ao Vice-Prefeito Daniel Pacor e aos Srs. Vereadores para que, em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a população de Moreira Sales.

Sala das Sessões, em 19.04.2005.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

É com grande satisfação que o Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste Parlamentar, associa-se a todas as homenagens devidas ao Município de Moreira Sales na significativa data que comemora seu aniversário.

Com esta proposição queremos homenagear toda a população, que ao longo desses 45 anos vem lutando e trabalhando dia após dia para que o Município continue sendo um exemplo de progresso.

Parabenizamos a todos aqueles que de uma forma ou outra prestam sua colaboração acreditando que é com muito trabalho que se obtém segurança e se escreve o futuro. Pois, a união de povo e administração municipal juntamente com a representação estadual é que impulsiona o progresso.

Nesta significativa data toda a população é digna do nosso reconhecimento e admiração na certeza de que continuarão dando o melhor de seus esforços em prol da grandeza do seu Município.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, por intermédio deste Parlamentar, renova sua gratidão à população de Moreira Sales, cumprimentando a todos

nos transcurso de seus 45 anos de emancipação politicamente organizada.

REQUERIMENTO Nº 900

Senhor Presidente:

O Deputado subscrito, no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, ouvido o douto Plenário, a consignação na Ata da Sessão dos trabalhos de hoje, de voto de congratulações e sucesso ao Sr. João Paulo Simões Vilas Bôas, Presidente do Conselho Deliberativo do CEU Fundação Casa do Estudante Universitário do Paraná. Fica registrada a congratulação e sucesso por sua posse ocorrida na data de 02.04.2005, para gestão 2005/2006.

Requer, outrossim, que da decisão desta Casa, seja dado ciência ao congratulado no endereço: Rua Luiz Leão, 01, Apto. 427, Centro Cívico, Curitiba-PR, CEP 80.030-010.

Sala das Sessões, em 19.04.2005.

(a) PADRE PAULO CAMPOS

REQUERIMENTO Nº 982

Senhor Presidente:

O Deputado subscrito, no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, ouvido o douto Plenário, a consignação na Ata da Sessão dos trabalhos de hoje, de voto de congratulações e sucesso à nova Diretoria da UNAMAR - União de Associações de Moradores e Clube de Mães da Região CIC, Curitiba-Paraná, empossada na data de 18 de abril de 2005.

Requer, outrossim, que da decisão desta Casa, seja dado ciência à congratulada no endereço: Rua Engenheiro Eduardo Afonso Nadolny, 524, Bairro CIC, Curitiba-Paraná-Brasil.

Sala das Sessões, em 19.04.2005.

(a) PADRE PAULO CAMPOS

REQUERIMENTO Nº 983

Senhor Presidente:

O Deputado subscrito, no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, ouvido o douto Plenário, a consignação na Ata da Sessão dos trabalhos de hoje, de voto de congratulações e sucesso a nova Diretoria da AMP - Associação dos Municípios do Paraná.

A solenidade de eleição e posse ocorrerá, para o biênio 2005/2007, na data de 03.05.2005, no Plenário desta Casa de Leis. Requer, outrossim, que da decisão desta Casa, seja dado ciência à congratulada no endereço: Praça Osório, 400, Sala 401, Centro, Curitiba - Paraná - Brasil, CEP 80.020-917, (0**41) 322-7958.

Sala das Sessões, em 19.04.2005.

(a) PADRE PAULO CAMPOS

REQUERIMENTO Nº 972

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

douto Plenário, inserção de aplausos e congratulações nos Anais desta Casa à Panificadora São Lázaro Ltda, pelos excelentes serviços prestados aos seus clientes.

Sala das Sessões, em 19.04.2005.

(a) CESAR SELEME

REQUERIMENTO Nº 973

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, inserção de aplausos e congratulações nos Anais desta Casa ao Restaurante Califórnia Grill, pelos excelentes serviços prestados aos seus clientes.

Sala das Sessões, em 19.04.2005.

(a) CESAR SELEME

REQUERIMENTO Nº 908

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, inserção de aplausos e congratulações nos Anais desta Casa à Panificadora Bela Vista Ltda, pelos excelentes serviços prestados aos seus clientes.

Sala das Sessões, em 19.04.2005.

(a) CESAR SELEME

REQUERIMENTO Nº 909

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, inserção de aplausos e congratulações nos Anais desta Casa ao General de Divisão Luiz Carlos Minusso, Comandante da 5ª Região Militar - 5ª Divisão de Exército, pelos relevantes serviços prestados como comandante geral.

Sala das Sessões, em 19.04.2005.

(a) CESAR SELEME

REQUERIMENTO Nº 903

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao Sr. Dr. José Roberto Vezozzo.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por este senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 19.04.2005.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 970

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja oficiado ao Carmelengo do Vati-

cano Cardeal Eduardo Somalo Marinêz; ao Presidente da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil, Cardeal Dom Geraldo Magela Agnello; à Cúria Metropolitana de Maringá, Arcebispo Dom Anuar Battisti; bem como à Cúria de Curitiba, Arcebispo Dom Moacir Vitti, externando voto de louvor em razão da escolha do novo Papa, o Cardeal Alemão Joseph Ratzinger, o Papa Bento XVI.

Sala das Sessões, em 19.04.2005.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 955

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, votos de parabenização à EMBRAPA - Soja - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, sediada em Londrina - Paraná, que ao comemorar 30 anos, no dia 20 de abril próximo, é hoje um exemplo de sucesso diante dos desafios da agropecuária paranaense e nacional.

Requer, outrossim, que após a decisão do Plenário, seja enviado expediente à EMBRAPA-Soja, situada à Rod. Carlos João Strass, acesso Orlando Amaral, caixa Postal 231, CEP: 86001-970 - Londrina-PR.

Sala das Sessões, em 19.04.2005.

(a) ANDRÉ VARGAS

REQUERIMENTO Nº 907

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após a aprovação do Plenário, o registro nos Anais desta Casa de Leis, de moção de louvor endereçada à Associação do Comércio e Indústria de Santa Felicidade, pelos dezoito anos de fundação da ACISF, ocorrida em 21 de abril de 1987.

Sala das Sessões, em 19.04.2005.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

A Associação do Comércio e Indústria de Santa Felicidade, desde sua fundação, vem lutando em favor do desenvolvimento do bairro, tendo como objetivo máximo o de congregar a categoria de seus associados, voltada para os interesses comuns, em prol do desenvolvimento de programas turísticos, culturais e urbanísticos e representação perante autoridades públicas, entidades civis e eclesásticas.

Dentre as muitas lutas e vitórias da ACISF, queremos destacar a duplicação da Av. Manoel Ribas, construção do Portal de Santa Felicidade, abertura da Via Vêneto, instalação do Corpo de Bombeiros, desenvolvimento de planejamento estratégico para a vinda do primeiro hotel para Santa Felicidade, viabilizado com a participação de empresários da região.

Destacamos ainda o apoio que a entidade presta à Festa da Uva e Festa do Vinho e a criação da Festa do Quatri Giorni Itália. São muitos os benefícios que a ACISF já obteve para o bairro que representa.

REQUERIMENTO Nº 944

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada Deputada com assento nesta Casa de Lei, REQUER à Mesa seja oficiado ao Governador do Estado, Exmo. Sr. Roberto Requião, bem como ao Secretário de Estado da Fazenda, Exmo. Sr. Heron Arzua, solicitando dos mesmos a alteração do item 104 - anexo 1, do Regulamento do ICMS do Estado do Paraná, para que os pais de pessoas com deficiência motora e mental possam adquirir veículo com a referida isenção.

Cabe salientar que em relação ao IPI, não só as pessoas com deficiência podem adquirir veículos com a isenção, mas também os pais ou responsáveis, no caso de pessoas com deficiência que não permita a condução de veículos automotor.

Sala das Sessões, em 19.04.2005.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 890

Senhor Presidente:

O Deputado Ângelo Vanhoni, que subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente à Orquestra Sinfônica do Paraná e ao Grupo Fato pelo concerto apresentado no dia 29 de março, em Curitiba, por ocasião do aniversário da Cidade.

O encontro entre a Orquestra Sinfônica do Paraná com o Grupo Fato - que tem se destacado pela versatilidade na produção musical - reunindo várias tendências da música contemporânea com manifestações musicais populares paranaenses, em particular o fandango. Além do mais, é importante ressaltar que tal evento ocorreu com livre acesso, nas escadarias do edifício histórico da Universidade Federal do Paraná, na Praça Santos Andrade.

Este encontro foi, além de um belo presente à Cidade de Curitiba, um evento marcante de alta qualidade, promovendo a comunhão da música erudita, das tendências musicais de vanguarda e da recuperação das tradições populares. Uma mostra de um importante trabalho de ação cultural que merece o reconhecimento da população paranaense, neste momento, representado por nós, Deputados Estaduais.

Sala das Sessões, em 19.04.2005.

(a) ÂNGELO VANHONI

REQUERIMENTO Nº 892

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de pedido de informações ao Sr. Heron Arzua - Secretário de Estado da Fazenda, no sentido de que seja encaminhado uma relação das empresas e pessoas físicas que possuem débitos junto à Agência de Fomentos do Estado do Paraná, constando a origem dos débitos e o valor atualizado até a presente

data, não sendo necessário constar na referida relação, os débitos oriundos dos Programas de Microcrédito e do Fundo de Aval Rural.

Sala das Sessões, em 19.04.2005.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

REQUERIMENTO Nº 893

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente ao Sr. Claudi Murilo Xavier - Secretário de Estado da Saúde, encaminhando ofício da Câmara Municipal de Pinhais, conforme requerimento aprovado de autoria do ilustre Vereador Joãozinho Ribeiro, solicitando com a máxima urgência a destinação de recursos financeiros para a aquisição de medicamentos para a Farmácia Central, para atender os postos de saúde do Município de Pinhais.

Requer ainda que seja dado ciência ao Vereador José Rodrigues Dias, Presidente da Câmara Municipal e ao Vereador Joãozinho Ribeiro, através de correspondência a ser encaminhada à Avenida Camilo di Lellis, 393 - CEP: 83.323-000 - Pinhais-PR.

Sala das Sessões, em 19.04.2005.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

REQUERIMENTO Nº 906

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Secretário de Estado da Segurança Pública do Paraná, Exmo. Sr. Luiz Fernando Delazari, solicitando informações sobre o não pagamento dos valores referentes às fardas para policiais militares do Estado.

Sala das Sessões, em 19.04.2005.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 923

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Secretário de Estado dos Transportes, Exmo. Sr. Waldyr Ortêncio Pugliesi, solicitando o recapeamento da PR-445, no trecho entre Londrina e o trevo de acesso à BR-376, para evitar os sulcos formados na faixa de rolamento da pista, provocados pelos veículos pesados, provocando vários acidentes pela "aquaplanagem" em dias de chuva.

Sala das Sessões, em 19.04.2005.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 931

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Sr. Renato

Adur, Digníssimo Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano, solicitando estudos no sentido de viabilizar a liberação de recursos para obras de melhoria em infra-estrutura no perímetro urbano, para o Município Cidade Gaúcha, Estado do Paraná, conforme consta na Lei Orçamentária nº 14.600 para o exercício de 2005.

Do aprovado, requer ainda seja comunicado o Prefeito Municipal de Cafezal do Sul, Sr. Vitor Manoel Alcobia Leitão (Cidade Gaúcha-PR; CEP: 87.820-000), bem como o Presidente da Câmara Municipal, Vereador Claudeni Pereira Leal (Câmara Municipal - CEP: 87.820-000).

Sala das Sessões, em 19.04.2005.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 932

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Sr. Cláudio Murilo Xavier, Digníssimo Secretário de Estado da Saúde, solicitando estudos no sentido de viabilizar a liberação de uma ambulância, para o Município de Engenheiro Beltrão, Estado do Paraná.

Do aprovado, requer ainda seja comunicado o Prefeito Municipal Sr. José Dal Ponte (Engenheiro Beltrão-PR; CEP: 87.270-000), bem como o Presidente da Câmara Municipal, Vereador Raul Cury. (Câmara Municipal - CEP: 87.270-000).

Sala das Sessões, em 19.04.2005.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 937

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Sr. Cláudio Murilo Xavier, Digníssimo Secretário de Estado da Saúde, solicitando estudos no sentido de viabilizar a liberação de uma ambulância, para o Município de Ivaté, Estado do Paraná.

Do aprovado, requer ainda seja comunicado o Prefeito Municipal Sr. José Chalegre (Ivaté-PR; CEP: 87.525-000), bem como o Presidente da Câmara Municipal, Vereador Valdecir Prevital. (Câmara Municipal - CEP: 87.525-000).

Sala das Sessões, em 19.04.2005.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 938

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Sr. Cláudio Murilo Xavier, Digníssimo Secretário de Estado da Saúde, solicitando estudos no sentido de viabilizar a libe-

ração de uma ambulância, para o Município de Indianópolis, Estado do Paraná.

Do aprovado, requer ainda seja comunicado o Prefeito Municipal Sr. Ariovaldo Emerenciano Demori (Indianópolis-PR; CEP: 87.210-000), bem como o Presidente da Câmara Municipal, Vereador Miguel C. de Souza. (Câmara Municipal - CEP: 87.210-000).

Sala das Sessões, em 19.04.2005.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 939

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Sr. Cláudio Murilo Xavier, Digníssimo Secretário de Estado da Saúde, solicitando estudos no sentido de viabilizar a liberação de uma ambulância, para o Município de Guaporema, Estado do Paraná.

Do aprovado, requer ainda seja comunicado o Prefeito Municipal Sr. Gilberto Castiglioni (Guaporema-PR; CEP: 87.810-000), bem como o Presidente da Câmara Municipal, Vereador Irineu Dias de Paula. (Câmara Municipal - CEP: 87.810-000).

Sala das Sessões, em 19.04.2005.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 940

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Sr. Cláudio Murilo Xavier, Digníssimo Secretário de Estado da Saúde, solicitando estudos no sentido de viabilizar a liberação de uma ambulância, para o Município de Esperança Nova, Estado do Paraná.

Do aprovado, requer ainda seja comunicado o Prefeito Municipal Sr. Valdir Hidalgo Martinez (Esperança Nova-PR; CEP: 87.545-000), bem como o Presidente da Câmara Municipal, Vereador Luciano Mordegan Maia. (Câmara Municipal - CEP: 87.545-000).

Sala das Sessões, em 19.04.2005.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 933

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Sr. Cláudio Murilo Xavier, Digníssimo Secretário de Estado da Saúde, solicitando estudos no sentido de viabilizar a liberação de uma ambulância equipada com UTI, para o Município de Umuarama, Estado do Paraná.

Do aprovado, requer ainda seja comunicado o Prefeito Municipal Sr. Luiz Renato Ribeiro de Azevedo (Avenida Rio Branco, 3717 - Umuarama-PR CEP: 87.501-130), bem como o Presidente da Câmara Municipi-

pal, Vereador Antonio Milton Siqueira. (Av. Maringá, 4863 - Câmara Municipal - CEP: 87.502-080).

Sala das Sessões, em 19.04.2005.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 934

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Sr. Luiz Fernando Delazari, Digníssimo Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando estudos no sentido de viabilizar a liberação de uma viatura, para a Polícia Civil do Município de Esperança Nova, Estado do Paraná.

Do aprovado, requer ainda seja comunicado o Prefeito Municipal Sr. Valdir Hidalgo Martinez (Esperança Nova-PR; CEP: 87.545-000), bem como o Presidente da Câmara Municipal, Vereador Luciano Mardegan Maria (Câmara Municipal - CEP: 87.545-000).

Sala das Sessões, em 19.04.2005.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 935

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Sr. Luiz Fernando Delazari, Digníssimo Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando estudos no sentido de viabilizar a liberação de uma viatura, para a Polícia Militar do Município de Brasilândia do Sul, Estado do Paraná.

Do aprovado, requer ainda seja comunicado o Prefeito Municipal Sr. Luiz Bart Moreti (Brasilândia do Sul-PR; CEP: 87.595-000), bem como a Presidente da Câmara Municipal, Vereadora Maria Auxiliadora Medeiros (Câmara Municipal - CEP: 87.595-000).

Sala das Sessões, em 19.04.2005.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 936

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Sr. Luiz Fernando Delazari, Digníssimo Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando estudos no sentido de viabilizar a liberação de uma viatura, para a Polícia Militar do Município de Douradina, Estado do Paraná.

Do aprovado, requer ainda seja comunicado o Prefeito Municipal de Douradina, Sr. José Carlos Pedroso (Douradina-PR; CEP: 87.485-000), bem como o Presidente da Câmara Municipal, Vereador Alberto Roberti (Câmara Municipal - CEP: 87.485-000).

Sala das Sessões, em 19.04.2005.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 950

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Governador do Estado do Paraná, Exmo. Sr. Roberto Requião, solicitando providências em relação ao caso da funcionária estadual estatutária Luzia Dulce Ferreira.

Sala das Sessões, em 19.04.2005.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 951

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Secretário de Estado da Educação, Maurício Requião, solicitando reforma na Escola Estadual Francisco Beltrão, no Município de Ibiaporã.

A referida escola possui mais de sessenta anos e teve a sua última reforma em 1975. No último dia 11 do mês corrente, houve um curto-circuito nas instalações elétricas, prejudicando ainda mais a continuidade do trabalho pedagógico aos alunos.

Sala das Sessões, em 19.04.2005.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 976

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Secretário de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social - SETP, Padre Roque Zimmermann, solicitando informações sobre todos os convênios firmados e todas as concorrências públicas, em qualquer das suas modalidades, que tenham sido procedidas por essa Secretaria, a partir de 1º de janeiro de 2003, juntando as respectivas cópias, tanto dos convênios quanto dos processos licitatórios, onde conste o edital, os concorrentes, os vencedores e informar ainda sobre o andamento ou a conclusão de cada uma delas.

Sala das Sessões, em 19.04.2005.

(a) ADEMAR TRAIANO

REQUERIMENTO Nº 952

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais e legais, REQUER que, após ouvido o Plenário, sejam solicitadas as informações abaixo a S. Exa. o Sr. Secretário de Estado da Saúde:

1) Qual o montante de recursos transferido pelo Estado do Paraná aos Consórcios Intermunicipais de Saúde CISNOP e CISNORP?

2) De quais Programas são esses recursos?

Sala das Sessões, em 19.04.2005.

(a) HERMES FONSECA

REQUERIMENTO Nº 960

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de atender ao pedido dos funcionários do Shopping Cristal, nesta Capital, que solicitam policiamento ostensivo nas proximidades do mesmo, principalmente no horário de saída do trabalho, tendo em vista que ocorrem assaltos diariamente.

A situação é muito crítica e perigosa, toda a comunidade encontra-se apreensiva, motivo pelo qual pedimos urgência no atendimento do presente.

Sala das Sessões, em 19.04.2005.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 961

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de atender ao pedido dos pais dos alunos do Colégio Estadual do Paraná e Universidade Federal do Paraná - Centro, solicitam a permanência de uma viatura policial atrás do referido colégio, no horário entre 20h e 24h.

Os alunos que estudam a noite nesses estabelecimentos de ensino, são assaltados frequentemente nos pontos de ônibus e proximidades. Segundo uma das mães, sua filha foi assaltada por duas vezes e ameaçada pelos bandidos.

A situação é muito crítica e perigosa, necessitando urgentemente de policiamento local.

Sala das Sessões, em 19.04.2005.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 962

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de atender ao pedido dos moradores da Rua Rio Amazonas - Bairro Alto, que solicitam policiamento ostensivo nessa rua e proximidades, tendo em vista que ocorrem assaltos constantes, durante o dia e principalmente à noite.

A situação é muito crítica e perigosa, toda a comunidade encontra-se apreensiva, motivo pelo qual pedimos urgência no atendimento do presente.

Sala das Sessões, em 19.04.2005.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 963

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de atender ao pedido dos pais de alunos do Colégio Estadual Algacir Munhoz Mader - Bairro Alto, que solicitam policiamento ostensivo nesse colégio e proximidades, tendo em vista que há três marginais que assaltam os alunos diariamente, levando seus tênis, mochilas, relógios e outros pertences.

A situação é muito crítica e perigosa, toda a comunidade encontra-se apreensiva, motivo pelo qual pedimos urgência no atendimento do presente.

Sala das Sessões, em 19.04.2005.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 964

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de atender ao pedido dos proprietários de imóveis no Balneário Solimar - Município de Matinhos, residentes em Curitiba, que solicitam policiamento ostensivo nesse balneário, devido aos constantes arrombamentos nas residências e outros roubos que estão ocorrendo.

A preocupação é muita, motivo pelo qual pedimos urgência no atendimento do policiamento, objetivando afastar os ladrões do referido balneário.

Sala das Sessões, em 19.04.2005.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 965

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de atender ao pedido dos moradores do Jardim Guatupê - Município de São José dos Pinhais, que solicitam policiamento ostensivo nessa localidade.

Afirmam eles que no local há alto índice de criminalidade praticado por delinquentes juvenis, e que necessita ser combatido urgentemente. Dias atrás, um garoto de menor idade, ao passear de bicicleta pela Rua Valdomiro Valeski foi abordado pelos marginais que, com arma em punho, roubaram sua bicicleta, seu celular e pertences, inclusive deixando-o sem suas vestes.

A situação é muito crítica e os moradores clamam por segurança, na defesa da sua dignidade como seres humanos, e na eliminação da sociedade desses criminosos que estão agindo impunemente.

Sala das Sessões, em 19.04.2005.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 966

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de atender ao pedido dos moradores da Rua Dr. Faivre, proximidade do nº 250, Centro, que solicitam providências quanto o barulho e a fumaça proveniente do Círculo Militar, nos finais de semana, agravando-se nos dias em que há shows.

O problema vem causando muita insatisfação e transtornos aos moradores, os quais afirmam que não existe sossego e a fumaça também tem causado vários problemas.

Sala das Sessões, em 19.04.2005.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 967

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de atender ao pedido dos usuários dos ônibus do terminal do Portão, que solicitam policiamento nesse terminal, devido os assaltos que ocorrem diariamente no local.

Não há segurança alguma, motivo pelo qual pedimos urgência no atendimento do solicitado.

Sala das Sessões, em 19.04.2005.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 968

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, no sentido de atender ao pedido dos moradores da Rua Adrianópolis, proximidades do nº 2600 - Bairro Sítio Cercado, que solicitam a reposição da tampa do bueiro que foi roubada. O buraco está pondo em risco de acidentes os pedestres.

Sala das Sessões, em 19.04.2005.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 891

Senhor Presidente:

O Deputado Ângelo Vanhoni, que se subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvida a Comissão de Meio Ambiente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, convocar os representantes da SABEPAR/SA, da Empresa Águas de Paranaguá, dos Prefeitos de Morretes - Helder Teófilo dos Santos; de Pontal do Paraná - Rudisney Gimenez; de Matinhos - Francisco Carlim dos Santos; de Guaraque-

çaba - Riad Said Zahoui e de Guaratuba - Miguel Jamur, para que disponibilizem informações e prestem esclarecimentos sobre a situação do saneamento básico da população do litoral paranaense.

A presença da direção da SANEPAR, da empresa que explora o serviço de saneamento na Cidade de Paranaguá, e das autoridades municipais permitirá a esta Casa de Leis discutir a questão do saneamento nesta importante região do Paraná. Esta região abriga, proporcionalmente a maior área coberta de vegetação do nosso Estado, bem como um amplo território marítimo, ampla área de preservação ambiental, constantemente ameaçada, entre outros fatores, pelo controle inadequado de poluentes e, em particular, pela emissão de esgotos.

Também é a área mais antiga de colonização européia de nosso Estado e, no entanto, parte de sua população está entre as mais pobres e as que vivem em situações de risco e vulnerabilidade social, situação esta, na qual o saneamento tem implicações importantes.

Esta Casa de leis está qualificada para amplos e importantes debates sobre a vida do Paraná e dos paranaenses, neste momento gostaria de incluir nesta agenda o litoral do nosso Estado.

Sala das Sessões, em 19.04.2005.

(a) ÂNGELO VANHONI

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 198/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais, Mestres e Funcionários do Colégio Estadual Senador Teotônio Vilela - Ensino Fundamental, Médio e Profissional, com sede e foro no Município de Assis Chateaubriand.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.04.2005.

(a) DUÍLIO GENARI

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Pais, Mestres e Funcionários do Colégio Estadual Senador Teotônio Vilela - Ensino Fundamental, Médio e Profissional é uma sociedade civil, com personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos e políticos; criada para colaborar na assistência ao educando, no aprimoramento do ensino e na integração família-escola-comunidade.

Através do empenho da APMF e direção do Colégio tornou-se possível a autorização de funcionamento para o ano de 2005, do Curso Técnico em Informática -

Suporte e Manutenção (subseqüente) e Curso Técnico em Informática (Integrado).

Pela sua luta em busca de uma melhor qualidade de vida e maior justiça social, a entidade é merecedora de ser reconhecida como de Utilidade Pública Estadual, razão pela qual, solicitamos aos nobres Deputados o devido apoio e conseqüente aprovação deste projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 199/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Corbélia, com sede e foro no Município de Corbélia.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.04.2005.

(a) DUÍLIO GENARI

JUSTIFICATIVA:

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Corbélia, entidade de primeiro grau, fundada em 23 de maio de 1970, é constituído para fins de coordenação, proteção e representação legal da categoria profissional "trabalhadores rurais", devidamente registrada no CNPJ nº 76.098.417/0001-09, vem realizando um excelente trabalho representando, perante às autoridades administrativas e judiciais, os interesses gerais de sua categoria ou os interesses individuais de seus associados, proporcionando melhores condições aos trabalhadores rurais associados.

A documentação que anexamos ao presente plano de lei comprova o atendimento às exigências da lei que regulamente a matéria, razão pela qual solicitamos ao nobres Pares o seu apoio e conseqüente aprovação.

PROJETO DE LEI Nº 200/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica proibida a exibição de filmes que contenham cenas de mortes, atos violentos, terror e crimes em geral, nos ônibus de transporte intermunicipais e interestaduais no território paranaense.

Art. 2º O descumprimento da presente lei implicará penalidades às empresas de transporte de passageiros, a serem aplicadas pelo Departamento de Estradas de Rodagens - DER, Coordenadoria de Transporte Rodoviário Comercial, da seguinte forma:

I - advertência, por escrito, na primeira ocorrência;

II - multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais), por exibição de filme inadequado, definido no artigo 1º, a partir da segunda ocorrência.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 19.04.2005.

(a) MARCOS ISFER

JUSTIFICATIVA:

A presente proposição visa coibir a exibição de filmes com conteúdo violento, pornográfico, enfim, conteúdo inadequado para ser exposto em um local no qual não há controle de quem realmente pode assistir a determinados filmes.

Ressaltados a necessidade de divulgação de filmes sobre a cultura e história paranaense com o objetivo de conscientizar os cidadãos para melhor exercerem seus direitos.

Outrossim, é freqüente a presença de crianças e adolescentes nos ônibus interestaduais e intermunicipais, portanto, resta a toda sociedade zelar pela educação dessas, impedindo sempre o acesso a informações, filmes, ou espetáculos que não sejam recomendados à sua idade.

Desta forma, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para que possamos aprovar a presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº 201/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica proibido, por partes das Empresas de Concessão de Serviços Públicos Estaduais, a cobrança de taxa de religação de seus serviços.

Parágrafo Único. Para os feitos do artigo anterior, não importará o motivo que levou a interrupção do serviço.

Art. 2º As empresas que não cumprirem a presente norma estarão sujeitas à sanção de multas de 1.000 (mil) UFR's-PR.

Parágrafo Único - Em caso de reincidência a multa será dobrada.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.04.2005.

(a) MAURO MORAES

JUSTIFICATIVA:

A presente medida tem como finalidade proteger os consumidores de nosso Estado desta prática que tem sido comum pelas empresas concessionárias de serviços públicos, ou seja, a cobrança aos usuários desses serviços, de uma taxa, para que estes possam ser religados.

Vejamos, o consumidor tem por interrompido o fornecimento de algum serviço que lhe é prestado, mui-

tas das vezes por motivos alheios à sua vontade, e quando solicita a religação deste serviço, lhe é cobrada uma taxa, que sem o devido pagamento da mesma, não será religado, ou seja, o consumidor que quando da contratação do serviço já teve que pagar uma taxa para poder utilizá-lo, terá que pagá-la mais uma vez para tê-lo restaurado.

Ora, podemos indagar qual o motivo para a cobrança desta taxa absurda, visto que, se o fornecimento já foi prestado uma vez, conseqüentemente, já existe toda a rede estrutural necessária para a prestação do mesmo. Qual será, portanto, o gasto da empresa para religar este serviço? Com certeza nenhum, ou na melhor das hipóteses, algo irrisório, não sendo, por isso justificado, por qualquer que seja o motivo, a cobrança desta taxa. A não ser que a empresa esteja se vendo na condição de arbitrar uma penalidade ilegal ao consumidor, que via de regra já é bastante massacrado por essas empresas quando necessita de qualquer atendimento ou esclarecimento técnico referente a estes serviços.

Face ao exposto, objetiva este Parlamentar, com o apoio dos meus Pares desta Casa de Leis, coibir esta prática que prejudica a população de nosso Estado.

PROJETO DE LEI Nº 202/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Autoriza o Poder Executivo a criar uma Central de Tratamento de Resíduos de Curitiba e Região Metropolitana.

Art. 2º O Poder Executivo, procederá à regulamentação da presente lei através da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução desta lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.04.2005.

(a) MAURO MORAES

JUSTIFICATIVA:

Com este projeto aprovado, o problema atual do lixo em Curitiba poderá ser resolvido. O processo usado é o de compactação e, em vinte anos de terreno onde o lixo é distribuído se transformará em um parque.

Preocupação com a situação-limite que o lixo de Curitiba atravessa, o Deputado entende que somente em parceria com o Governo estadual e os Municípios da Região Metropolitana é que o projeto poderá ser realizado com sucesso. As razões:

1º Não existem mais terrenos na Capital, considerados próprios para servir de lixo, o que deverá ser encontrado em outra cidade da Região Metropolitana; e

2º O projeto em questão resolverá o problema, mas tem um custo elevado, o que exigirá a parceria para se concretizar.

O projeto prevê a criação de 150 novos empregos diretos e cerca de trezentos indiretos, além de acabar com os catadores de papel que seriam automaticamente assimilados pela Central de Tratamento.

O problema do lixo, que aflige boa parte das grandes e médias cidades brasileiras, seria solucionado e é considerado como ecologicamente correto, uma vez que o terreno usado para depósito dos resíduos, é transformado, após vinte anos, em parque, a exemplo da Central de Tratamento de Bandeirantes, em São Paulo, que atualmente em fase final, já entregará à cidade paulistana um novo parque.

Informamos ainda, que o projeto prevê que 10% do lixo será transformado em combustível e usado como gerador da própria usina, e que as sobras deste gás poderão ser comercializadas para a geração de energia elétrica.

Entusiasmado com os resultados concretos atingidos em Nova Iguaçu, RJ, o Deputado já agendou para esta semana, com o superintendente daquela Central, uma visita às instalações para conhecer *in loco* o processo total. Está é a única solução para o problema do lixo em Curitiba.

PROJETO DE LEI Nº 203/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º É obrigatória a utilização de aparelho sensor de gás, como prevenção para detectar vazamentos, pelos seguintes estabelecimentos e prédios residenciais do Estado do Paraná, que utilizem botijões de gás liquefeito de petróleo (GLP):

I - todos os estabelecimentos comerciais, industriais, clubes, entidades, hospitais, escolas, hotéis, motéis, restaurantes e similares;

II - todos os prédios residenciais com mais de cinco andares, devendo cada apartamento ser equipado com sensor.

Parágrafo Único - Nos prédios residenciais com até cinco andares e casas térreas residenciais, será facultativo o uso do sensor.

Art. 2º O infrator do disposto nesta lei fica sujeito à multa correspondente a 5.000 UFIR's-PR, aplicados em dobro em caso de reincidência.

Art. 3º O executivo regulamentará a presente lei no prazo de 180 dias a partir da data de sua publicação.

Art. 4º As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta das verbas orçamentárias, suplementares se necessário.

Art. 5º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.04.2005.

(a) MAURO MORAES

JUSTIFICATIVA:

Os acidentes envolvendo vazamento de gás são constantes e despertam a preocupação da comunidade, que por sua vez, espera a ação dos órgãos públicos no sentido de estabelecer medidas preventivas. Alguns desses acidentes, devido às suas dimensões, deixam a opinião pública perplexa, suscetível a propostas que visem amenizar ou solucionar o problema.

Outrossim, informamos que o custo desses detectores de vazamento de gás é muito baixo em relação ao benefício, tendo sido desenvolvido em modelo por alunos do CEFET-PR.

PROJETO DE LEI Nº 204/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica reconhecida à Associação dos Moradores do Vinte e Cinco e Linha Férrea e Sem-Teto de Ibaiti, entidade civil sem fins lucrativos, com sede e foro no Município de Ibaiti, inscrita no CNPJ nº 03.519.629/0001-30, a qualidade de Utilidade Pública Estadual.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 19.04.2005.

(a) HERMES FONSECA

JUSTIFICATIVA:

A Associação dos Moradores do Vinte e Cinco e Linha Férrea e Sem-Teto, inscrito no CNPL 03.519.629/0001-30, com sede à Rua Antonio de Moura Bueno, 411, Centro - Ibaiti, é uma entidade declarada de Utilidade Pública Municipal, sem fins lucrativos. Fundada em 18.11.1999, tem como objetivo principal o desenvolvimento de programas e projetos que promovam a melhoria da condição de vida dos associados, orientando-os sobre registros e escrituras de lotes do Vinte e Cinco de Linha Férrea e Moradias para os Sem-Teto. A entidade já passou por sérias dificuldades, mas os moradores, com força e determinação se organizaram como Associação, para terem forças nas reivindicações, tentando buscar soluções para os problemas.

Face ao relato e por conhecermos o excelente trabalho desenvolvido pela referida instituição, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares desta Casa Legislativa para aprovação deste projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 205/2005
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Casa Lar Samuel, com sede e foro no Município de Rolândia, no Estado do Paraná.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, em 19.04.2005.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

A Casa Lar Samuel, fundada em 18 de agosto de 1984, no Município de Rolândia, é uma entidade sem fins lucrativos.

Tem como finalidade o auxílio à criança e ao adolescente de zero a dezoito anos de idade, que estejam numa situação sem vínculo familiar ou cujos pais tenham renunciado ou sido destituídos do pátrio poder, sem distinção de raça, sexo, cor ou credo religioso, em regime de colocação familiar por determinação judicial em número compatível com as instalações fiscais da entidade.

A Casa Lar Samuel, em consonância com o Estatuto da Criança e do Adolescente, tem como princípios básicos: a integração em família substituída, quando inviável a manutenção da família de origem; desenvolvimento de atividade em regime de co-educação; não desmembramento de grupos de irmãos; efetivar a transferência de crianças e adolescentes na vida da comunidade local.

A documentação que institui este projeto, encontra-se dentro dos ditames da Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, que dispõe sobre a matéria.

Desta forma, esperamos o devido apoio e conseqüente aprovação a esta proposta de lei que visa reconhecer publicamente o esforço e trabalho dessa entidade em favor da comunidade.

PROJETO DE LEI Nº 206/2005
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Os hospitais públicos e privados no âmbito do Estado do Paraná deverão, por ocasião de alta às gestantes, solicitar a apresentação de cópia da certidão de nascimento do recém-nascido, arquivando-a juntamente com o prontuário da mãe pelo prazo de 18 (dezoito) anos.

Art. 2º Caso a certidão de nascimento da criança não seja apresentada na forma prevista no artigo 1º desta lei, deverá ser comunicado aos pais do neonato a necessidade de apresentá-la no estabelecimento em no máximo 3 (três) meses, alertando ainda, que, caso não o façam, o

fato será comunicado pelo estabelecimento onde a criança nasceu, ao Conselho Tutelar do Município.

Parágrafo Único. Na oportunidade da comunicação do fato ao Conselho Tutelar do Município, deverão ser remetidos o nome, número de documentos de identidade ou quaisquer outros documentos dos pais, com seus respectivos endereços.

Art. 3º O Conselho Tutelar do Município, no prazo de 72 (setenta e duas) horas a contar do recebimento da comunicação mencionada no parágrafo único do artigo anterior, intimará a mãe e/ou pai da criança para que compareçam ao referido órgão munidos da certidão de nascimento da criança, cuja cópia deverá ser remetida para o estabelecimento no qual nasceu o neonato para que seja anexado ao prontuário na forma do artigo 1º.

Art. 4º No caso da ocorrência do parto na residência da paciente, quando o mesmo for assistido por “parteiras” registradas por órgãos governamentais, as mesmas deverão comunicar o nascimento ao Conselho Tutelar do Município, para que o mesmo tome as providências de que trata o artigo 3º da presente lei.

Art. 5º Caso não seja apresentado o referido documento, conforme determinado no artigo 2º da presente lei, o fato será comunicado ao Ministério Público da Infância e da Juventude da Comarca, nas 48 (quarenta e oito) horas seguintes, para as providências cabíveis, responsabilizando os pais, na forma do artigo 98, II, do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Art. 6º Todos os hospitais e maternidades públicos e privados no Estado do Paraná deverão afixar, em local visível, cópia desta lei e comunicá-la às parturientes e/ou pais, pessoalmente, ao darem entrada para atendimento.

Art. 7º O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 90 (noventa) dias a partir da data de publicação, definindo os órgãos e autoridades competentes para divulgação, orientação, fiscalização, aplicação de penalidades e prática dos demais atos necessários ao cumprimento desta lei.

Art. 8º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 19.04.2005.

(a) ARLETE CARAMÊS

JUSTIFICATIVA:

É notória a existência em todo território nacional e aqui no Paraná de inúmeras crianças que não possuem registro de nascimento, não obstante a emissão desse tipo de documento ser inteiramente gratuita com base na Lei Federal 9534/97 que garante registro de nascimento e a primeira via de certidão de nascimento a todos os brasileiros.

Segundo estimativa da ANOREG - Associação dos Notários e Registradores do Brasil, o Estado do Paraná possui entre 1 milhão e 1.4 milhão de pessoas sem certidão de nascimento. De acordo com o Ministério da Justiça no Brasil, mais de oitocentas mil crianças não são registradas no primeiro ano de vida, apesar da gratuidade garantida por lei.

O objeto precípuo do presente projeto é criar um mecanismo para fazer com que todas as crianças nascidas no Estado possuam certidão de nascimento. Este é um documento importante e acredita-se que sua exigência dificultará eventuais ações criminosas como rapto, roubo ou seqüestro de bebês, pois com a referida exigência haverá maior controle na saída dos bebês dos hospitais.

O presente projeto, de certa maneira, complementa a intenção do legislador federal ao estabelecer a gratuidade do registro e da respectiva certidão de nascimento através da Lei 9534/97. Ao estabelecer a gratuidade tinha por objetivo fazer com que todos os nascidos viessem a ter o documento, o que não se verificou. Portanto, entende-se como necessária a exigência do documento conforme estabelece o projeto, pois assim estar-se-á suprimindo a deficiência e ao mesmo tempo alcançando o objetivo da citada lei federal.

O disposto nos artigos 10, II, 16, V e VI, 18, *in fine*, 70, 88, I e 102, todos da Lei 8069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente), bem como, determina que o recém-nascido deva gozar de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, devendo ser-lhe assegurado, por todos os meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhe facilitar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade.

É sempre bom lembrar que a inexistência da certidão de nascimento tem acarretado inúmeros problemas à criança, não só por ocasião da efetivação da matrícula na rede de ensino, no atendimento à rede hospitalar, como também no caso de ocorrência de óbitos.

Diante do alcance social do presente projeto, conto com o apoio dos nobres Pares desta Casa à sua aprovação.

Pequeno Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Queremos dar as boas vindas ao Prefeito José Carlos de Doraldina, a pedido do Sr. Deputado Nelson Garcia.

No Pequeno Expediente concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado Padre Paulo.

Deputado Padre Paulo Campos (PT)

O SR. PADRE PAULO CAMPOS

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, imprensa e todos os que aqui se encontram.

No dia 2 de abril próximo passado, o mundo católico, composto por um bilhão e também, porque não dizer, o mundo todo se chocava e chorava com a morte do Papa João Paulo II, um dos mais antigos pontificados da história dos 264 Papas da Igreja nesses dois mil anos. Hoje, por volta das quatorze horas, horário de Brasília, o mundo se alegra, sobretudo os católicos, com a nomeação, com a eleição de um novo Papa. Bento XVI ou Benedictus XVI. A palavra “Bento” ou “Benedictus” significa “abençoado”. O oitavo Papa na história da Igreja que vem da Alemanha, Joseph Ratzinger, que esteve por 25 anos à frente da Sagrada Congregação para a doutrina da fé, considerado como guardião dos dogmas católicos, também conhecido pelo seu conservadorismo, hoje para a Igreja Católica e para o mundo, é eleito o novo representante da Igreja. O famoso “*Habemus Papam*” latino, isto é “Temos Papa” soou para todos como gesto de alegria e é claro, como toda eleição, para muitos, alegria, para outros, tristeza. Para uma ala da Igreja, com certeza, de um bilhão de católicos no mundo, motivo de muita alegria. Para outra ala, mais liberal, também de tristeza, é bom dizer, porém, a verdade é que temos agora um Papa na Igreja Católica.

O Papa Bento XVI, Benedictus XVI, alguns dados da sua vida: nascido aos 16 de abril de 1927, na Baviera, Ratzinger foi ordenado sacerdote no dia 29 de junho de 1951. Nomeado Arcebispo de Munique em março de 1977 e proclamado Cardeal em 27 de junho de 1977 pelo Papa Paulo VI. Até poucos anos, a candidatura de Ratzinger ao Trono de Pedro era impensável, por ser o símbolo de uma polarização conservadora, mas hoje em dia, era visto como uma figura de transição com peso e autoridade suficiente para substituir um Papa do calibre do Papa da Paz, João Paulo II.

Quero também aproveitar neste dia e nesta oportunidade, para parabenizar todos os índios brasileiros. As mais de duzentas nações indígenas brasileiras, falando mais de 170 línguas, quando nós imaginamos que no Brasil temos apenas uma nação, a brasileira, de língua portuguesa. Na verdade temos mais de duzentas etnias, mais de duzentas nações, aonde imaginamos que falamos uma única língua portuguesa. Falamos aqui, Deputado Hermes, mais de 170 línguas.

O nosso país que já teve na sua grande maioria povos indígenas, aqueles que viviam nus, em harmonia com a natureza, hoje se reduz a uma minoria.

No Paraná apenas quinze mil índios aldeados, e por esses que apresentamos um projeto de lei, que foi aprovado, que chamamos carinhosamente de “A Lei do Índio”.

Quero parabenizar, portanto, aos quinze mil índios paranaenses, aos milhares de índios pelo Brasil. Quero parabenizar também o Governador e o seu secretariado pelo convênio assinado, já o terceiro pacote, bloco de residências para os índios do Paraná. E agora em número de 350 novas residências.

Parabenizar o ato do Governador por estar defendendo o povo indígena.

Já tivemos centenas de povos no Paraná, hoje resume-se a quatro povos: dois grupos maiores, os guaranis e os caingangues; e dois grupos quase que desaparecendo, os xetas, com apenas oito índios e os xoquens já perdidos na sua etnia e na sua cultura junto com os guaranis e os caingangues.

Porém, são esses que nos precederam, que boa parte de nós brasileiros temos sangue dos mesmos índios, que hoje pedem a nós decência, demarcação de suas terras, respeito, resgate da sua cidadania, casa digna, educação, apoio à agricultura, mas, sobretudo, o que é mais básico: comida.

Quantos e quantos índios aqui do Paraná passam fome. A imprensa noticia e tem feito agora recentemente, já por várias vezes, a morte de centenas de índios brasileiros, aqui próximo de nós, vizinho do nosso Estado, Mato Grosso do Sul, que estão morrendo de fome. Crianças indígenas, adultos indígenas morrendo de fome, neste país que é deles, hoje, infelizmente, perderam as suas terras, as suas raízes, sua religião, a sua cultura e o seu respeito.

Quero, portanto, aproveitar este Dia do Índio para parabenizar a todos os índios brasileiros e pedir a esta Casa de Leis para que façamos a nossa parte como legisladores do Estado do Paraná, e o Executivo como já está fazendo, continue nessa esteira garantindo os direitos dos nossos povos indígenas.

Que Deus abençoe os nossos índios brasileiros, que Deus abençoe os um bilhão de católicos, os evangélicos, os muçulmanos, os judeus, os orientais, enfim, todas as religiões e os sem religiões, para que pensemos sobretudo em Deus e que o Espírito Santo conduza a Igreja. Mateus 16:18, faço essa invocação, quando Jesus diz a Pedro: “tu és Pedro e sobre essa pedra edificarei a minha igreja”.

Que esse novo Papa, durante o seu pontificado, realmente, transcenda como fez o seu antecessor - as paredes do Vaticano, as normas do Vaticano, para se comunicar com o mundo todo. E sobretudo respeitar os avanços da natureza, da tecnologia, da ciência, para que tenhamos vida e vida em abundância, como nos diz o apóstolo São João.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Pela ordem de inscrição, com a palavra o Deputado André Vargas.

Deputado André Vargas (PT)

O SR. ANDRÉ VARGAS

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Faço uso da palavra muito objetivamente, porque hoje às 17h00 a Associação Comercial do Paraná nos

mandou um convite, o movimento “Não à Derrama”, comparando a questão tributária do Brasil de hoje à questão tributária do Brasil Colônia.

Ocorre que a despeito de setores da elite brasileira, que muito pouco pagam impostos, nós não temos mais um Brasil Colônia. Temos um país complexo, um País de desigualdades sociais profundas, de equívocos gestados ao longo de quinhentos anos de governo, praticamente de um grupo só, um grupo econômico, que a mudança e a transformação deste modelo não se dá nem pelas bravatas e muito menos por movimentos focados.

Essa mesma Associação Comercial do Paraná, que faz o discurso da carga tributária, que não levantou um “pio” nos anos passados, onde a carga tributária evoluiu, no Brasil, de 11% para os de hoje 167% do PIB nacional, agora procuram se mobilizar focando na questão tributária.

Este é um bom debate. É um bom desafio. Sem dúvida nenhuma, os cinco minutos que nos são oferecidos para dialogarmos é muito pouco. Senão, vejamos: quem paga imposto, de verdade, no Brasil é a classe trabalhadora, porque os empresários em geral, transferem para o produto toda a carga tributária, seja ela de origem federal, estadual ou municipal.

Bom dizer, também, que aqueles mesmos que bateram palmas em 2003 e 2004, para responsabilidade da política fiscal do Governo, de ajuste das contas, com raros contratos, são eles que agora vêm dizer que há um aumento brutal de carga tributária. O que não é verdade.

A verdade é que quando este Governo, que com muita dificuldade tenta inverter a lógica que norteou os últimos dez anos de governo, de crescimento de massa arrecadada, de recursos arrecadados pelos diversos governos, vem fazendo um esforço enorme. Este Governo herdou uma taxa cambial brutal, com o dólar a quase R\$ 4,00. E, agora estão se queixando do dólar a menos de R\$ 2,60. Este governo herdou uma carga tributária de 16,34 e hoje está em 16,05 do PIB nacional. Cresceu a arrecadação porque teve crescimento econômico, também.

Este governo também herdou uma projeção de inflação da casa de 20% ao ano, ajusta com mão de ferro, porque a inflação é sem dúvida nenhuma, um tributo que recai sobre as camadas sociais de forma absolutamente desigual. Sobre os mais pobres, uma carga tributária muito maior. Aqueles que têm condições bancárias, uma carga muito menor.

Cinco minutos, sem dúvida, Sr. Presidente, é insuficiente para debatermos a questão macroeconômica. Mas, não poderia deixar de utilizar este espaço para refutar, também, dentro desta concepção, os argumentos que o Presidente da Associação Comercial indevidamente faz pela imprensa.

Hoje na Folha de São Paulo o SERASA mostra queda em falência e concordata. Isso não é pouca coisa, porque também nesse indicador falência, concordata, cheque sem fundo e inadimplência, tínhamos uma curta

ascendente. Deve ter motivo, certamente não é somente pelo trabalho da Associação Comercial do Paraná. Cai volume da falência.

Fala-se na taxa de juros. Fala-se que 19% é muito. Não haverá mais aumento. É bom dizer que a taxa de juros herdada era de 26%. Inverteu-se a lógica, mas não foi possível manter a queda descendente.

Outra matéria de hoje da Folha de São Paulo, que demonstra que as coisas não podem ser vistas por partes. Só na parte que lhe interessa. Até porque a ausência de tributos é a maior das injustiças, porque não teremos sistema único de saúde, educação pública, porque tudo estará a ser resolvido pelo mercado.

Uma última matéria da Folha de São Paulo - "Juro ao consumidor surpreende e recua." Porque não há nenhum banco que empresta pela taxa SELIC, se tivesse teria fila, não é deste ano é dos últimos dez anos. O dinheiro disponível no banco obedece a lógica do risco e a lógica da disponibilidade financeira da moeda.

Quero fazer uma reflexão: precisamos escolher um dia de sessão mais tranquilo, Deputado Valdir Rossoni, para que possamos usar o Grande Expediente juntos, e fazermos um debate de alto nível sobre política econômica e trazer os setores da sociedade também, porque quem não quer pagar imposto também não quer serviço público de qualidade.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

No Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Neivo Beraldin.

Deputado Neivo Beraldin (PDT)

O SR. NEIVO BERALDIN

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

No dia de ontem tivemos nesta Casa uma CPMI da Reforma Agrária. Ouvimos vários pronunciamentos. Vários Senadores, Deputados Federais presentes.

Chamou muito a minha atenção, o pronunciamento do Deputado Max Rosemann. Ele disse o seguinte: "nós brasileiros não defendemos o Brasil, enquanto os americanos querem nos tomar a Amazônia. Nós brasileiros não nos organizamos para defender a nossa pátria. Nós Deputados estamos enxergando dentro do Congresso, matérias da maior relevância para o País sendo votada e quando vê o número de votos, a maioria votou a favor. E se pergunta por que você votou? Qual a matéria que você acabou de votar? Qual o impacto dessa matéria?"

O Deputado Max Rosemann nos deu uma lição. Simplesmente ganhar uma eleição não é ser um cumpridor do seu dever.

Não podemos estar no palanque e votando sem conhecer o que estamos votando.

Graças a Deus, esta Casa tem se aprimorado e muito, mas, infelizmente, eu venho a esta tribuna para

relatar um fato: por determinação da Comissão de Fiscalização, Controle e Municípios da Assembléia Legislativa do Paraná, presidida por mim, com sete membros, eu disse: "Olha, o Tribunal de Contas não remeteu, segundo notícias extra-oficiais, as contas para que a Câmara de Londrina se manifestasse a favor ou contra a administração municipal daquela cidade". Infelizmente, o Presidente da Câmara de Londrina nos informa que a última correspondência oficial que ele recebeu do Tribunal de Contas, passem os senhores, foi em 1994. Quantos Prefeitos por lá passaram?

O Luiz Eduardo Cheida, o Antônio Belinati, o Nédson Micheleti e novamente, o Nédson.

Então, quem pode nos dizer que o Belinati geriu bem a administração municipal se a Câmara de Vereadores de Londrina não recebeu do Tribunal de Contas do Estado, que não tem outra função senão dar o parecer técnico a favor ou contra?

Quem rejeita ou aprova as contas da administração municipal é a Câmara de Vereadores de Londrina e da administração estadual é a Assembléia Legislativa.

Pasmem os senhores, onze anos se passaram. Vira e mexe tem Governador dizendo o seguinte: "não quero ouvir de Deputado pedido!" Governador tem que gerir os recursos que aprovamos aqui para que ele aplique, porque somos nós que damos orçamento para o Executivo aplicar em saúde, educação, segurança e somos nós aqui que aprovamos e rejeitamos as contas do Executivo. Então, Deputado não pode ser chacota de Governador, ao contrário, tem que ser respeitado porque ele representa o povo. O Legislativo é o primeiro dos três poderes.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Com a palavra o Sr. Deputado Antonio Anibelli.

Deputado Antonio Anibelli (PMDB)

O SR. ANTONIO ANIBELLI

Sr. Presidente.

Em nome da nossa Bancada, gostaria de fazer uma reflexão sobre a eleição do novo Papa Bento XVI, Joseph Ratzinger. Um assessor direto do Papa João Paulo II que faz com que elevemos nossos pensamentos e nossa fé a Deus pedindo para que João Paulo II ilumine Sua Santidade Bento XVI, para que com sua experiência, trabalhando ao lado do Papa João Paulo II possa conduzir a nossa Igreja Católica na fé, na esperança, na caridade, no amor e na humildade, fazendo com que os homens que foram criados à imagem e à semelhança de Deus possam, às vezes, despir-se da arrogância, das riquezas, enfim, de coisas da ilusão da vida e que o pensamento seja voltado para a paz do mundo, para os nossos irmãos, enfim, para a vida digna, honrada.

Que todos nós brasileiros, paranaenses e todos nós que cremos na Igreja Católica possamos pedir a Deus que

as bênçãos de João Paulo II e de Deus recaiam sobre o novo Papa para que conduza nossa Igreja com determinação, com firmeza, responsabilidade e a garantia de dias melhores para o nosso povo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Horário das Lideranças:

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Horário das Lideranças.

Consulto a Liderança do PSB. Com a palavra o Sr. Deputado José Domingos Scarpellini.

Liderança do PSB: Deputado José Domingos Scarpellini

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Estamos novamente vindo a esta tribuna para denunciarmos os abusos que estão sendo cometidos por agentes do governo.

Ontem, na CPI da Terra que aqui estava, nós vimos quando se falou da espionagem, das escutas que estão sendo feitas aos adversários políticos, coisas de interesse de determinados homens que estão na direção do Governo do Paraná.

Ainda há pouco, com o Deputado Plauto Miró Guimarães, quando estávamos inspecionando uma unidade de tratamento de esgoto da SANEPAR, conversávamos sobre isso. E eu tenho aqui uma convocação feita para trazer à Assembléia. O Sr. Délcio Raser, agente de segurança da Polícia Civil. Consta já alguns pedidos de providências na Corregedoria daquela Pasta, sem nenhuma providência satisfatória tomada até agora.

O Sr. Délcio Raser, espião sim, faz escutas clandestinas, sim. A serviço de quem? É o que nós vamos querer saber porque pelo que sabemos, já foram gravados telefonemas de Desembargadores, de Procuradores, de Juizes de Direito, de Deputados e o espião agora está nomeado na Casa Civil do Governador.

Se punição não existiu pela Corregedoria de Polícia e houve a promoção do espião, queremos saber com que equipamentos trabalha esse agente da KGB? A serviço de quem ele está, Deputado Plauto Miró e Deputados aqui? Porque todos nós poderemos ser a próxima vítima da espionagem executada por aqueles que na calada da noite roubam o sossego e o seu sigilo. Entram da maneira mais sutil e ardilosa para roubar as informações para passar a quem e por quê?

O Sr. Valdir Rossoni (PSDB)

Deputado Scarpellini, permite-me um aparte?

(Assentimento)

Na verdade, tenho conhecimento da questão dessas gravações por funcionário da Casa Civil. O que me estra-

nha muito que na última semana recebi anonimamente um CD no qual uma determinada pessoa conversa com um senhor chamado Raser, que confirma ter sido mandado por um superior, gravar Desembargador e outras autoridades. Tenho o CD na minha casa. Gravíssima essa acusação. Nós, da Oposição, Deputado Scarpellini - inclusive, o Deputado Plauto está propondo uma CEI - acredito que tenhamos que nos reunir para debatermos essa questão, porque ela é muito grave quando um servidor do Estado confirma que foi mandado por um superior para gravar um Desembargador. Imaginem como estão os nossos celulares! Só quero confirmar essa questão para confirmar o que V. Exa. está falando dessa tribuna.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Concedo a V. Exa. mais um minuto para concluir o seu pronunciamento.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)

Não há como concluir em um minuto, Sr. Presidente. Mas é o tempo que me é dado. A lã para o inverno que tenho é essa. Tenho que ficar dentro disso.

Quero colocar, Sr. Presidente, que a Assembléia Legislativa do Paraná que é a Casa da discussão, que é o sentimento do corpo que pulsa no Estado do Paraná, tem que tomar uma providência, sim. Nós vimos tanta coisa acontecer e a Assembléia não pode ficar calada, muda, surda e sem nenhuma providência.

Espero, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que a constituição dessa CEI proposta pelo Deputado Plauto, venha a ser instalada. Temos que punir os espiões, sejam eles quem forem, de onde vierem, a mando de quem, eles serão punidos, sim!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

PP. PL. PTB. PSL. PPS. Concedo a palavra ao Deputado Marcos Isfer.

Liderança do PPS: Deputado Marcos Isfer

O SR. MARCOS ISFER

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ocupamos nesta tarde a tribuna para fazermos um convite, mas também para trazermos a esta Casa a notícia de que o nosso Presidente nacional, Roberto Freire, estará em Curitiba amanhã e estaremos promovendo uma reunião, com palestra na FETIEP - Federação dos Trabalhadores da Indústria do Estado do Paraná. Momento muito importante, onde começamos a discutir documentos produzidos pelo Partido, da necessidade de mudanças efetivas, que foram prometidas e que não estão ocorrendo.

Ainda há pouco ouvia o Deputado André Vargas fazendo a sua peroração desta tribuna e eu gostaria de dizer, Deputado André Vargas, que muito mais do que os

números econômicos, muito mais do que o valor do dólar, preocupa-nos os caminhos dos programas sociais que todos nós esperávamos ver acontecer, programas de habitação popular que gostaríamos que fossem muito maiores e que infelizmente não temos tido oportunidade de encontrar e nem de disponibilizar para os Municípios, verdadeiros caudatários dessas necessidade social.

Quero aqui dizer que o nosso companheiro Roberto Freire vem a Curitiba, como pré-candidato entre PPS e PDT da coligação PPS e PDT, formulada em nível nacional entre os nossos Presidentes, entre os dois diretórios nacionais, devidamente acordados. Entendemos que dessa discussão, dessa peroração, desse trabalho que deverá ser feito de conscientização política, é que poderá surgir a boa luz para o futuro do nosso País e também para o futuro do nosso Estado. Entendemos que essa dicotomia que se tenta implantar no País, de um candidato do PT e um candidato do PSDB, de forma única e unilateral, como se nada mais houvesse a ser discutido no País, parece-me uma forma muito estreita de visão para um projeto de Brasil tão grande que esperamos ter.

Então, deixo aqui o convite a todos os Deputados para amanhã, às nove horas da manhã, na FETIEP, o nosso companheiro Roberto Freire estará presente e depois teremos um almoço e mais tarde ele deve ir a Maringá, aonde fará reuniões com companheiros do Partido para fortalecimento, para o crescimento de chapa de Deputado Estadual e Deputado Federal.

Era isso que trazíamos, em nome da Liderança do PPS, na tarde de hoje, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

No Horário da Liderança do PDT, com a palavra o Deputado Barbosa Neto.

Liderança do PDT: Deputado Barbosa Neto

O SR. BARBOSA NETO

Sr. Presidente Hermas Brandão, Sras. e Srs. Deputados.

As denúncias do Coronel Neves na CPMI da Terra caíram como uma bomba dentro da sociedade paranaense, séria e atenta a o que vem ocorrendo de errado em nosso Estado. Reporto-me especificamente aqui não ao caso do Padre Roque Zimmermann, que também deverá ser alvo de investigações, todos os contratos que foram realizados entre a Secretaria do Trabalho, Emprego e Promoção Social, que há, de acordo com o Coronel Neves, indícios de financiamento para invasões de terra através do MST.

Mas, falo especificamente da questão do Secretário Luiz Fernando Delazari, que por diversas vezes foi alvo de comentários e de posicionamentos deste Deputado, aqui mesmo desta tribuna, mas que na maioria das vezes

entenderam que se tratava apenas de perseguição ou mesmo de retaliação ou de revanchismo político. Ontem o que foi dito no Plenarinho da Assembléia Legislativa do Paraná vai repercutir na imprensa nacional séria, na imprensa nacional isenta e que não tem nenhum tipo de patrocínio do Governo do Estado.

Esse Secretário, por diversas vezes desonrou ocupar o cargo máximo da Segurança Pública no Estado do Paraná. Logo nos primeiros dias ele, como uma criança, brincando com uma caneta-revólver, acabou disparando um tiro contra o próprio dedo. Depois foi até o Oeste do Paraná e se identificou perante várias autoridades do nosso Estado como Roberto Carlos, proveniente do Rio de Janeiro. E como se isso não bastasse, desrespeitou convocações desta Casa, até da Câmara Municipal de Londrina, não respondendo a requerimentos, a convocações, convites; foi, por diversas vezes, admoestado e instado a vir aqui para prestar contas, como é seu papel de agente público, mas se negou.

Há, inclusive, investigação na Justiça contra o desmando perpetrado por esse Secretário quando da candidatura de seu irmão ao cargo de Prefeito na Cidade de Colorado, perseguindo adversários e usando métodos não aconselháveis para tentar chegar ao Poder. E agora, o que é mais grave, o consumo de drogas por parte de um Secretário ou do irmão dele, que teria o dever de cuidar da Segurança Pública do nosso Estado e uma das maiores nuvens que atormentam a família brasileira é justamente a questão do tráfico de drogas, que dilacera principalmente nossos jovens. Que moral tem esse Secretário para continuar no cargo?

Estaremos apoiando o requerimento que pede a instalação de uma Comissão para investigar essas denúncias ditas pelo Coronel Neves, no dia de ontem, aqui no plenarinho desta Casa. E o que é mais grave, como se estivéssemos como uma verdadeira KGB instalada no Palácio Iguaçu, utilizou-se de uma maleta israelense para gravar conversas de autoridades e até de Deputados desta Casa.

Quais outros fatos novos, Sr. Presidente, esta Casa, que deve ser independente, vai esperar para instalar essa investigação? E até para salvaguardar o próprio Governador do Estado, que eu tenho certeza que não deve ter envolvimento com essas escutas clandestinas e com envolvimento desse “Menino Maluquinho”, como já foi apelidado, como “Roberto Carlos” também, mas menos digno é esse Secretário estar ocupando o cargo máximo da Secretaria da Segurança Pública. Para evitar qualquer tipo de ilação que venha prejudicar o Governador Roberto Requião, nós exigimos apurações rigorosas e profundas.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

PFL. Com a palavra o Deputado Plauto Miró Guimarães.

Liderança do PFL: Deputado Plauto Miró Guimarães

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

No dia de ontem, fiz questão de acompanhar a maior parte dos depoimentos da CPMI da Terra, do Congresso Nacional, que esteve instalada nesta Casa no dia de ontem. Vi a posição clara dos elementos, dos representantes, dos Parlamentares que formam aquela Comissão. Ficou claro, representantes que defendem o direito de propriedade, que defendem o produtor rural do nosso Estado do Paraná e do nosso Brasil. E do outro lado, representantes que defendem as ações do Movimento Sem-Terra no nosso Brasil. Ficou clara a divisão, tanto é a discussão e o confronto que houve entre os Parlamentares que compunham aquela Comissão Parlamentar de Inquérito. Mas, é o processo democrático: tem aqueles que defendem uma posição; outros defendem outra posição, e a discussão é ampla. E ontem, vimos a discussão acontecer no plenarinho desta Casa.

O que mais me alertou, Sr. Presidente, é que no momento do depoimento do Coronel Neves, ele que está preso, segundo informações e aquilo que a imprensa trouxe, por formação de milícia que dava proteção aos proprietários rurais no momento que tinham que contratar segurança para proteger o seu patrimônio, e ele foi preso por essa ação e outras denúncias que têm envolvidas no seu processo. Mas, as denúncias que o Coronel Neves fez no dia de ontem à CPMI é que chamaram a atenção. E a mais importante delas, Deputado Seleme, é que o Governador do Estado autorizou a compra de um equipamento que chamam de guardião, equipamento esse que pode monitorar, pode gravar a conversa de até seiscentas ligações telefônicas ao mesmo tempo. E pasmem! Ele trouxe a informação que esse grampo telefônico é um grampo ilegal, Deputado Litro. Ele está usando sem a autorização do Poder Judiciário. E isso é crime! Está, segundo ele, ouvindo empresários, políticos, membros da imprensa do nosso Estado do Paraná, estão sendo grampeados também por esse equipamento instalado na Secretaria da Segurança do nosso Estado do Paraná. E nós não podemos nos calar em um momento que aquela Secretaria que tem a obrigação de proteger a todos nós paranaenses, está usando de uma ação criminosa para poder ouvir e escutar a todos nós. Não é justo. Não é certo. E aqui eu quero pedir o apoio a todos os Deputados da nossa Assembleia Legislativa.

Vou, a partir de hoje, Sr. Presidente, apresentar um requerimento e vou pedir o apoio de todos os Deputados desta Casa para que possamos investigar essa denúncia seriíssima de grampo telefônico dentro desta Casa de Leis que está sendo feita pelos integrantes da Secretaria da Segurança Pública do Estado do Paraná.

Então, vou começar a coletar as assinaturas. Precisamos de dezoito Deputados apoiando esta idéia e junto

com todos os Partidos devemos, sim, fiscalizar, investigar essa denúncia que o Coronel Neves fez. Todos nós, na verdade, já havíamos escutado que o Governo do Estado tinha adquirido um equipamento, que pagou, segundo informações do Coronel no dia de ontem, um milhão de reais e não é justo, companheiros, utilizarem uma ação criminosa, ilegal de estarem escutando os nossos telefones e monitorando as nossas vidas dia-a-dia, passo-a-passo.

Estou apresentando, repito novamente, uma Comissão Parlamentar de Inquérito, peço o apoio de todos vocês para, juntos, investigarmos esta denúncia criminosa feita pelo Coronel Neves no dia de ontem.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (PDT) **(Pela Ordem)**

Sr. Presidente, por delegação de V. Exa. eu recebi nesta Casa e se encontra aqui na tribuna de honra, o professor Carlos Gonzaga, da UNICENTRO. Ele acompanha uma comitiva do México, formada pelo Deputado Estadual, Salvador Cabrera; também do Estado de Águas Calientes, do Deputado Estadual Alessandro Mendes; do Estado de Michoacan, também do Vereador Juan Gaytan. Também se encontra nesta comitiva o Presidente do Partido Verde, Sérgio Lopes, aliás o Partido em que os Parlamentares pertencem.

Sr. Presidente, por delegação de V. Exa. recebi esta comitiva, em nome da Assembleia Legislativa, eu gostaria de dar as boas vindas aos nossos colegas do Parlamento do México, agradecê-los imensamente pela visita que fazem a esta Casa, dizer da alegria de tê-los aqui na tribuna de honra na Sessão de hoje, e em nome da Assembleia Legislativa agradecer, Deputado Hermas Brandão, a presença dos ilustres Parlamentares que representam o México nesta visita que fazem à Capital do nosso Estado, e à nossa Assembleia Legislativa.

Muito obrigado e fiquem à vontade.

O SR. PRESIDENTE **(Hermas Brandão)**

Em nome de todo o Parlamento paranaense, queremos saudar os nossos ilustres visitantes, nossos colegas Parlamentares.

Tenham uma boa estada em nossa Casa de Leis e uma boa estada em nosso Estado do Paraná. A nossa satisfação em recebê-los.

Deputado Elton Carlos Welter cede o horário ao Deputado Tadeu Veneri.

Liderança do PT: Deputado Tadeu Veneri

O SR. TADEU VENERI

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Hoje o Ministro Rossetto esteve no Paraná, fez uma reunião com diversas pessoas aqui do Estado e também de Brasília e alguns dos protocolos que foram assi-

nados com o Governo do Estado do Paraná, eu gostaria de relatar a esta Assembléia.

Primeiro para divulgar as ações e as realizações do Ministério do Desenvolvimento Agrário e junto com o Governo do Paraná, no Vale da Ribeira, região importante de Curitiba, Sr. Presidente, onde foram assinados, primeiro um convênio entre o INCRA e a SEMA para regularização fundiária na região metropolitana, com repasse de recursos financeiros do MDA e do INCRA, para o Governo do Estado do Paraná, no valor de um milhão e trezentos mil reais, em 2005.

Um convênio da Secretaria da Reforma Agrária e Secretaria do Meio Ambiente para regularização fundiária do Vale da Ribeira, com repasse de recursos financeiros, também do MDA e da Secretaria da Reforma Agrária para o Governo do Estado no valor de setecentos mil reais, em 2005.

Contrato entre MDA-Caixa e Prefeitura de Tunas, no Paraná para o projeto Inclusão Digital nos sete municípios do Vale da Ribeira por meio de instalação de 25 telecentros, vídeo-salas e outros equipamentos com recursos do MDA-PRONAF no valor de R\$ 355.930,00 e uma contrapartida municipal de R\$ 7.270,00.

Entrega de veículo para ampliar e fortalecer o sistema CRESOL, no valor de R\$ 298.320,00 com uma contrapartida de R\$ 74.000,00 do Governo do Paraná.

Início da construção de unidade agroindustrial de produção de polpa de frutas no Município de Cerro Azul, no valor de R\$ 204.120,00 com uma contrapartida de R\$ 51.030,00 do Governo do Estado.

Os resultados do PRONAF, do crédito rural no Vale da Ribeira com aumento de 113% do número de contratos e de 182% do valor aplicado pelo Banco do Brasil no sistema CRESOL, em 2002 e 2004.

Por último, Sr. Presidente, um comparativo, nós tivemos neste ano de 2003 e 2004 150 mil famílias atendidas pelo PRONAF, R\$ 750.000.000,00 o que significa mais que o dobro que tínhamos até 2002, R\$ 2.858.370,00 que são esses convênios assinados, uma contrapartida de R\$ 125.000,00 do Governo do Estado. A agricultura familiar representa hoje 33% do agronegócio no nosso País, 10% do PIB agrícola e 70% da força de trabalho. Isso é a prova que o Governo Federal vem, no Estado do Paraná, fazendo um grande investimento e nós, numa reunião que tivemos ontem com os líderes de bancadas do Brasil todo, tivemos a clareza que muitas dessas ações não chegam até os Estados. Por isso estaremos realizando todas as semanas, uma prestação de contas de todos os valores que o Governo Federal vem aplicando no nosso Estado.

O SR. TADEU VENERI (PT)

Concedo aparte ao Deputado Elton Carlos Welter.

O Sr. Elton Carlos Welter (PT)

Quero me solidarizar ao seu pronunciamento e destacar que, de fato, o Ministro tem um carinho muito

especial pelo Paraná. No seu discurso inclusive citava o Presidente da EMATER/Paraná o Sr. Sabino Campos. Falando no Sabino Campos ele parabenizou um servidor da EMATER-Paraná que se chama Eduardo que foi o responsável principal da elaboração de todos esses projetos.

Neste momento quero fazer uma homenagem: muitas vezes os servidores, os anônimos que realmente formatam, buscam, fazem os bons projetos e eles acontecem de fato! Não basta a vontade política do Ministro do Desenvolvimento Agrário, do Presidente da República determinando políticas públicas se os projetos não são bem formatados. Isso demonstra a clareza e a vontade do Ministro de Desenvolvimento Agrário no sentido de ajudar as áreas mais excluídas do Paraná, na agricultura familiar.

Também gostaria de registrar, Sr. Deputado, que estive nesta fala do Ministro de manhã e fiz um comentário sobre a questão da legislação ambiental e o Governador me interpretou mal. Na realidade na minha visão sobre a questão ambiental e a dele, não diferem em muito. O que nós queremos é que se ache uma legislação razoável no sentido de não impedirmos o desenvolvimento dos setores agropecuários do Paraná. Nós queremos o setor das agroindústrias, por exemplo, todos os projeto que são liberados na agricultura familiar tenham averbação da reserva legal, isso é correto!

Agora, não dá para exigir nada de uma hora para outra, nós temos que achar um termo razoável na legislação para que não se comprometa a ampliação da criação de suínos, de aves e assim por diante, já que é um ramo que está se expandindo fantasticamente no Paraná, como em todo Brasil, em função da política de exportação. Conservar sim, criar condições para que nosso agricultor, principalmente o pequeno suinocultor, tenham condições de ampliar a sua renda e também conservar ambientalmente sua propriedade. Temos que achar uma forma alternativa, acredito que por condomínios nas regiões onde o agricultor é atingido.

Vou usar outra hora para um pronunciamento mais extenso sobre essa questão e acho que o Requião se sensibilizará com esta demanda dos pequenos agricultores do Estado do Paraná.

Concedo aparte ao Sr. Deputado Natálio Stica, até porque sabemos que ele esteve hoje junto com o Ministro e tem informações a respeito desses convênios assinados.

O Sr. Natálio Stica (PT)

Agradeço, Deputado Tadeu Veneri.

Queria, nesse rol de contratos hoje assinados pelo Governo Lula e o Governo do Estado do Paraná, trazer a informação já divulgada nos jornais e nos meios de comunicação do protocolo de intenção assinado pelo Governo Lula, porque se trata da Petrobras, uma empresa pública, e o Governo do Estado do Paraná através da Secretaria da Agricultura, para a implantação da primeira usina de biodiesel no Estado do Paraná.

Estamos trabalhando para que seja na região de São Mateus do Sul, se lá houver matéria prima suficiente, já que é uma região onde temos a grande parte da agricultura familiar do nosso Estado e principalmente agricultores que trabalham mais especialmente em São João do Triunfo até Irati na indústria fumageira. Agricultores e seus familiares que só vivem do plantio do fumo que é um produto altamente tóxico e que não têm uma outra alternativa.

E agora passaram a ter a partir do plantio de girasol ou do nabo forrageiro, que será matéria prima do biodiesel que a Petrobras vem, através do Governo Lula, num projeto também de grande relevância social no Brasil. E aqui no Paraná iniciando com esse projeto da Petrobras somando-se ao projeto da TECPAR que já está também em estudo.

Muito obrigado. Era essa informação que eu queria deixar a esta Casa.

O SR. TADEU VENERI (PT)

Muito obrigado, Sr. Presidente e Deputado Natálio Stica.

Querida cumprimentá-lo, Deputado, porque também sabemos que essa usina está sendo feita no Paraná muito pelo esforço do Deputado Natálio Stica em trazer para cá com uma tecnologia desenvolvida pelo TECPAR e pela PETROBRAS.

Obrigado.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)

Questão de Ordem Sr. Presidente, dado as informações que nós temos e dado a urgência de uma situação, gostaria de requerer a suspensão desta Sessão por quinze minutos para que pudéssemos constituir uma Comissão desta Assembléia para irmos até a Avenida Manoel Ribas, no NURCE, fazermos a apreensão do material de espionagem que se encontra naquele espaço que seria reservado a uma ação de Governo.

Se levaram, nós vamos lá e vamos constatar que foi removido de lá hoje. Acho que é uma situação que a Assembléia Legislativa do Paraná não pode, sob pena de comprometimento da democracia, do estado de direito, das garantias individuais das pessoas, consentir ou deixar passar batido numa situação de tamanha gravidade como essa de espionagem, de escutas que estão sendo feitas contra as autoridades e contra as pessoas que estão aí na mira de quem quer que seja. Seja do Governador que for, seja a autoridade que for precisa ser responsabilizada por esse ato.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Estou analisando o Regimento da Casa e já respondendo a V. Exa.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Gostaria de reforçar o posicionamento do Deputado Scarpellini.

As denúncias foram feitas ontem, nós temos várias denúncias sobre esta casa famigerada onde grava Desembargadores, políticos e adversários do Governador. Acho que é uma medida prudente neste momento para se restabelecer a ordem. Nós não estamos aqui num principado, não estamos aqui num reinado. Estamos vivendo num País democrático, não é possível o que está acontecendo no Paraná.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Suspendo a Sessão por cinco minutos e convido o Líder da Situação e o Líder da Oposição para uma reunião reservada.

Está reaberta a Sessão.

Respondendo à Questão de Ordem levantada pelo Deputado José Domingos Scarpellini, tomo a seguinte decisão: esta Presidência, neste momento convida o Deputado José Domingos Scarpellini, autor e o 1º Secretário da Casa, Deputado Nereu Moura, para irmos à Polícia Federal para pedir providências para ver se realmente há, porque nós não somos policiais para fazermos qualquer investigação. Eu acho que é a medida mais correta que temos que tomar neste momento. Peço ao Deputado Pedro Ivo para que assuma a Presidência dos trabalhos enquanto eu estiver fora da Casa.

(**Assume a Presidência o Sr. Deputado Pedro Ivo Ilkiv**)

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Concedo a palavra à Liderança do PSDB.

Liderança do PSDB: Deputado Valdir Rossoni.

O SR. VALDIR ROSSONI

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Venho a esta tribuna hoje para anunciar a autoria de um projeto que oportuniza a participação popular nesta Casa, mas vou deixar para a próxima oportunidade, porque não há como o Líder da Oposição não se posicionar neste momento de extrema gravidade, dos acontecimentos relevantes que estão tomando conta do cenário político do Paraná.

Não há como, nós que somos responsáveis e fazemos aqui o alerta à Polícia Federal e à Justiça, porque as denúncias que ontem foram registradas na CPMI da Terra e hoje denunciado aqui pelo Deputado Scarpellini, são graves.

Agora com a atitude do Presidente da Assembléia, dirigindo-se neste momento à Polícia Federal para pedir medidas urgentes, quanto a esta questão, dessa famosa máquina de gravar, ou de grampear, ou de escuta. Acredito senhores que não há mais como “esconder o sol com a peneira”.

É importante, nobres Deputados, que V. Exas. se atentem para três pontos que nós vamos aqui falar.

O Secretário da Segurança encontra-se numa enrascada, porque no dia de ontem, o Secretário foi denunciado pelo então Tenente Coronel Neves, da seguinte ordem: “O irmão do Secretário foi flagrado entrando com drogas no Presídio do Ahu, caso este que está sendo investigado pela PIC”.

Esperamos nós que vamos oficializar o Secretário Parzianello, que tem essa documentação, que encaminhe a esta Casa.

A um outro fato relevante também, e aí me reporto ao caso dessa famigerada máquina de gravar.

Alguns dias recebi na minha casa um envelope com um remetente estranho e, nesse envelope continha um CD, aonde um funcionário da Casa Civil, da sua própria voz afirmava e afirma de que faz um trabalho para o Governo para grampear autoridades. Desembargadores, até Deputados.

Ontem achei aquilo um pouco estranho e aguardei novos acontecimentos. O Coronel Neves reafirmou o que eu tinha recebido por correio e, vejam os senhores, agora para o meu conhecimento várias pessoas receberam este CD e o acontecimento de hoje, aonde o Deputado Scarpellini denuncia é gravíssimo.

Aí começa a se desnudar, Deputados, mais um caso.

Ontem o Tenente Coronel Neves acusou o irmão do Secretário da Segurança, faz sérias denúncias.

O que aconteceu hoje? Hoje já começam a circular acusações de que o Tenente Coronel Neves - atentem para isto - é um dos suspeitos de ter exterminado o Teixeira a mando do Governo!

Então, na verdade, o Coronel Neves desenterrou algo e hoje surge mais uma novidade para o fato, onde acusaram o Tenente Coronel Neves de ser o executor do Teixeira. É algo que nós devemos nos debruçar nos próximos dias, investigando esta questão, ouvindo pessoas que estão envolvidas neste caso. Acredito que essas acusações não estão sendo feitas pela Oposição. Apenas a Oposição está relatando um fato que já é de conhecimento público. É de conhecimento público!

Por esta razão nós, como Líder da Oposição, queremos cumprimentar o Presidente Hermas Brandão pela atitude, pela questão levantada pelo Deputado Scarpellini, a atitude do Presidente da Assembleia ao se dirigir à Polícia Federal.

Mas, apenas a Polícia Federal não vai resolver este caso. Nós teremos a obrigação de ouvir, nesta Casa, e por esta razão eu peço ao Deputado Plauto Miró Guimarães para que segure a proposição da CPI, para que nós possamos redigir um novo requerimento, onde propõe esta CPI, para que possamos acrescentar a este pedido, novos elementos que estão surgindo a cada minuto.

O melhor que nós podemos fazer, neste momento, é permanecermos atentos, mas dizer à população do Paraná que essas questões gravíssimas que envolvem o Secretário da Segurança, que envolvem um funcionário da Casa Civil, e ele diz de viva voz que está sendo autori-

zando a “grampear” autoridades, não poderá passar em branco, nesta Casa.

Nós não estamos vivendo num regime de exceção. Nós estamos vivendo, sim, num regime democrático. Não é possível que pessoas estejam sendo “grampeadas” por serem opositores ao Governo do Estado.

Ontem mesmo o Tenente Coronel Neves, quando dizia no seu depoimento que todos os Deputados de Oposição estavam “grampeados”, nós estávamos sentados, ele nos olhou e deu um sorriso irônico.

Imaginem, senhores, temos um CD grampeado onde o funcionário afirma que está sendo, praticamente, mandado por um superior para grampear Desembargadores. Aí vem o Tenente-Coronel afirma, depois de ter sido preso numa operação em Ponta Grossa, que há esta especialidade no meio político de estarmos sendo grampeados.

Por esta razão, estamos deixando vários assuntos de lado, estamos alertando os Parlamentares, ou tomamos aqui medidas fortes ou estaremos nos submetendo à vontade do rei.

Encerro a minha fala e peço desculpas aos Deputados que quiseram me apartear, meu tempo se esgota e não quero abusar desta questão. Tenho ainda dez minutos.

Gostaria de conceder um aparte, Deputado Antonio Anibelli, porque é muito bom que a voz da Oposição seja ouvida pelo Governo, e nada melhor que os Deputados da Oposição falar, porque estamos tendo a atenção do Líder do PMDB. Por esta razão, Deputado Barbosa Neto, que a sua fala será de suma validade.

(Discussões paralelas)

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

A palavra está assegurada ao Líder da Oposição e logo em seguida ao Líder do Governo.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Gostaria Sr. Presidente, que descontasse o meu tempo.

Concedo um aparte ao Deputado Barbosa Neto.

O SR. BARBOSA NETO (PDT)

Deputado Valdir Rossoni, queria cumprimentá-lo neste momento e trazer aqui à lembrança dos nobres Pares a questão que foi levantada no Congresso Nacional. Na época, inclusive, em que o Governador Roberto Requião era Senador.

Naquela oportunidade a questão dos grampos telefônicos vieram à tona, culminando, posteriormente, na questão da fraude do Senado com a cassação do tão paparicado “Babalaô” da política nordestina, o “Toninho Malvadeza”, o Senador Antônio Carlos Magalhães.

O Senador que saiu em defesa, solidarizando-se ao ACM, foi o Senador Roberto Requião, dizendo que era favorável, naquela oportunidade, ao então Senador Antônio Carlos Magalhães. Queremos saber como será o com-

portamento da Bancada do Governo nesta Casa, já que o Governador Roberto Requião já demonstrou publicamente a sua opinião de favorabilidade à questão dos grampos telefônicos.

Era só essa a minha intervenção para contribuir com o raciocínio de V. Exa.

O Sr. Ademar Traiano (PSDB)

Concede um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Deputado Valdir Rossoni, é muito preocupante o assunto que V. Exa. traz e por essa razão maior que o Presidente da Casa, já de pronto, está tomando medidas indo à Polícia Federal para buscar as informações seguras a este Parlamento.

A Assembléia Legislativa do Estado não pode ficar isenta de um problema de tamanha natureza como esse. Os paranaenses têm que saber com certeza. Portanto, quero crer que essa prática do regime da ditadura, implantado neste País, ao longo dos anos, quando grandes figuras do mundo político e ilustres mártires sofreram pela perseguição do regime militar, volta à tona aqui no Paraná, pelo que se observa, sob a luz, a égide e o comando das ilustres figuras que comandam este Estado.

Não podemos, de forma alguma, concordar com esse problema gravíssimo que se traz à tona neste momento.

Parabéns a V. Exa. e somo-me ao seu pronunciamento.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Sr. Presidente, encerro a minha fala, porque não quero que V. Exa. seja desrespeitado, porque luto por V. Exa., respeito V. Exa. e respeito o Regimento.

Cumprimento V. Exa. pelo equilíbrio na condução do nosso debate.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Esta Presidência agradece.

Esta Casa quer registrar a presença dos Vereadores de Nova Laranjeira: Gabriel Espíndola e Vilson Tavares, a pedido do Deputado Elton Carlos Welter.

Consulto à Liderança do PMDB.

Com a palavra o Sr. Artagão Júnior.

Liderança do PMDB: Deputado Artagão Júnior

O SR. ARTAGÃO JÚNIOR

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, senhores amigos da imprensa, senhoras e senhores presentes.

Venho ocupar a tribuna na tarde desta terça-feira, para falar sobre duas ações objetivas na área de segu-

rança, ações que efetivamente refletem um pouco do assunto que aqui está em voga.

Eu ia discorrer, naturalmente, os dez minutos sobre esses dois assuntos de ações objetivas do Governo, de ações práticas do Governador Roberto Requião, enquanto muitas vezes, outros levantam as vozes sobre insinuações ainda não comprovadas.

Quero trazer aqui, num primeiro momento, um assunto que quando ouvi pela primeira vez e quando tive a oportunidade de conduzi-lo junto às dependências do Governo, trouxe-me bastante alegria, mas infelizmente não pude partilhar com a população de Guarapuava.

O Governo do Estado construirá cinco educandários nos próximos meses no Estado do Paraná, sendo um em Maringá, um em Londrina - que já existe -, um em Cascavel, dois na região metropolitana de Curitiba e um que estava direcionado, a nosso pedido, para o Município de Guarapuava, hoje governado pelo ex-Deputado, companheiro nosso desta Casa, Fernando Ribas Carli.

Consultado pela Sra. Telma Alves, Diretora do IASP, sobre a possibilidade de uma parceria com o Governo do Estado para construção dessa obra tão importante, uma obra de cinco milhões de reais de investimento, uma obra que atenderia aos nossos jovens, adolescentes de doze a dezoito anos, sendo que a parceria seria somente de doação de um terreno de vinte mil metros quadrados. Esse se colocou negativamente à parceria.

De forma rápida e objetiva pergunto aos Srs. Deputados: a nossa região centro-oeste, a nossa região sudoeste que seria contemplada com esse educandário, com esse centro de assistência social, precisa ou não de uma obra dessa envergadura? Os nossos jovens estão ou não sendo tratados em lugares especializados com gente especializada para fazer esse tipo de ação? Será que uma pessoa com um posicionamento unilateral, com posicionamento insensível pode prejudicar uma região com mais de um milhão de pessoas? Na última semana, informações nos foram trazidas por promotores da Cidade de Guarapuava, que davam conta que naquele dia existiam sete adolescentes presos lá na nossa cadeia. E que outros tantos não puderam ser porque não tinham local adequado para isso. Será que as famílias guarapuavanas e da nossa região não precisam de um local especializado para a ressocialização desses adolescentes? Será que uma única pessoa pode escolher o futuro de adolescentes e jovens do nosso Paraná numa ação lamentável?

Trago esse assunto à voga porque já o fiz em Guarapuava, já o fiz à Promotoria Pública daquela cidade e faço agora nesta tribuna, pedindo ajuda aos nobres Parlamentares, aos amigos do Exmo. Sr. Prefeito Fernando Ribas Carli, que ele volte atrás na sua decisão. Que a única contrapartida que o Município tem que dar é a doação de um terreno com vinte mil metros quadrados. E que essa doação seja objetiva para que esse investimento de cinco milhões de reais que lá será feito, para a viabilização de cem empregos diretos que lá serão viabilizados. E

que mais de cem empregos diretos não sejam inviabilizados em função de uma decisão unilateral.

Houve a divulgação de que só existem três adolescentes detidos na nossa cidade. E isso não é verdade, fonte essa da Promotoria Pública de Guarapuava, Dr. Cláudio Cortesia, Dr. Alessandro Bettega Almeida, Promotores daquela cidade que nos trouxeram esta informação.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Um minuto para V. Exa. concluir.

O SR. ARTAGÃO JÚNIOR (PMDB)

Sr. Presidente, são dez minutos à Liderança do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Hoje são cinco minutos. Na terça-feira todos os partidos têm cinco minutos, conforme o Regimento.

O SR. ARTAGÃO JÚNIOR (PMDB)

Muito obrigado.

O SR. ADEMAR TRAIANO (PSDB)

Poderia conceder-me esse um minuto Deputado, até para que eu possa lhe ajudar no pronunciamento.

O SR. ARTAGÃO JÚNIOR (PMDB)

Na seqüência, Deputado Traiano, pedindo que o senhor respeite, por gentileza, os minutos que ainda me restam e com certeza terei satisfação de dar-lhe o aparte se assim o Presidente nos permitir.

Também foi liberada ontem pelo nosso Governador, a licitação da Penitenciária para a nossa Guarapuava. Penitenciária no regime semiaberto que vai possibilitar a criação de 320 novas vagas para os detentos da nossa região.

Essas são notícias positivas com um pequeno alerta especial dado com relação à atitude do nosso Prefeito.

Quero finalizar, dizendo que sabemos que as denúncias têm que ser averiguadas. Que as denúncias feitas ontem pelo Coronel têm que ser levadas à investigação.

Agora, causa-me espanto tentar condenar uma pessoa antes da investigação e da averiguação. Uma denúncia anônima, uma denúncia lida num papel que agora já provoca a condenação antecipada daqueles que foram citados.

Não temos essa competência. Não podemos agir levemente. E não permitiremos, custe o que custar, atinja a quem atingir. E ainda mais, levantar dúvida sobre a competência da Polícia Federal em resolver essa situação, como foi levantada pelo pronunciamento do nobre Deputado Líder da Oposição. Isso, sem dúvida alguma, nos traz bastante estranheza face ao nome da Polícia Federal, ao trabalho digno e qualificado que ela realiza e a tantas ações diferenciadas que já executou buscando o

bem, trazer a ordem e manter a lei em vigor no nosso País e no nosso Paraná.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. NATÁLIO STICA (PT)

Questão de Ordem, Sr. Presidente.

(**Assentimento**)

Quero dizer que lamentavelmente acabo de descobrir, para a alegria do Deputado Valdir Rossoni, que o meu telefone também está grampeado. Está aqui e quero mostrar a prova do crime.

(**Mostra o telefone celular, com um grampo**)

O SR. ADEMAR TRAIANO (PSDB)

Pela Ordem, Sr. Presidente?

(**Assentimento**)

Quero crer que este Parlamento merece o respeito de todos nós. Brincadeira dessa natureza em um assunto de tamanha gravidade, não merece credibilidade nesta Casa.

Apenas este registro.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Liderança do Governo.

Com a palavra o Deputado Antonio Anibelli, por dez minutos.

Liderança do Governo: Deputado Antonio Anibelli

O SR. ANTONIO ANIBELLI

Sr. Presidente, gostaria de aproveitar este horário, já que o meu aparte foi preterido. Dizer que fazem um carnaval, não sei se por causa do Canal 21 - e todo mundo que vai à tribuna cita o Canal 21 - eu também vou fazer o mesmo. Querem taxar o Governo Roberto Requião, um governo sério, de Secretários dignos, como se fosse o Governo passado. O Dr. Delazari é um patrimônio público do Ministério Público deste Estado, seu pai, ouvidor, Dr. Delazari também, Dr. Cláudio, Deputado Caíto Quintana. Não podemos receber ofensas gratuitas por ouvir dizer um comandante da polícia, que foi preso pela Polícia Federal e não pela nossa polícia. Ouviram gravações e é a Polícia Federal que trata desses assuntos. Quer se vender a imagem do nosso Governo, comparar com o Governo passado. Vamos comparar.

O Governador está construindo onze penitenciárias, reequipou a frota pública da Polícia Civil em 1600 viaturas. Acabou com aquela moleza que tinha no Governo passado, do aluguel de viaturas, em que a cada quatro, cinco meses, o Estado poderia comprar uma viatura. Sabemos do zelo de nossos policiais, tanto civis como militares, do cuidado que existe com o patrimônio. Um policial cuida daquela viatura com o maior carinho. Temos ainda hoje viaturas cedidas no Governo Sarney,

que ainda rodam com o cuidado dos nossos policiais. O Governador e a Secretaria da Segurança contrataram mais de 1200 policiais militares, mais de quinhentos policiais civis.

Discutimos ontem a contratação de delegados - Deputada Elza me cobrava. Delegado "calça-curta", poucos sabem, talvez em Curitiba e pela Televisão 21 ninguém saiba o que é. Delegado "calça-curta" é aquele cidadão do Município que tem um bom caráter, que tem uma vida limpa, que era nomeado Delegado nos governos passados. Nós mesmos neste Governo nomeamos alguns, pessoas que representavam a sociedade. Mas, o Governador Roberto Requião não quer dar oportunidade que qualquer companheiro seu, qualquer Deputado que tenha o apoio do Governo, que apóia a base do Governador Requião, cometa um crime de indicação de alguma pessoa, que cometa um crime contra a sociedade. Esses, Deputada Elza, são os delegados "calças-curtas". O Governador houve por bem votar um major, um sargento, no comando das polícias, pensando em melhorar o nível para que Deputados não intervissem com prisões, mandados ou com arbitrariedades, como se cometeu no Governo passado.

A cada coisinha que existe aí, estão os Deputados que talvez tenham medo de grampo. Eu não tenho medo de grampo, nem do Governo passado, quando diziam que nós, Deputados da Oposição, éramos grampeados pelo Governo. Nós nunca tivemos medo. Quantas vezes, quando me diziam: Anibelli, cuidado com o que você diz no telefone. Eu dizia: quero que quem esteja ouvindo, que ouça mais. Leve o recado para o Governador, para os Deputados, para o Comandante da polícia, para quem quiser que seja. E neste Governo também. Nós temos uma vida limpa! O apoio popular do Requião, o seu programa de Governo, que pleiteia e que cumpre o compromisso de opção pelos mais pobres, fazendo com que este Governo tenha sensibilidade humana: Governo que pensa com a pobreza, como aqueles pequeninhos do interior abandonados. As nossas estradas esburacadas, que estão aí favorecendo os homens que votaram o pedágio ou que têm as vantagens dos donos das empresas.

Nós, Deputados da Base e Deputados da Oposição, não temos vergonha do nosso Governo, mas temos orgulho. O nosso Governador é um homem que desponta nas pesquisas no Brasil para ser a solução nacional ou é convidado pelo Presidente Lula para ser candidato a Vice e nós queremos que o Requião seja candidato à reeleição pelo Governo maravilhoso que faz. Governo sensível à causa popular, um exemplo de dignidade, de trabalho, de orgulho, da brasilidade e daqueles ainda que sonham com um Brasil melhor e com um Estado voltado à dignidade e ao respeito ao povo paranaense. Esse é o nosso Governo, Sr. Presidente! Esse é o nosso Governador Roberto Requião, o nosso Vice, Orlando Pessuti, que representa o homem simples do interior; são os nossos Secretários, são os Deputados que compõem a nossa Base aliada,

homens e mulheres que procuram fazer o bem neste Estado.

Por isso, em nome do Governo do Estado do Paraná, nós não temos medo de apuração de grampo. Queremos ver que façam o que não foi feito quando o Deputado Tiago Amarin foi assassinado em Cascavel e que o Governo passado não apurou, com medo talvez de recair dúvida ou injunções políticas ou tráfico de drogas ou não sei o quê, ou dinheiro cumprido que corria, dizem aquelas pessoas que nos avisam do roubo e dos desvios dos policiais daquela época na Cidade de Cascavel. Nós não temos medo! Nós enfrentamos a parada! Doutor Delazari é orgulho como Secretário da Segurança, um homem que representa a dignidade da família Delazari e que vem fazendo um trabalho digno no PMDB, aos Deputados que apóiam, seja do PT, do PPS, do PL, enfim, daqueles Deputados que pensam pelo bem do Governo e pelo bem do Paraná.

Por isso, Sr. Presidente, com muito orgulho defendo o Dr. Delazari, defendo o nosso Governador Roberto Requião, porque nós não temos medo do que aconteceu com o Deputado Tiago Amarin, que venha recair em nós alguma sujeira do Governo passado. Nós temos dignidade e honra e por isso estamos ao lado do Governador Roberto Requião!

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA:

Com a presença de 46 Srs. Deputados.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Indicação nº 012/2005, de autoria do Deputado Mauro Moraes, constante do expediente, solicitando ao Poder Executivo envio de mensagem que conceda o pagamento de horas extras aos policiais militares na forma que menciona. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de lei de autoria da Deputada Arlete Caramês, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado José Maria Ferreira, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Hermes Fonseca, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 03 (três) de autoria do Deputado Mauro Moraes, constantes do expediente.

Necessitam de apoioimento. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Marcos Isfer, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em n de 02 (dois) de autoria do Deputado Duílio Genari, constantes do expediente. Necessitam de apoioimento. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 912 de autoria do Deputado José Domingos Scarpellini, constante do expediente, solicitando autorização para representar a Assembléia Legislativa do Estado no VIII Encontro Parlamentar Nacional de Direitos Humanos, em Brasília, no período de 27 a 29 do corrente mês. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 954, de autoria do Deputado Hermes Fonseca, constante do expediente, solicitando autorização desta Casa de Leis, para ausentar-se em viagem a Florianópolis-SC, nos dias 27 a 29 deste, a fim de participar da Reunião do Bloco Brasileiro da União de Parlamentares do MERCOSUL-UPM e do IV Fórum do Corredor Bioceânico Central. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 956, de autoria dos Deputados Jocelito Canto, André Vargas, Barbosa Neto e demais Deputados, constante do expediente, requerendo antecipação da Sessão Ordinária do dia 20 de abril (quarta-feira) logo após o término da presente Sessão Ordinária. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

Votação Encerrada

ITEM 01

DISCUSSÃO E VOTAÇÃO ENCERRADA - do Projeto de Lei Complementar nº 485/2004. APRECIAR EMENDAS DA CCJ, CF, PLENÁRIO E SUBEMENDA DA CCJ EM 2ª DISCUSSÃO DO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 485/2004, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 37/2004, que estabelece os casos de contratação de pessoal, por tempo determinado, para atendimento de interesse público, atendida as condições que especifica. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ e CF. COM EMENDAS DA CCJ e CF. EMENDAS DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ, NA FORMA DA SUBEMENDA.

Está em votação a emenda da CCJ.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Sr. Presidente, salvo eu estar equivocado, há um requerimento na Mesa, de autoria do Líder do Governo,

pedindo a votação em bloco. Nós não temos que apreciar primeiro o requerimento?

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Essa emenda precede, logo em seguida vamos apreciar os requerimentos que pedem a votação em bloco.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Peço para encaminhar a emenda da CCJ.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

V. Exa. tem dez minutos.

A SRA. ELZA CORREIA (PMDB) (**Esclarecimento**)

Sr. Presidente, pode, por gentileza, ler a súmula da Emenda da CCJ?

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogado o artigo 349 e parágrafo da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970.

Esta é a Emenda da CCJ.

A SRA. ELZA CORREIA (PMDB)

Então é apenas para colocar na redação normatizada; entra uma redação legislativa: revogadas as disposições. Apenas isso?

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Apenas isso. Apenas revogando as disposições contrárias.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

A Oposição mantém-se vigilante e posicionando-se contra a aprovação desse projeto que autoriza o Governo a contratar servidores para várias áreas do Governo sem concurso público.

Por essa razão, nós sabemos que o nosso exército está com poucos soldados aqui, em plenário, mas vamos fazer a nossa parte para obstruir esta votação.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, usaremos aqui todo o tempo regimental que nos é permitido para encaminhar as emendas e o requerimento de votação em bloco, porque nós achamos que jamais esta Casa poderia pensar em votar um projeto de tamanha extensão, de tamanha dimensão, no qual autoriza o Governo a fazer contratações sem concurso público. No último final de semana, nos jornais de circulação nacional, nas revistas semanais, tivemos a oportunidade, Deputado Barbosa, de ler o inchaço da máquina pública que o Governo Lula está fazendo, a ganância que está se fazendo com o aumento de funcionários através dessas leis.

Por esta razão, nós votamos contra essa emenda modificativa que apenas aperfeiçoa a lei que iremos votar a seguir, que enquadra esta à lei federal. Está mais do que

demonstrado, Srs. Deputados, que nós não podemos autorizar, dar este cheque em branco; é muita responsabilidade aos Parlamentares apenas dizer sim ao Governo neste momento, porque hoje, por mais que os Deputados do Governo defendam o projeto, amanhã o mesmo vai servir a outros Governos, porque eu nunca vi no Brasil ainda uma lei que crie cargos, uma lei que autorize o Governo a contratar servidores sem concurso público, ser revogada, Deputado Barbosa Neto!

Por esta razão, estou procurando encontrar forças e palavras para procurar aqui convencer os Deputados do Governo de que não devemos aprovar tal lei, sob pena de estarmos cometendo um equívoco de dimensões que não sabemos dimensionar o tamanho.

Através desta lei, Sras. e Srs. Deputados, a ação que o governo perdeu na Justiça, desautorizou-o a contratar servidores através da FUNDEPAR, através de uma Fundação da Universidade Federal. Se nós aprovarmos esta lei, o Governo vai encontrar, sim, uma justificativa de caráter excepcional, para contratar os servidores da TV Educativa! E, com certeza absoluta, há milhares de pessoas que estão nos ouvindo neste momento, desempregadas, que querem ter a mesma oportunidade que aqueles escolhidos pelo bel-prazer do Governador ou dos Secretários, estarão tendo.

Não é possível a luta de muitos anos, do PT, a luta de muitos anos do PMDB, que sempre foi em defesa do servidor público, e neste momento parece que aquele discurso desapareceu no horizonte e agora nós podemos, sim, porque somos Governo, fazer tudo! Vamos amanhã resolver o problema da TV Educativa! Aí o Secretário de Comunicação, diga-se de passagem o fugitivo Pisseti, vai resolver o problema da TV Educativa. De que forma? Em caráter excepcional usando esta lei que nós estamos aprovando! Amanhã o Secretário dos Transportes, ou qualquer outro se achar necessário, estará contratando servidores em caráter excepcional!

Srs. Deputados, nós pedimos a V. Exas., não vamos deixar aprovar este projeto, porque todos os paranaenses têm direito a participar de um eventual concurso público para trabalhar como servidor! Não é possível que o Governo, agora, através de uma lei, repentinamente venha aqui querer nos convencer de que nós temos que autorizá-lo, nós temos que lhe dar uma autorização em branco e dizer que ele poderá contratar servidores sem concurso, ao seu bel prazer!

Eu ainda acredito que os Deputados colocarão, à frente de tudo, os interesses da população do Paraná, e muitas pessoas que não conseguiram o primeiro emprego no Governo Lula, tão prometido - não funcionou este programa - as pessoas que estão nos assistindo terão, sim, se nós votarmos contra este projeto, não a garantia do emprego, mas terão, sim, a garantia de participar de um concurso público, onde o que vai valer é a sua capacidade, a sua intelectualidade!

É por esta razão que nós estamos aqui com um exército de plantão. Não interessa quantos soldados, o

que nos interessa é a causa. Nós vamos levar esta votação às últimas conseqüências para que, no decorrer do debate desse projeto, possamos convencer os Deputados que se ele tivesse mesmo a necessidade de ser aprovado, é claro que não deveria vir neste momento quando falta apenas um ano e meio para terminar o Governo. O caráter emergencial de contratações se faz necessário desde o dia que inicia o Governo!

Encerro aqui a minha fala e espero, pelo menos, ter sensibilizado o nosso Líder do Governo, Deputado Dobrandino.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Para encaminhar, Deputada Elza Correia.

Esta Presidência quer esclarecer que estamos votando a Emenda da CCJ, que diz: “Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação”. Revoga o artigo 349. E gostaria da compreensão dos Srs. Deputados que o encaminhamento da votação seja em cima do assunto da emenda. O projeto já foi discutido. E teremos a discussão de outras emendas.

Como forma de esclarecimento, gostaria da compreensão, para que se cumpra o Regimento.

A SRA. ELZA CORREIA (PMDB) (**Para Encaminhar**)

Como sou uma democrata, Sr. Presidente, estou falando com V. Exa. Parto do princípio isonômico e tenho tanto direito quanto qualquer colega nesta Assembléia - o que me antecedeu fez por dez minutos a defesa da sua tese, não especificamente em cima da emenda que estamos votando. Requeiro o mesmo direito.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

V. Exa. tem dez minutos, mas a Mesa está esclarecendo que tem que ser em cima da emenda que está em votação.

A SRA. ELZA CORREIA (PMDB)

Estou esclarecendo que o colega que me antecedeu não o fez e V. Exa. concedeu.

Portanto, tenho o mesmo direito.

Gostaria de dizer que esse projeto é absolutamente necessário. É indispensável a sua aprovação. Gostaria de dizer que o uso do cachimbo é que deforma a boca. Não podemos partir do princípio que todas as pessoas são levianas, irresponsáveis, que está deflagrado o cabide de emprego, o trem da alegria, as contratações irregulares, a “farra do boi”, como acontecia no Governo anterior. Esse projeto atende especificamente a uma necessidade, a uma deliberação.

Conversava ontem com o Deputado José Maria em relação à regulamentação, para que o Governo do Estado do Paraná possa, em casos muito específicos, determinantes, que estão no teor do projeto, que obedeçam absolutamente a excepcionalidade e o interesse público, contratar funcionários em situações específicas. Tivemos, nesta Casa, no ano passado, um problema muito sério.

Na volta do ano letivo das Universidades, quase que pararam, por falta de contratação de professores, por não ser possível, naquele momento, concurso público. Não dava nem tempo hábil. Nós debatemos, conversamos com o Governador, que consentiu a contratação emergencial de 612 professores para que as Universidades Estaduais do Paraná não parassem. Por quê? Porque a tônica deste Governo é o concurso público, evitando, evidentemente, o que acontecia no Governo anterior. Entretanto, existem algumas situações objetivas, claras e específicas, que precisam, sim, de contratações emergenciais. Todo mundo sabe disso. Os 54, aqui, sabem disso, só que cada um faz o seu discurso de acordo com os interesses.

Esse projeto que vamos votar aqui que toda a população que me ouve e me vê neste momento saiba que nada tem a ver com contratação de TV Educativa, nada tem a ver que o Governo precise desses mecanismos para colocar quem ele queira dentro do Governo! Isso tudo é balela!

Então, gostaria de dizer que se nós não votarmos esse projeto hoje, estaremos inviabilizando o Governo! Fui a Deputada que retirou de pauta esse projeto por duas Sessões, porque queria esclarecimentos, tinha dúvidas com relação a algumas questões. Estive com a Secretária de Administração; junto com o Presidente da APP, o professor Lemos, conseguimos reverter várias questões importantes dentro do projeto. Há o consentimento e a concordância da maioria dos Deputados.

Portanto, não estamos a votar este projeto estabelecendo aqui o que era regra do Governo anterior, o que era princípio no Governo anterior. Assim, não adianta ficarem aqui na tentativa de desqualificá-lo, dizendo que vamos dar cheque em branco. Ora, vocês sabem que com um Governo ético como o do Governador Roberto Requião, que põe na internet para todo o Paraná, todo o Brasil e todo mundo, se quiser saber, todo o vintém, o tostão que entra neste Governo, para onde vai, como é utilizado, o que compramos, como e quando pagamos, com absoluta transparência e visibilidade. Portanto, não há nada a esconder neste Governo.

Ao Governo Requião eu daria sim, um cheque em branco, mas não é o caso, porque não estamos aqui para dar nem cheque, nem talão de cheque em branco, mas, o projeto que nós vamos votar hoje, absolutamente não há nenhum problema, porque seriam contratados temporariamente servidores, diante de calamidades, para atendimento na área de saúde e educação, para substituição de professores que se aposentem, técnicos que eventualmente moram ou que tenham que ser substituídos por alguma razão.

Então, não podemos sob o pretexto incorreto de dizer que o Governador precisa deste instrumento para estabelecer a desordem e o caos, dizer que nós não vamos votar o projeto. Ele é indispensável, fundamental e sem o qual, o Governo não poderia fazer as contratações no momento em que necessitasse das mesmas.

Está tudo absolutamente colocado aqui no artigo 2º, quando explica e esclarece - a quem teve o interesse de ler, interesse em verificar o teor do projeto - o que caracteriza a excepcionalidade e o interesse público: situações de calamidade pública, combate a surtos epidêmicos, campanha de saúde pública de caráter contínuo, eventuais, sazonais, temporários, necessidades relacionadas com a infra-estrutura em serviços públicos de apoio, considerados, por fato alheio à vontade administrativa, ou seja, necessários ao plantio, colheita, armazenamento e distribuição de safras agrícolas: atender ao suprimento de docentes na rede Estadual de Ensino e das instituições estaduais de ensino superior: nas hipóteses previstas na presente lei complementar e por aí vai. Em nenhum momento fala, nesse projeto, que era para contratação de funcionários da TV Educativa ou esse punhado de coisas que foram sugeridas aqui hoje nesta discussão.

Portanto, o encaminhamento é para que votemos em bloco, favoravelmente às Emendas 2, 3, 4, 6, 8, 9 e 10, e que votemos contrariamente às Emendas 1, 5 e 7. Evidentemente, votando favoravelmente à Emenda da CCJ, o que faremos neste momento, e votando contrariamente a duas outras Emendas de Plenário.

Portanto, não há irregularidade, não há nenhuma tentativa de cabide de emprego, de trem da alegria e essas são terminologias usadas por aqueles que sabem muito bem o que isso significa.

Estamos hoje sob a égide da responsabilidade, da lisura, da ética e, portanto, qualquer tentativa contrária a essas questões não serão acolhidas pelas pessoas que defendem o Governo, e é bom que se diga, porque alguns insinuem de vez em quando, que a gente fica constrangido dentro deste Governo. Não tenho nenhum constrangimento em defender um Governo ético, sério e comprometido com a verdade e que tem visceralmente, repugnância à corrupção e aos desmandos que já aconteceram neste Estado.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiw)

Está em votação a emenda.

Esta Presidência gostaria de esclarecer que foi encaminhado contrário pelo Deputado Valdir Rossoni e favorável pela Deputada Elza Correa, saindo do assunto, ambos - quem encaminhou contrário ou favorável - não discutindo a emenda em si.

Esta Presidência não vai permitir que se discuta o projeto, que já foi votado e aprovado.

Está para encaminhar a Emenda da CCJ. Que se atenham a isso.

Pela ordem, o Deputado José Maria.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (PMDB)

Sr. Presidente, o vosso entendimento e decisão estão corretíssimos, só gostaria que lembrasse ao Plenário, qual é o texto da emenda, para que não tivéssemos necessidade de fugir da discussão.

É uma emenda pequena do final do artigo?

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

O texto foi publicado já, mas o artigo 2º, “Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação ficando revogado o artigo 349 e parágrafos da Lei nº 6.174 de 16 de novembro de 1970”. Esta é a emenda que está em votação.

Pela ordem, Deputado Dobrandino.

O SR. DOBRANDINO DA SILVA (PMDB)

Eu queria pedir aos nobres Deputados da Oposição, embora com todo o respeito, claro que eles têm todo o direito, regimentalmente, mas que usassem um pouco do bom senso. Nós não vamos sair daqui sem votar todas as emendas, mas se tiver a elegância dos nobres Deputados, a concordância, nós com certeza adiantamos um pouco esta Sessão.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, até porque o Deputado Dobrandino fez uma proposição e, ele como Líder do Governo tem essa autoridade, acredito eu que, como Líder da Oposição posso, gostaria de colocar ao Deputado Dobrandino que nós até aceitaríamos não encaminhar essa emenda, desde que a votação das outras não fosse em bloco, porque não há similaridade.

O SR. DOBRANDINO DA SILVA (PMDB)

Se nós formos votar uma a uma e V. Exa. fizer de cada uma delas um encaminhamento como esse, nós vamos sair daqui de madrugada.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Como não há entendimento, há requerimento sobre a Mesa; nós vamos colocar no momento oportuno os requerimentos em votação.

Para encaminhar, o Deputado Barbosa Neto.

O SR. BARBOSA NETO (PDT)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, para não fugir ao contexto do que está sendo discutido e apreciado no encaminhamento da votação dessa emenda, tenho aqui em minhas mãos o parecer do relatório feito pelos Deputados que compõem, inclusive, a Comissão de Constituição e Justiça. O Relator foi o Deputado Marcos Isfer e diz aqui esse relatório, que não convence a nós, Deputados membros da Oposição.

(Lê):

“PROJETO DE LEI Nº 485/2004

P A R E C E R :

Relatório

O projeto de lei acima epigrafado foi encaminhado pelo Chefe do Executivo Estadual, acompanhado da Mensagem nº 037/2004, para este Legislativo, a fim de ser apreciado e votado pelos Pares desta Casa, e tem como proposta estabelecer os casos de contratação de

pessoal, por tempo determinado, para atendimento de necessidades temporárias de excepcional interesse público, atendidas as condições que especifica.

Na justificativa o autor diz que “trata-se de novo texto, que é apresentado em substituição a plano de lei complementar anterior, consubstanciado na Mensagem nº 18/2004, que tramitou como Projeto de Lei nº 288, sobre o mesmo assunto e que já havia merecido apreciação por parte dos setores administrativos, orçamentários e jurídicos do Poder Executivo.

O projeto oriundo da Mensagem 18/2004 foi retirado de pauta, após ampla discussão de seus termos entre os Deputados e a Secretaria de Estado da Administração e Previdência. Naquela oportunidade, foram feitas diversas observações pelos integrantes desta Casa de Leis, bem como de novos estudos que fossem compatibilizados os pontos objeto de questionamentos com as reais necessidades ocorridas, na prática e no cotidiano da administração pública estadual”.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Peço a compreensão de V. Exa. para que se atenha ao encaminhamento da emenda.

O SR. BARBOSA NETO (PDT)

Sr. Presidente, nós estamos fazendo a leitura do relatório feito pelo Deputado Marcos Isfer, da emenda que está sendo apreciada e está inclusive assinada por todos os membros da Comissão de Constituição e Justiça!

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

O relatório refere-se ao projeto.

O SR. BARBOSA NETO (PDT)

Mas este é o relatório da emenda, 485/2004. Este é o parecer. Nós estamos tratando especificamente desta questão. Inclusive à época, o Presidente da Comissão de Constituição e Justiça era o Deputado Hermes Fonseca.

O SR. HERMES FONSECA (PT) (Pela Ordem)

Ele está lendo o relatório da Comissão de Constituição e Justiça. Não é sobre a emenda. Ele tem que discutir a emenda, neste momento!

O SR. BARBOSA NETO (PDT)

Nós vamos chegar lá.

Estou lendo o relatório até para que as pessoas possam compreender...

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Peço a vossa compreensão, para que se atenha à emenda, à votação da emenda. E é o relatório do projeto o que V. Exa. está lendo, ou então esta Mesa será obrigada a cassar-lhe a palavra, conforme prevê o artigo 20, inciso III, desvirtuando do assunto.

O Regimento me dá o direito de lhe casar a palavra. Peço a compreensão, em cima da emenda.

O SR. BARBOSA NETO (PDT)

Sr. Presidente, nós estamos aqui fundamentando nosso encaminhamento a fim de defender nossa tese. Nós somos contrários à emenda que está em tela. Eu não gastei os dez minutos regimentais que tenho garantidos. Nós já tivemos o encaminhamento de uma Deputada favorável a esta emenda e agora nós estamos utilizando.

Creio que a Mesa entende desta maneira, também, nosso tempo, para podermos defender a contrariedade a esta emenda, que no nosso entendimento vem a prejudicar a população do Estado do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

V. Exa. terá os dez minutos, dentro da matéria de votação da emenda.

O SR. BARBOSA NETO (PDT)

Muito obrigado. Estou tratando justamente deste ponto, desta questão, já que nós chegaremos inclusive à emenda modificativa, Deputado Hermes Fonseca, que diz que “entrará em vigor na data de publicação, ficando revogado o artigo 349 e os parágrafos da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970”.

Então, eu gostaria de continuar nossa defesa, já que acreditamos que neste momento o nosso Estado, particularmente, nosso país atravessam, é absolutamente extemporâneo se fazer passar uma lei por esta Casa visando a contratação, mesmo que seja emergencial, de servidores, sem o regime do concurso público.

O SR. HERMES FONSECA (PT) (**Pela Ordem**)

Não tem sentido o que o Deputado Barbosa está argumentando! Ele teria que se ater à emenda e dizer se concorda ou não com ela e se reportar ao artigo que está sendo revogado.

O SR. BARBOSA NETO (PDT)

O artigo em questão, da Lei 485, da emenda que está sendo colocada.

Nós estamos entrando neste artigo 2º.

O SR. HERMES FONSECA (PT) (**Pela Ordem**)

Qual é o artigo?

O SR. BARBOSA NETO (PDT)

Que entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogados...

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, não é possível! Com licença e com todo respeito ao Deputado Barbosa, e até por solidariedade, e com todo respeito à experiência do Deputado Hermes Fonseca, ele não pode querer induzir o Parlamentar que está encaminhando a emenda a falar o que ele

quer! O Deputado está lendo o relatório, o parecer da emenda!

Por esta razão, Sr. Presidente, tem que ficar assegurado o tempo necessário.

Se há pressa dos Deputados do Governo para irem descansar, nós da Oposição não estamos com pressa, então, deixe nossos Deputados encaminharem como nós desejamos!

O SR. HERMES FONSECA (PT) (**Pela Ordem**)

O Deputado Barbosa Neto não está discutindo emenda! Ele está discutindo o parecer da CCJ, a respeito do projeto de lei como um todo!

O projeto já foi votado ontem e aprovado; hoje se discute e se encaminha a discussão das emendas!

Se ficarmos nesse blá, blá, blá para tomar o nosso tempo, teremos que levantar questão de ordem!

Muito obrigado!

O SR. BARBOSA NETO (PDT)

O que nos faz entender é que o povo do Paraná tem que saber o que está sendo tratado, discutido e perpetrado neste exato momento.

Não é justo para os brasileiros, principalmente os desprovidos, aqueles que estão hoje marginalizados, sem emprego, criar mais um cabide de emprego que terá o aval desta Casa!

Da forma como está sendo colocado, quando vejo aqui Deputados tentando barrar até mesmo a nossa defesa de contrariedade, nos faz crer que estão defendendo esse verdadeiro “trem da alegria”. Se não há qualquer tipo de temor em relação ao projeto que está sendo votado aqui, nada mais justo que discutíssemos aqui, mas também nos atêssemos aos fatos que estão sendo expostos aqui.

Não há, na nossa visão, algo que justifique, a um ano das convenções partidárias que vão escolher os candidatos do Governo do Estado, a contratação de servidores sem o concurso público.

Acaba corroborando a nossa tese de que esses servidores que serão contratados sem o concurso público, farão parte de uma massa de manobra que o Governo vai utilizar para conquistar mais cabos eleitorais, como estamos vendo o que está sendo feito no Governo Federal.

Gostaria de ouvir aqui os argumentos do Bloco de Sustentação do Governo para defender, de forma viável e responsável, a aprovação dessas emendas que vão permitir ao projeto a contratação de mais servidores sem o legítimo concurso público!

Até nas outras emendas que estão por serem ainda apreciadas, há garantias das verbas rescisórias do pagamento do 13º salário.

Portanto, qual o motivo que leva a fazer essa contratação sem a instituição...

(**É tirado o som**)

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Gostaria de registrar a presença do Prefeito de Matelândia, Edson Primão, do Secretário de Obras, Gilmar e o Chefe de Gabinete, Ênio, a pedido do Deputado Ademir Bier.

Também a presença do Vereador de Toledo, Apolinário, a pedido do Deputado Elton Welter.

Está em votação a emenda.

Para encaminhar o Deputado Ademar Traiano.

Consulto o Deputado Ademar Traiano se vai encaminhar a favor ou contra?

O SR. ADEMAR TRAIANO (PSDB)

Vou encaminhar contrariamente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

V. Exa. tem dez minutos para encaminhar.

O SR. ADEMAR TRAIANO (PSDB)

Não vou nem ocupar os dez minutos, até porque entendo que não há necessidade desse tempo. Quero apenas, na esteira do pronunciamento da defesa da argumentação do Deputado Barbosa Neto e do Deputado Valdir Rossoni, realmente, fazer um encaminhamento contrário à emenda e esse projeto que entendo eu ser uma aberração contra o Estado do Paraná.

No momento em que o Governo se prepara para terminar o seu mandato de Governador, vem à tona com um projeto para propiciar aos seus apaniguados, a oportunidade de contratação de funcionários sem o concurso público; isso é realmente o que estabelece o regime para contratação de funcionários pelo Estado. É um desrespeito à lei, é um desrespeito à legislação, é ferir princípios constitucionais que o Governo pretende, neste momento, se formar aprovar o projeto dessa forma e no encaminhamento que a Situação está pretendendo.

Não podemos concordar e a manifestação da Oposição, neste momento é a voz, com certeza, daqueles que não podem protestar no Estado do Paraná, é a voz daqueles que gostariam de estar aqui dizendo ao Governo do Paraná: “não admitimos a contratação de funcionários sem o concurso público, sem cumprir os princípios constitucionais, sem obedecer a lei”, porque essa é a forma de enganar os paranaenses.

Srs. Deputados, Sras. Deputadas. É por isso que queremos, no encaminhamento que fazemos nesta tarde, alertar os paranaenses com essa preocupação que estamos trazendo de que o Governo do Paraná, mais uma vez, tenta ludibriar, tenta enganar, tenta incutir na mente dos paranaenses algo que, na verdade, não está cumprindo com aquilo que é o seu dever constitucional.

Não podemos permitir que se faça a contratação. Esse foi o discurso no passado, Srs. Deputados, de tantos outros Parlamentares que hoje estão na Bancada da Situação, quando o Governo anterior trazia para cá projetos dessa natureza. Lembro-me, perfeitamente, da contestação, dos discursos inflamados que aqui faziam os Srs.

Parlamentares. Um erro não corrige o outro. Portanto, se houve pecado no passado não pode se pecar no presente.

Quero crer que esta Assembléia Legislativa do Estado, composta de Deputados experientes, responsáveis, maduros e conscientes, Deputados que têm compromisso com a população paranaense, não irão permitir que esse projeto seja aprovado, porque isso, sim, é virar às costas à lei que estabelece o regime de contratação neste Estado.

Por esta razão, não quero ocupar meus dez minutos, mas não poderia, de forma alguma, deixar de expressar a minha manifestação de indignação. Se esse projeto for aprovado, nós estaremos rasgando os textos constitucionais.

Como sou um Deputado de tribuna, já ocupei neste Paraná muitos espaços, já estive no Tribunal do Juri, sou um repentista, sim, quando ouvi aqui o Deputado Dobrandino dizendo que o projeto já foi aprovado. Foi, sim, mas nada impede que expressemos a nossa manifestação, porque, se foi aprovado em primeira poderá ser derrubado na sequência; as emendas poderão não ser aprovadas e não podemos conceber, de forma alguma, que...

O SR. MARCOS ISFER (PPS) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, gostaria de formular Pela Ordem, porque, como relator do projeto já aprovado em primeira discussão e hoje ido à sua segunda discussão, gostaria muito de saber por parte do Deputado que usa a tribuna, o que é que ele tem, exatamente, contra a emenda que está no texto do relator da CCJ, porque nós não conseguimos compreender, já que me parece é o encaminhamento de uma emenda.

Como é que se pode estar discutindo uma emenda que efetivamente vem apenas no aspecto constitucional corrigir o projeto revogando as disposições em contrário em determinados artigos que poderiam ferir de morte o projeto?

O SR. BARBOSA NETO (PDT) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente.

Creio que V. Exa. deve respeitar o que diz o Regimento. O Deputado Ademar Traiano estava fazendo o encaminhamento, não havia a questão de ordem e ele foi interrompido quando estava encaminhando de forma contrária.

Acho que o Deputado Marcos Isfer deve respeitar.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Tanto não cabe a questão do Marcos como a de V. Exa. também.

Está assegurada a palavra ao Deputado Traiano.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Sr. Presidente, Questão de Ordem.

Quero invocar aqui o artigo 171 porque estão induzindo em erro a Oposição, que a Oposição só pode enca-

minhar alternadamente. Não é verdade. O novo Regimento Interno diz o seguinte: são cinco favoráveis e cinco contrários. Se não tiver quem defenda a emenda, nós temos o direito de encaminhar, cinco Deputados, contrários, porque nós já tivemos Deputados que se ausentaram por alguns minutos que queriam encaminhar a emenda.

Era só isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

É segurado que o Regimento prevê cinco contrários e cinco favoráveis. Mas, que o Deputado se atenha somente à emenda porque também é regimental, e V. Exa. não pode se desvirtuar do assunto.

O SR. ADEMAR TRAIANO (PSDB)

Sr. Presidente, apesar da manifestação do Deputado Marcos Isfer, brilhante Deputado que nós conhecemos nesta Casa, tem feito brilhantes pareceres, nós reconhecemos, mas não podemos, de forma alguma, deixar aqui de registrar a nossa indignação. Somente neste Parlamento é que os Deputados de Oposição têm a oportunidade de deixar expressa a sua manifestação de indignação, de insatisfação com relação aos temas trazidos para esta Casa, pelo Governo, pelos próprios parlamentares.

Portanto, não posso, de forma alguma, deixar também de trazer aqui a minha preocupação com relação a esse projeto, mesmo tendo sido aprovado. Os paranaenses têm que saber a forma como este Governo age, atua, tentando, na enganação, no engodo, mostrar aos paranaenses que as coisas acontecem pela imposição, pela forma arrogante, arbitrária, sem respeito à legislação, sem respeito às ordens jurídicas, sem respeito à nossa Constituição.

Não há como conceber, com todo respeito ao Deputado Marcos Isfer, tenho certeza absoluta que vai me compreender, este é o nosso dever de fazer aqui a nossa manifestação! Fui eleito para isso! Os eleitores do Estado, os paranaenses, têm que compreender que a Oposição tem que estabelecer o contraponto, tem que mostrar as inverdades, as irregularidades!

O SR. NATÁLIO STICA (PT) (Pela Ordem)

Sr. Presidente.

A Oposição tem todo o direito de usar as cinco intervenções, porém não pode fazer aqui uma brincadeira de não respeitar o Regimento e sair do tema.

Está o Deputado Traiano há três minutos respondendo o Deputado Marcos Isfer, fugindo do tema que é exatamente a emenda que tem que ser votada.

Quero que V. Exa. cumpra o Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Peço a V. Exa. que se atenha à emenda.

O SR. ADEMAR TRAIANO (PSDB)

Sr. Presidente, não consigo conceber e não admito receber aqui advertência, com todo o respeito, do Deputado Stica porque eu não descumpri o Regimento! Estou falando dentro do que estabelece o Regimento!

Quem não cumpre o Regimento nesta Casa é aquele que faz uma brincadeira, num momento sério, quando traz um aparelho de telefone com um grampo para dizer aos parlamentares que está grampeado! Esse não cumpre o Regimento!

Portanto, não admito receber aqui advertência de um Parlamentar, com todo respeito, Deputado Stica! E continuo aproveitando o meu tempo, dentro do meu raciocínio.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

O seu tempo já se esgotou, Deputado Traiano.

O SR. ADEMAR TRAIANO (PSDB)

Fui interrompido várias vezes, Sr. Presidente, por vários Parlamentares!

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Houve uma tolerância no sentido do desvio do assunto.

O seu tempo está esgotado, Deputado. Está em votação a emenda.

O SR. BARBOSA NETO (PDT)

Para encaminhar, Deputado Scarpellini.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Para encaminhar, Deputado Scarpellini. Sr. Presidente, temos o direito regimental!

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Quem tem que fazer o pedido de encaminhamento é o próprio Deputado Scarpellini.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)

Eu havia levantado a mão e o Sr. não me viu!

O SR. NATÁLIO STICA (PT) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, de novo invoco o Regimento.

O Deputado Scarpellini não estava em plenário, foi chamado às pressas e foi pedido pelo Deputado Rossoni. Está virando brincadeira e o povo do Paraná está assistindo!

(Tumulto no Plenário)

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, estou acompanhando a sua presidência e com todo o respeito, o Deputado Rossoni está dando uma de presidente, aqui de baixo. Quem tem que solicitar o direito de falar é o Deputado que vai falar e

não o Deputado Rossoni, que se intitula Presidente, aqui de baixo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Está assegurada a palavra ao Deputado Scarpellini.

O SR. HERMES FONSECA (PT) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, V. Exa. colocou em votação. O Deputado Scarpellini não estava no plenário. Portanto, ele não tem o direito de encaminhar esta emenda. Ele poderá encaminhar outras discussões e não essa.

O SR. BARBOSA NETO (PDT) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, ele estava aqui, sim senhor.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

O Deputado Scarpellini estava entrando ao plenário. Enquanto ele não fez o pedido, esta Mesa não acatou. Mas, assim que ele fez o pedido, a Mesa acatou.

V. Exa. tem o tempo para encaminhar.

O SR. BARBOSA NETO (PDT)

É o quarto a fazer o encaminhamento. Resta mais um, ainda, para a Oposição.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)

Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, essa emenda modificativa ao Projeto de Lei nº 485/2004, que nos leva neste momento a usar da palavra, para fazermos algumas colocações de fatos que nos entristeceram no passado e que, certamente, não vai ser diferente no futuro. O projeto de lei que foi encaminhado a esta Casa, pedindo a dispensa de concurso público para a contratação de funcionários...

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Quero chamar a atenção de V. Exa., que está em votação a emenda. A discussão do projeto já está vencida.

Se V. Exa. não se ativer ao encaminhamento da emenda, sou obrigado a lhe cassar a palavra.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)

Modificativa, e nós já vimos em outras oportunidades, festivais de contratação de funcionários públicos, que servem apenas para atender ao interesse eleitoral e administrativo de quem está no poder, que transitoriamente usa estes expedientes para poder fazer as barganhas e o jogo político.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, aqui, no caso, essa emenda modificativa do Deputado Hermes Fonseca, como Presidente e o Deputado Marcos Isfer, como relator, propôs que é a emenda da CCJ que vem modificar o projeto original. Nós discordamos por entender que o mesmo atenta contra a moralidade pública.

Lembro-me muito bem que, aqui por esta Assembleia, em 1983, passou um Deputado por nome de Rob-

erto Requião de Mello e Silva, que chegando a esta Casa, dizia e proferia os discursos do Sidônio Muralha, dizendo ele que, no serviço público, não podia ter parentes, que no serviço público não podia ter os afilhados políticos, que na administração pública se devesse premiar o bom funcionário, o bom trabalhador e aquele mais competente.

O SR. ELTON CARLOS WELTER (PT) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente.

O Deputado não está encaminhando a emenda, mas está tratando de nepotismo, o que não estamos discutindo isso aqui. O projeto já foi aprovado e a emenda remete a um artigo, que é uma questão de remeter à lei federal, que regulamenta as contratações emergenciais, e não está discutindo em cima do tema.

Infelizmente...

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)

Pois olha, quero fazer um preâmbulo, porque me convenci que esta emenda realmente está correta. Convenci-me ouvindo os discursos do Governador Roberto Requião ainda Deputado Estadual nesta Casa ou será que ele pregava aquilo, porque o Governador era o Richa?

Quero crer que não vamos poder passar aqui uma autorização em branco para que o Poder Executivo possa contratar quem bem entender, argüindo o quê? Premiando quem? Atendendo aos interesses de um ou de outro Partido? Não é isso que nós queremos!

Queremos, sim, que o Estado seja forte, que possa cumprir as suas obrigações, possa cumprir com a sua devoção constitucional de atender às necessidades e ao clamor do povo nas ruas, nos hospitais, nas cadeias públicas, que possam realmente os agentes contratados pelo Estado serem os melhores, os mais eficientes, os mais devotados, os mais capacitados, E por isso, atendendo a esse apelo que veio junto com as mudanças democráticas que sopraram pelo Brasil, é que não podemos fazer isso, passar uma carta de ordem de serviço em aberto para que cada um preencha à sua vontade e ao seu bel-prazer.

Ainda recentemente, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, vimos que em uma situação mais ou menos parecida com esta que aqui está, tivemos um escândalo nacional, que foram as contratações feitas pelo Ministério da Saúde que...

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

V. Exa. teve a palavra cassada, porque V. Exa. está há sete minutos e não está encaminhando a Emenda.

Está em votação a Emenda.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (PMDB)

Sr. Presidente, enquanto não for cumprido o Regimento Interno, não tem condições de encaminhar nenhuma votação na Casa. O que estão fazendo, é impossível continuar! Sempre utilizei o Regimento Interno! O

Regimento Interno não permite o expediente que está sendo utilizado.

V. Exa., com autoridade, tem condições de cassar e colocar em votação.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Está cassada a palavra do Deputado Scarpellini.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (**Questão de Ordem**)

Sr. Presidente, não é possível, entendo que V. Exa. está sendo pressionado pelos Deputados do Governo, mas eu sei que V. Exa. não é suscetível à pressão! Nada mais infeliz para esta Casa, que tolher a liberdade de um Parlamentar dentro do Regimento!

Por isso, sou um guardião do Regimento.

Por isso, Sr. Presidente, com todo o respeito, falta apenas um minuto, acho que deveríamos dar a oportunidade ao Deputado Scarpellini para concluir o seu encaminhamento.

O SR. ADEMAR TRAIANO (PSDB) (**Questão de Ordem**)

Sr. Presidente, acho um desrespeito o que está ocorrendo com o Deputado Scarpellini.

Vale lembrar, Sr. Presidente, que no passado, os Deputados, hoje...

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Não cabe a questão de ordem, Deputado Traiano.

Está em votação a emenda. Os Srs. Deputados que aprovam, permaneçam como estão. **Aprovado.**

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Sr. Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. ANTONIO ANIBELLI (PMDB)

Sr. Presidente, requeiro chamada nominal.

Peço que V. Exa. determine o microfone para podermos falar, porque o Deputado Scarpellini e o Deputado Rossoni querem ser os donos do plenário.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, eu só queria que o senhor determinasse, de acordo com as normas aqui da Casa existem dois microfones: do lado esquerdo o da Situação; e do lado direito, o da Oposição.

E o Deputado Rossoni, com toda a sua inteligência e seu respeito aos demais companheiros, que ele deixasse pelo menos na esquerda, aqui...

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Não cabe questão de ordem, Deputado Jocelito.

Solicito ao Sr. 1º Secretário, Deputado Nereu Moura, que proceda à chamada nominal com verificação de votação.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Nereu Moura**)

(Procede à chamada nominal com verificação de votação)

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Será feita a verificação de votação.

Trinta e oito Deputados presentes.

Deputados que aprovam a emenda, queiram levantar-se. Trinta e um Srs. Deputados.

Deputados que rejeitam, queiram levantar-se.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, gostaria de registrar o voto contrário dos Deputados Scarpellini, Barbosa, Traiano, Reni e Luiz Carlos Martins, e vamos continuar obstruindo, para não acontecer esse absurdo!

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Está aprovada a emenda.

Agora vamos colocar em votação as emendas da Comissão de Finanças e há sobre a Mesa Requerimento nº 927, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, constante do expediente, solicitando a votação em bloco das Emendas da Comissão de Finanças nºs 02, 03, 04, 06, 08, 09 e 10 apresentadas ao Projeto de Lei Complementar nº 485/04. **Aprovado.**

Requerimento nº 985, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, constante do expediente, solicitando votação em bloco das Emendas da Comissão de Finanças nºs 01, 05 e 07, das Emendas de Plenário e da Subemenda da CCJ, apresentadas ao Projeto de Lei Complementar nº 485/2004. **Aprovado.**

Requerimento nº 978, de autoria dos Deputados Durval Amaral, Barbosa Neto, Plauto Miró Guimarães, Ademar Traiano e Valdir Rossoni, constante do expediente, solicitando destaque para a votação da Emenda de Plenário nº 02 ao Projeto de Lei nº 485/2004, constante da Ordem do Dia da presente Sessão. **Rejeitado.**

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, queremos encaminhar a emenda.

Há um direito regimental. Invoco o artigo 171.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

V. Exa. se refere ao requerimento?

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Ao requerimento de destaque as emendas.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

V. Exa. quer encaminhar o requerimento?

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Não apenas eu, mas todos os Deputados de Oposição querem encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

V. Exa. poderá fazer o encaminhamento do requerimento.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Claro, é isto que estou invocando, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

V. Exa. havia colocado a emenda.

O SR. ANTONIO ANIBELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)

Não tem um requerimento pedindo votação em bloco das Emendas?

(**Assentimento**)

Qual chegou antes na Mesa, qual é o horário do registro do requerimento? Dos dois requerimentos? Vamos ver se a assessoria da Mesa está funcionando: está escrito de acordo com o relógio ali.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Sr. Presidente, eu não acredito que estão duvidando da palavra do nosso Presidente.

O SR. ANTONIO ANIBELLI (PMDB)

Queremos verificar o horário do registro dos Regimentos n^{os} 1 e 2.

O SR. RENI PEREIRA (PSB) (**Pela Ordem**)

Só pergunto ao Sr. Presidente, se antes do número um só existe o meio, se estão aceitando requerimentos com casas decimais.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Destaque tem preferência sobre a emenda.

Para encaminhar, Deputado Rossoni.

Gostaria de pedir ao Deputado Rossoni que se atenha ao requerimento.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

V. Exa. tem, da minha parte, toda compreensão, sei que V. Exa. está sendo pressionado mas, infelizmente, nós estamos aqui com um projeto de suma importância.

Socorro-me aqui da minha assessoria porque nós estamos aqui, Sr. Presidente, para justificar as emendas.

Este requerimento, Sr. Presidente, se antecede ao do Deputado Dobrandino e aí que há a incompreensão dos Deputados do Governo, achando que o requerimento do Deputado Dobrandino teria que ser votado antes. Ao contrário, V. Exa. está interpretando corretamente o Regimento.

Enquanto minha assessoria encontra aqui a emenda que nós estamos pedindo o destaque para que possamos dar encaminhamento na justificativa do nosso requerimento, Deputado Anibelli, nosso requerimento:

“Os Deputados que o presente subscrevem no uso de suas atribuições regimentais, em conformidade com o Artigo 170 do Regimento Interno requerem destaque

para discussão e votação da emenda de Plenário n^o 1, ao Projeto de Lei n^o 485”.

A emenda supressiva que nós estamos requerendo votação em destaque, Sr. Presidente: “Apresenta Emenda Supressiva ao Projeto de Lei 485/04, originário do Poder Executivo, tem o objetivo de suprimir os incisos 4^o, 7^o, 8^o, 9^o, 11, 12, do Artigo 2^o”.

Passo, Sr. Presidente, a fazer a leitura do artigo 2^o, que estamos pedindo a supressão, mas é importante que haja o entendimento que a Oposição minoritariamente aqui nesta Casa está usando o Regimento Interno para obstruir esta votação!

Estamos sim, até para que a população que está nos assistindo, através do Canal 21 saiba que estamos em regime de obstrução pela seguinte razão: não queremos autorizar o Governo a contratar servidores públicos sem concurso público! É importante que o paranaense que está nos assistindo saiba, se aprovado esse projeto e não suprimirmos esses artigos, o Governador do Paraná poderá, ao seu bel-prazer, contratar a hora que ele quiser, sem concurso público. E os senhores que estão em casa, desempregados, não terão oportunidade de participar do concurso público!

Por esta razão, a Oposição está aqui para obstruir essa votação, porque não estamos conseguindo convencer os Deputados do Governo que é um absurdo aprovarmos esse Projeto! Mas se não convenceremos os Deputados do Governo, vamos ganhar pelo cansaço, porque é mais importante lutarmos, aqui, até a última gota de sangue para não autorizarmos essa aberração!

Invoco aqui o Líder do Governo: se acatar a nossa emenda supressiva, certamente poderemos entrar num entendimento. Estamos fazendo uma proposta: Se o Líder do Governo acatá-la, encerra-se aqui a discussão.

O SR. DOBRANDINO DA SILVA (PMDB)

Negativo!

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

As vezes dizem que a justiça é muito morosa, mas às vezes a morosidade da justiça faz com que a justiça não cometa injustiças. Talvez a morosidade dessa Sessão Plenária faça com que nós não cometamos este descalabro legislativo.

O artigo 2^o diz o seguinte: “Atender às necessidades relacionadas com a infra-estrutura de serviços públicos de apoio, considerados por fato alheio à vontade administrativa”.

Ora, meus amigos, está aqui o maior exemplo de que nós não devemos aprovar. Por quê? Relacionados à infra-estrutura! Quer dizer, se fosse num caso de saúde, de educação, uma epidemia, algo nesse sentido certamente nós poderíamos nos curvar, mas veja, amanhã o diretor do DER resolve contratar funcionários para o DER! É infra-estrutura! Para arrumar estradas, para o Secretário de Desenvolvimento Urbano poderá contratar servidores a hora que ele bem entender!

Por esta razão, estamos pedindo a supressão desse inciso.

O sétimo...

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Deputado Rossoni, seu tempo já está esgotado.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Eu encerro. Passo o encaminhamento ao Deputado Traiano, para dar continuidade, porque eu não consegui fazer a leitura das supressões.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Não pode passar encaminhamento. Em votação o requerimento.

O SR. ADEMAR TRAIANO (PSDB) (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, gostaria de dizer aos paranaenses, neste momento, que com certeza estão atentos a este problema, que realmente dá uma conotação muito estranha a todos nós. Este projeto, as suas emendas, sofreram por parte dos Srs. Parlamentares ampla discussão.

O Deputado Rossoni já fez a sua explanação, sustentação política, jurídica, a sustentação que esperávamos, acontecesse, para que os paranaenses pudessem compreender o que se está tratando neste momento, com esse desejo, vontade, trazidos a esta Casa pelo Governo do Paraná.

Quero crer que, não acatar a vontade dos Parlamentares da Oposição neste momento, em votar as emendas, em aprovar o destaque das Emendas, é exatamente estarmos ferindo e retroagindo ao tempo e ao espaço daquele momento em que os porões da ditadura calava a voz das minorias neste país. Não tenho a menor dúvida de que os tempos são outros, que este país evoluiu, que no comando da Nação Brasileira está hoje um sindicalista que está sendo referenciado por todos neste país e pelo mundo todo. Por esta razão não podemos compreender que calemos a voz da minoria aqui nesta Casa, que queiram cercar o direito dos Srs. Parlamentares de fazer aqui a argumentação necessária para que possamos mostrar aos paranaenses que os Governos estão caminhando por um caminho que não conduz àquilo que é o melhor para os paranaenses neste momento.

Nós, Deputados de Oposição, minoria nesta Casa, temos a responsabilidade e o dever, de mostrar a todos aqueles que gostariam de estar aqui, ocupando este espaço, para contestar, para manifestar, expressar a sua contrariedade a este projeto que é uma aberração, como já disse em outro pronunciamento.

Não podemos admitir que a Bancada de Situação, que é maioria esmagadora, queira sufocar as poucas vozes que ainda se levantam para mostrar aos paranaenses que o caminho que o Governo toma, não é o caminho correto. Temos que protestar sim, temos que levantar a nossa voz, temos que soltar o nosso grito de independên-

cia, de um poder independente, de um poder que quer caminhar pelos seus próprios passos, de um poder que não pode estar atrelado à vontade de um governo ou de um Governador.

Esse é o nosso desejo, Srs. Deputados; esta é a nossa vontade e é exatamente por isso que estamos aqui protestando. É exatamente por isso que estamos aqui fazendo o nosso pronunciamento em defesa do Paraná, em defesa dos paranaenses.

O SR. JOCELITO CANTO (**Pela Ordem**)

Só queria alertar a V. Exa. que esse relógio voltou, parou, esse relógio está louco hoje.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Foi da queda de energia, mas está registrado o tempo.

O SR. ADEMAR TRAIANO

Sr. Presidente, tenho a compreensão de que o relógio desta Casa, ele fala a voz dos paranaenses. Os paranaenses querem ouvir sim, e é por isso que o relógio está exatamente adequado ao tempo que nos é concedido por essa Presidência, o tempo é regimental.

Por isso, não temos a menor preocupação com relação à manifestação do Vice-Líder desse momento, Deputado da região dos Campos Gerais, que vem aqui protestar com relação ao tempo.

V. Exa. tem autoridade suficiente para, no momento certo, cessar e calar a nossa voz. Dentro do Regimento nós acatamos qualquer coisa.

Mas, vou fazer aqui a leitura do parágrafo 7º do projeto de lei, onde diz: “atender ao suprimento de pessoal especializado nas áreas de saúde e segurança pública, nas hipóteses previstas na presente lei complementar”.

Ora, Sr. Presidente e Srs. Deputados, realizar serviços emergenciais, em rodovias estaduais.

Sras. e Srs. Deputados, a palavra emergencial pode ter uma compreensão muito complexa e na interpretação que o Governo quer dar nesse momento, no seu projeto e lei, não cabe a palavra emergencial.

Não há como nós queremos aqui acatar essa manifestação do Governo. Não há emergência nenhuma.

Emergência em rodovias...Ora, senhores, isso é uma brincadeira, usar contratação de funcionários, sob o pretexto de que há emergências sobre as rodovias do Estado!

Somente agora, Srs. Deputados, o Governo vem atender, vem ver, depois de dois anos e meio de Governo, que há necessidade de contratar funcionários para suprir emergências das recuperações das estradas do Paraná!

Por que não fez isso ao longo desse tempo? Teve o tempo necessário e suficiente para mostrar isso aos paranaenses e, lamentavelmente, não fez!

Agora, num engodo, vem querer empurrar goela abaixo deste Parlamento um projeto que está na contra-

mão da história, que fere princípios constitucionais, que fere normas jurídicas, enfim, que pisa em cima do que estabelece a legislação federal de que qualquer contratação de funcionários deve acontecer por concurso público e não apenas pela vontade do governante?

Nós não podemos, de forma alguma, Srs. Deputados, interpretando o rigor da lei, à luz da lei, concordar com esse afã que o Governo vem fazendo aos paranaenses! Enquanto nós, a maioria nesta Casa, aqui nesta tribuna, tivermos o direito e voz de protestar e contestar, vamos levantar as nossas vozes para dizer aos paranaenses que fiquem seguros, porque se o Governo que, de uma forma desrespeitosa, colocar aqui neste Parlamento projetos que firam os princípios constitucionais, existem ainda alguns, que têm a grandeza de saber defender os interesses dos paranaenses como um todo!

Portanto, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e senhores paranaenses que nos ouvem neste momento, nós queremos aqui, nesta tarde - sabemos que o nosso horário está quase expirando, mas se precisarmos aprovar mais um requerimento para postergarmos o tempo, aqui ficaremos! Não importa o tempo! O tempo necessário a maioria desta Casa vai ocupar, desta tribuna, para mostrar aos paranaenses que a verdade está conosco!

Por isso, não podemos admitir e protestamos, sim, Sr. Presidente e Srs. Deputados, protestamos com muito conteúdo, com muita consistência, de uma forma que com certeza os paranaenses estão já convencidos, neste momento, de que o Governo quer com a sua maioria absoluta impor uma condição que nós não aceitamos, nesta Casa!

Em respeito ao Sr. Presidente, concluo meu pronunciamento.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Para encaminhar, concedemos a palavra ao Deputado Barbosa Neto.

O SR. BARBOSA NETO (PDT)

Gostaria até, Sr. Presidente, de, com toda sinceridade, fazer um apelo à Bancada da Situação, que neste momento pretende votar a toque de caixa os requerimentos que estamos analisando, neste momento.

Vejam, não se pode colocar no mesmo bojo da discussão, alguns pontos que são díspares, como nós estamos entendendo, aqui, nesta emenda supressiva. Senão vejamos aqui, o inciso IV desta Lei Complementar nº 485, no artigo 2º: “consideram-se como de excepcional interesse público as contratações por tempo determinado, que visam atender à situação de calamidade pública, combater surtos epidêmicos, promover campanhas de saúde pública que não sejam de caráter contínuo, mas eventuais, sazonais, temporárias ou imprevisíveis, por fato alheio à vontade da administração pública”.

Quanto a isto, não há o que se negar. Mas, vejamos por exemplo, aqui, no inciso IV deste artigo 2º: “atender

às necessidades relacionadas com a infra-estrutura e serviços públicos de apoio considerados”.

Vejam, Sras. e Srs. Deputados, o Governo quer criar uma lei para proporcionar a contratação de servidores sem concurso público para trabalhar na infra-estrutura do Estado do Paraná!

Existe uma lei de licitações para contratação desses serviços. Como vai ser feita esta contratação? Aonde é que está a transparência? Aonde é que está a moralidade?

Cabe a nós - e é desta maneira que nós, Deputados da Oposição interpretamos - que claramente o Governo tenta, numa manobra, fazer um cabide de empregos, aqui! É um verdadeiro trem da alegria!

Vejam, mais adiante, inclusive, e é contra isso que nós nos insurgimos na tarde de hoje, no inciso VII, por exemplo - pasmem, Sras. e Srs. Deputados - “atender ao suprimento de pessoal especializado nas áreas de saúde e segurança pública.”

Como atestar a competência de alguém para trabalhar na saúde ou mesmo na segurança pública, que são funções específicas, que merecem ter, além de um preparo intelectual, acadêmico até, uma questão psicológica ou psicotécnica, o Governo vai sair a esmo, contratando cabos eleitorais que vão trabalhar na saúde e na segurança pública? Justamente os dois pontos mais reclamados pela população paranaense?

Ora, senhoras e senhores! Não podemos deixar passar este projeto a toque de caixa. Por isso, pedimos o destaque na tarde de hoje! E vai mais além: o absurdo de tentar empurrar goela abaixo da população paranaense!

Vejam o inciso VIII do artigo 2º: “realizar serviços emergenciais em rodovias estaduais”. Mas, para que existe o DER? Para que existe, por exemplo, o serviço de concessão dos pedágios? Terá o Governo também que assumir essa condição?

Lamentavelmente estamos constatando isso aqui. O apelo que faço aos Deputados de sustentação para o equívoco que estará sendo cometido contra a sociedade paranaense.

E não pára por aí não! Qual é o caráter emergencial que existe, por exemplo, no inciso IX: “realizar pesquisa estatística de campo”. Onde existe emergência, urgência, e acima de tudo, necessidade de fazer isso?

Deputado Duílio Genari, o senhor é o Deputado mais experiente desta Casa, aprendemos diuturnamente com seus conselhos, principalmente com a sua sapiência. Tenho certeza que V. Exa. vai nos acompanhar, pelo menos na votação no destaque, para que não possamos colocar no mesmo bojo. Por exemplo, pode haver a necessidade da contratação emergencial desse ou daquele cargo específico, mas para esses que estou lendo aqui, não há urgência, emergência.

Portanto, não se pode votar favoravelmente a isso. Estou pedindo apenas aqui aos Parlamentares, que possamos fazer a diferenciação. Que esta discussão seja feita

com este destaque. Que o requerimento encaminhado, de nº 1 que está na mesa, seja apreciado.

Estamos vendo aqui, por exemplo, no inciso XI do artigo 2º, da emenda supressiva encaminhada pelo Governo e que a Base de Sustentação deseja votar nesta Casa em bloco. Essa não! Essa é risível! Não se sustenta! Como é que pode o Governo colocar isso no papel e querer que aprovemos às escuras?

Meu Deus do céu! Atender às necessidades relacionadas ao segmento de pesquisa agropecuária! Isso é um acinte contra o IAPAR, que é um dos maiores institutos de pesquisa e extensão do mundo, com know-how e a tecnologia que o Paraná detém, graças a Deus, já que é o agronegócio que sustenta a economia paranaense! O IAPAR, com certeza, se fosse consultado, rebateria de pronto essa argumentação.

Deputado Mário Bradock, V. Exa. é um dos Deputados que fazem parte da tropa de choque do Governo - com todo respeito que uso esse trocadilho - sei que inúmeras vezes, V. Exa. se levantou naquela tribuna votando a favor daquilo que seja em benefício da maioria do povo paranaense. Não posso acreditar, até mesmo por ser um Deputado com vários cursos superiores, não só da segurança pública, mas da Biologia, Química, Matemática, Física, portanto, tem uma visão do mundo como um todo e a abrangência que estamos pedindo neste momento com toda humildade aqui, este Deputado que está iniciando o mandato nesta Casa de Leis e aprendendo com tantos nobres Pares.

Lamentavelmente não podemos entender esse projeto, principalmente faltando um ano para as convenções partidárias que vão escolher os candidatos que disputarão o Governo do Estado no ano que vem e também as Assembléias Legislativas e a Câmara Federal.

Não posso acreditar! Não posso defender! E mais, ainda, no inciso IX: “entende-se por trabalho de campo preparo do solo, capina, plantio, aplicação de defensivos e corretivos.” Há urgência nesses pontos? Não! Há, sim, que ser garantido tudo isso através da transparência, da moralidade, do concurso público, com edital claro, com a publicação com antecedência nos meios de comunicação, para que todos os paranaenses aptos para se habilitar a um cargo importante como esse, nas fileiras do Governo do Estado, possam inscrever-se e disputar em grau de igualdade com aqueles outros paranaenses que vão ser apaniguados por esse ou aquele mando político e contratados pelo Governo.

Portanto, o meu encaminhamento neste momento, é para que haja o destaque neste requerimento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Está em votação o requerimento.

O SR. RENI PEREIRA (PSB)

Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. ARTAGÃO JÚNIOR (PMDB) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, os encaminhamentos - só a nível de esclarecimento - podem ser consecutivamente contrários ao encaminhamento? Não precisa ser um positivo e outro negativo?

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Tem direito a cinco encaminhamentos, não tendo encaminhamento do outro lado do Governo.

O SR. RENI PEREIRA (PSB) (**Para Encaminhar**)

Faço questão de encaminhar desta tribuna que é do Governo, porque escutei alguns Parlamentares falarem que era o papel da Oposição e que estavam fazendo jogo. Vou mais além: é o papel deste Legislativo que está em jogo e não a Oposição, que está fazendo jogo.

É de se questionar, realmente, qual é o papel do Poder Legislativo, quando aceita, pacientemente, um projeto dessa envergadura. Vou além do comentário a esse projeto, destacando que a emenda está pedindo supressão, que é a questão do inciso VII que diz que entre os objetivos deste projeto, é atender o suprimento de pessoal especializado nas áreas de saúde e segurança pública, nas hipóteses previstas na presente lei complementar.

Pois bem, temos aqui Deputados experientes, Deputados que, embora não tão experientes - é o meu caso, Deputado de primeira legislatura - acredito que todos somos representantes da população, que espera uma resposta nossa neste caso.

Como é possível que nós, mesmo sabendo perfeitamente quais são as carreiras e as funções típicas de Estado, entre as quais a do poder da polícia, vamos votar um projeto que abre a prerrogativa para o Governo do Estado contratar, na área de segurança pública, pessoas especializadas?

Deputado Augustinho Zucchi, o senhor, que é do PDT, com certeza sabe que um dos esteios do trabalho é garantir também a legalidade. Isso significa dizer que daqui a alguns dias vamos estar votando aqui projetos que dão uma brecha para que o Governo do Estado contrate pessoas para suprir a demanda na área de fiscalização e de arrecadação, porque essas também são carreiras típicas e exclusivas do Estado. Não se concebe isso do Poder Legislativo, aquele que deve, prioritariamente, ter a noção de saber que o Governo se baseia nas leis que são aprovadas nesta Casa.

Estamos, simplesmente, dando um cheque em branco para que o Governo constitua uma milícia própria, porque vocês nem imaginem que será o contrário. Tivemos, na tarde de ontem, nesta Casa, um representante da Polícia Militar que falava aqui, sim, e muitos ouviram da questão da milícia armada para defender as propriedades.

Quem nos garante que essas contratações, que não passarão pelo crivo do concurso público, vão contemplar pessoas que realmente tenham em seu currículo o conhecimento e a experiência na área de segurança pública?

Quem nos garante que a imparcialidade no ato da contratação será imprimida por parte da Secretaria competente? Quem nos garante, Deputado Rossoni, que este Governo não vai usar dessa prerrogativa e por aí afora, não o Governador, a sua pessoa que nós refutamos uma pessoa séria, mas sim dos Secretários, que terão à sua disponibilidade, um diploma legal que lhe concede o poder de colocar no ostracismo, funcionários de carreira? E não adianta apelar ao estado de emergência, porque este nem sempre será verificado para a contratação. Isso aqui, uma vez aprovado, será, sim, posto em prática pelas várias Secretarias que terão esse diploma legal à sua disposição.

Não vão esperar catástrofes, vendavais e assim por diante, será aplicado porque tem a prerrogativa, e não pensem vocês que será feito sequer teste seletivo! Isso vai ser um cheque em branco para nós constituirmos, no Estado do Paraná, o que aproximadamente setenta anos atrás foi concedido no estado democrático da Alemanha, a sua pessoa governante que estava cheia de boas intenções, mas causou os grandes males da humanidade através do nazismo. Falo de Aldolf Hitler que suprimiu as prerrogativas, aos poucos, do Poder Legislativo, e foi conservando o poder nas suas mãos.

E isso é uma tendência que pode ocorrer aqui! É vergonhoso para este Parlamento, Deputada Cida Borghetti, que nós não tenhamos a noção do poder que o povo nos conferiu para fazermos leis que ajudassem o Estado do Paraná e que jamais aprovássemos deste Parlamento, que conferir o absolutismo a qualquer governante.

É vergonhoso para este Parlamento, dia após dia, ver suprimirem a sua capacidade legislativa e ver que leis como esta fatalmente, daqui a poucos dias, serão questionadas judicialmente pelo Ministério Público, por associação e assim por diante.

O que a população nos questionará no ano seguinte, onde vamos pedir voto à reeleição para um papel, para uma função como Deputados Estaduais, se não estamos hoje, durante este mandato que nos foi conferido, cumprindo com a nossa função? Para que vamos pedir voto no ano que vem? Para um mandato para vigiar a Constituição, para fazer cumprir a Constituição, se nós não estamos fazendo durante este mandato?

Por que nós vamos pedir mais um mandato para fazer aqui nos próximos quatro anos, o que fizemos neste? Não verificando o rigor da lei quando da elaboração e da vinda de projetos de lei por parte do Executivo que ferem princípios constitucionais, como no caso desta lei?

Vamos continuar delegando poderes ao Ministério Público, às associações representativas de classe e assim por diante, para que façam o papel que constitucionalmente é nosso?

Vamos continuar delegando poderes a sindicatos representativos dessas inúmeras classes que faltamente ingressarão na Justiça e vão obter êxito, sepultando essa lei?

Ou vamos fazer aqui o nosso papel e vamos votar de acordo com a nossa consciência, de acordo com o Poder Legislativo e aqui faço um apelo ao Líder do Governo, que preserve essa autonomia aos Deputados. O ano que vem quando esses Deputados que hoje votam a favor desse projeto pedirem voto, podem ter certeza, muitos eleitores vão sequer lembrar do dia de hoje, mas, muitos eleitores conscientes e alguns que vão ser conscientizados pelas associações representativas dessas classes, que terão a concorrência da caneta ao concurso público que eles fizeram, fatalmente vão pedir e muitos de nós, porque queremos mais um mandato, se quando tivemos a oportunidade de vigiar a Constituição e de fazer a nossa função, nós não fizemos? Vão nos perguntar por que na data de hoje, Dia do Índio, nós nos calamos, face à vontade....

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

O seu tempo esgotou-se.

Está em votação o requerimento.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSDB) (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, eu gostaria de fazer uma consulta, porque estou autorizado a falar em nome dos Deputados Durval Amaral e Plauto Miró Guimarães, totalizando dez minutos meus, dez do Durval e o Plauto Guimarães, vamos para trinta minutos.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

V. Exa. tem dez minutos para fazer o encaminhamento.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSDB) E

Eu gostaria de fazer o encaminhamento dessa emenda supressiva, do Deputado Rossoni, porque entendo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que o serviço público deve e precisa ser tratado como coisa séria.

Vimos há algum tempo atrás, quando o Ministro Alcení Guerra contratou, em regime de emergência, funcionários públicos temporários no Governo Collor, funcionários na área específica da saúde pública, sanitaristas que iriam trabalhar com as mochilas e as bicicletas. Nós sabemos bem no que deu aquele projeto emergencial, que foi autorizado pelo Presidente da República Fernando Collor de Mello, que autorizou as contratações de emergência.

A proposta do Deputado Rossoni, de emenda supressiva, ao artigo 4º, atender às necessidades relacionadas com a infra-estrutura em serviços públicos de apoio, considerados por fato alheio à vontade administrativa necessárias ao plantio, colheita, armazenamento e distribuição de safra agrícola...

Sr. Presidente, Srs. Deputados, o que é que esse artigo 2º, no inciso 4º diz? Atender às necessidades relacionadas com a infra-estrutura de serviços públicos de apoio, consideradas, por fato alheio à vontade administra-

tiva, necessárias ao plantio, à colheita, armazenamento e distribuição de safra? O que é que tem que ver isso com a contratação de funcionários públicos em regime de urgência? Não posso acreditar que alguém venha votar uma proposta dessa e entender que alguma coisa vá se relacionar com esse artigo 4º, que não tem nada a ver com as necessidades emergenciais do nosso Estado. Suprimir esse artigo, como também suprimir o inciso VII: “atender ao suprimento de pessoal especializado nas áreas de saúde, segurança pública, nas hipóteses previstas em lei complementar”.

Ora, se nós, então, para podermos apressar a contratação na área da saúde e segurança pública de pessoal que sem especialização na área da saúde e da segurança pública, tenhamos que contratar em regime de urgência, de emergência alguém para trabalhar em segurança e saúde, aí estaremos dando a prova da incompetência administrativa do Estado, a falta de competência, de gerenciamento do Estado, porque contratar sem saber se é ou não pessoal especializado para saúde e segurança pública, estamos realmente com o Estado em crise, porque não podemos admitir que para se promover um serviço necessário, tenha que ser em emergência!

O outro inciso, o inciso VIII: “realizar serviços emergenciais em rodovias estaduais, federais e municipais”. Olha, não é nem da competência do Governo do Estado trabalhar em rodovia federal e municipal, Deputado Rossoni. Por delegação, as rodovias devem vir já com a dotação orçamentária prevista, para que, através daquela especificação de convênio, venha a ser cumprida. Então, nunca vi o Estado do Paraná participar de trabalhos realmente em rodovias municipais - em rodovia federal até já vi, mas para privatizá-la e colocar lá os postos de pedágio, conforme foram colocados e que nós estamos vendo que cada vez está ficando mais caro para o povo do Paraná. E não vi, nessas rodovias federais pedagiadas, nenhum funcionário do Governo do Estado do Paraná, trabalhando!

Portanto, essa contratação de pessoal para trabalhar em rodovias federais e rodovias municipais é uma coisa absurda do ponto de vista administrativo e orçamentário. E é por essa razão, Deputado Hermes da Fonseca, que estamos aqui a pedir a supressão desse inciso VIII, do parágrafo 2º, que realmente atenta contra os interesses econômico e financeiro do Estado do Paraná.

Agora, no inciso IX, que também está sendo suprimido na Emenda de Plenário proposta pelo Deputado Rossoni, no inciso IX do artigo 2º, nós temos: “realizar pesquisas estatísticas de campo”. O que é essa pesquisa estatística de campo?

Não sei se aqui será uma pesquisa estatística eleitoral, porque nós vamos ter no ano que vem as eleições e essas pesquisas de campo parece-me que serve mais aos interesses do período eleitoral que se avizinha. De que campo é esse? É o campo rural, o campo agrícola ou é o campo magnético onde nós vivemos?

Deputado Hermes Fonseca, nós queremos a supressão desse inciso IX, porque entendemos que não poderá haver pesquisas de campo. Mas, que campo é esse? Não dá para entender!

E o inciso X: “atividade de vigilância e inspeção relacionada à defesa agropecuária na área da Secretaria do Estado da Agricultura e do Abastecimento”. Ora, se precisarmos desse pessoal emergencial para isso, é a prova que esses dois anos no Governo...

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Está encerrado o encaminhamento de votação. Está em votação o requerimento. Deputados que aprovam, permaneçam como estão. Aprovado.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Sr. presidente, eu requeiro verificação de votação.

O SR. ANTONIO ANIBELLI (PMDB)

Sr. Presidente, eu requeiro chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Esta Mesa defere e fará a chamada nominal com verificação de votação.

Solicito ao Sr. 1º Secretário, Deputado Nereu Moura, que proceda à chamada nominal com verificação de votação.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Nereu Moura**)

Procede à chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Trinta e dois Deputados responderam à chamada.

Deputados que aprovam o requerimento do Deputado Rossoni: Cinco (05) Deputados que rejeitam o requerimento. Vinte e seus (26).

Rejeitado o Requerimento.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Sr. Presidente, quero apenas registrar o voto dos Deputados Traiano, Scarpellini, Barbosa Neto, Reni e Deputado Rossoni, que votaram favoráveis à supressão dos incisos que encaminhamos aqui.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Ainda há um requerimento sobre a mesa, do Deputado Dobrandino da Silva, Líder do Governo, que requer votação em bloco das Emendas da Comissão de Finanças de nºs 1, 2, 3, 4, 6, 8, 9 e 10, apresentadas ao Projeto de Lei Complementar nº 485.

Em votação o requerimento.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, esse requerimento é de autoria do Líder do Governo? (**Assentimento**).

Sr. Presidente, eu tenho mais um requerimento que deve ser votado antes do requerimento do Deputado Líder do Governo, o requerimento de destaque da Emenda nº 2.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Nós estamos votando, neste bloco, as emendas da Comissão de Finanças e neste bloco temos o pedido de destaque de uma emenda. No outro bloco nós temos mais um pedido de destaque de V. Exa.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Sr. Presidente, não quero votar equivocadamente, o que é que estamos votando, qual é o requerimento?

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Estamos votando o requerimento do Deputado Dobrandino que pede votação em bloco das emendas citadas.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Mas aí, Sr. Presidente, veja, a súmula diz: “Requer votação em bloco das emendas da Comissão de Finanças, das Emendas de Plenário e das subemendas.”

Então o meu requerimento fica prejudicado, ele tem que ser votado; prejudica esse. O meu requerimento tem que ser votado antes do requerimento do Deputado Dobrandino.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

V. Exa. pede o destaque para o projeto 01, que não está em votação. Nós estamos colocando em votação o bloco 02, 03, 04, 06, 08, 09 e 10.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Sr. Presidente, está equivocadamente.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Nós não estamos colocando a emenda 01. No outro bloco será votado em primeiro lugar o seu pedido de destaque e depois as emendas.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

O senhor está colocando o meu primeiro. O senhor está colocando primeiro o requerimento do Deputado Dobrandino onde pede 02, 03, 04, 06, 08 e 09?

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Exatamente. E V. Exa. pede a Emenda 01.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Compreendo e não encaminho.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Está em votação o requerimento. **Aprovado.**

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Verificação de votação.

O SR. NEREU MOURA (PMDB)

Sr. Presidente, V. Exa. está colocando qual requerimento para votação?

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Colocamos em votação o requerimento do Deputado Dobrandino, que solicitou votação em bloco das Emendas da Comissão de Finanças nº 02, 03, 04, 06, 08, 09 e 10.

Já está aprovado o requerimento do Deputado Dobrandino.

O SR. NEREU MOURA (PMDB)

Gostaria de encaminhar o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Deputado Valdir Rossoni havia pedido verificação de votação.

O SR. NEREU MOURA (PMDB)

Amparado em qual artigo o Regimento que o senhor está concedendo essa Questão de Ordem do Deputado Rossoni?

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Não estou pedindo Questão de Ordem. É verificação de votação.

O SR. NEREU MOURA (PMDB)

Verificação de votação para quê, se nós não estamos votando? Estou encaminhando o requerimento. Não está colocado em votação, Sr. Presidente.

V. Exa. vai fazer verificação de votação no momento em que for votar.

Vou encaminhar o requerimento.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

O Presidente colocou em votação, foi votado ele deu como aprovado e eu pedi verificação de votação.

O seu encaminhamento chega tarde, Senhor 1º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

A verificação de votação é possível. O Deputado tem o direito.

O SR. NEREU MOURA (PMDB)

Tudo bem, Sr. Presidente, mas eu lhe pedi esclarecimento em relação ao requerimento e V. Exa. me deu a informação e quero encaminhar o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Deputado Rossoni, na verdade o Requerimento já foi votado.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Eu também estou entendendo desta forma.
Só estou pedindo verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

O Deputado Hermas Brandão é quem irá conduzir.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Será feita a verificação de votação.

O SR. NEREU MOURA (PMDB)

Chamada Nominal.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Solicito ao Senhor 1º Secretário que proceda à chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**José Maria Ferreira**)

(Procede à Chamada Nominal)

O SR. NEREU MOURA (PMDB)

Retiro a chamada nominal.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Eu proponho a chamada nominal.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**José Maria Ferreira**)

Trinta Parlamentares.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Sr. Presidente, não! Nós estamos em vinte e nove Deputados em Plenário!

O SR. 1º SECRETÁRIO (**José Maria Ferreira**)

Eu posso conferir.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Faça o favor, Deputado, Não quero duvidar da sua palavra, mas sei que é difícil esta contagem, porque já sentei nessa cadeira honrosamente.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**José Maria Ferreira**)

(Procede nova chamada nominal dos Srs. Deputados).

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Responderam à chamada 30 Srs. Deputados.
Está em votação.

Os Deputados que aprovam o requerimento, permaneçam como estão: **aprovado**, com o voto contrário do Deputado Valdir Rossoni. Está aprovado o requerimento.

Então, conforme requerimento aprovado, vamos à votação em bloco das Emendas da Comissão de Finanças: 02, 03, 04, 06, 08, 09 e 10 ao Projeto de Lei Complementar 485/2004. Essas emendas que serão votadas em

bloco. Os Srs. Deputados que aprovam as emendas, permaneçam como estão: **aprovadas**.

Quero saber se o Deputado Valdir Rossoni quer que conste seu voto contrário a essas emendas?

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (**Pela Ordem**)

Não só meu como do Paraná! Sr. Presidente, foi votado o requerimento?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Foram votadas as emendas.

V. Exa. sabe o respeito que tenho a V. Exa. já foram votadas; até estranhei não haver V. Exa. encaminhado!

Já está decidido, matéria vencida.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Sr. Presidente, quando V. Exa. não presidia a Sessão, coloquei ao Deputado, porque tenho um requerimento de destaque de uma emenda que precisa ser votado. Meu requerimento não foi votado, o requerimento número dois não foi votado! Concordei com a votação de voto em bloco do requerimento do Deputado Dobrandino.

Não há como votar as emendas sem votar o meu requerimento!

O SR. NEREU MOURA (PMDB) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, no momento em que aprovou o requerimento do Deputado Dobrandino, o requerimento do Deputado Rossoni ficou prejudicado. É evidente!

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Se votado o requerimento do Deputado Dobrandino, temos que votar meu requerimento para depois colocar as emendas em votação.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Estamos verificando, Deputado Rossoni.

Deputado Rossoni, as emendas que votamos V. Exa. não pediu destaque.

Gostaria até que V. Exa. viesse aqui para verificar.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Sr. Presidente, não duvido da sua palavra.

O que aconteceu foi que, quando V. Exa. retornou à Presidência da Sessão, estava em processo de votação, porque não havia nem quórum.

Neste momento, quando V. Exa. retornou, nós estávamos em processo de votação do requerimento do Deputado Dobrandino que pedia votação em bloco. Aí V. Exa. colocou em votação. Disse ao Deputado. Disse ao Deputado Pedro Ivo, que presidia a Sessão, que não encaminharia o requerimento, porque eu tinha o meu para ser votado e queria encaminhar. Agora votamos o meu requerimento para depois votar as emendas, conforme requerimento aprovado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

As emendas já foram aprovadas. O requerimento de V. Exa. pedindo destaque para a emenda 2, foi rejeitado. Aí V. Exa. pedia destaque para a emenda 2; foi rejeitado.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

O que não foi votado ainda é meu requerimento de destaque da votação da emenda 2 do projeto.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Esse foi rejeitado aqui, está anotado que está rejeitado aqui. E aí pusemos o requerimento do Deputado Dobrandino em votação, certo, foi votado o requerimento e em seguida foram votadas as emendas.

V. Exa. pode consultar as notas taquigráficas e, posteriormente, também, até o sistema de som.

V. Exa. passou batido.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Não, V. Exa. estava sendo presidido e tive todo o cuidado, vou colocar com toda calma do mundo para que possamos nos entender.

Sr. Presidente, estava na presidência o Deputado Pedro Ivo quando fiz a seguinte questão de ordem.

Sr. Presidente, o meu requerimento será votado antes do requerimento do Deputado Dobrandino ou depois? Eu disse: "Depois". Não, o primeiro requerimento, mas tenho um segundo requerimento, e nós não vamos votar o meu requerimento?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

V. Exa. tem o segundo requerimento que requer destaque para a votação da emenda da Comissão de Finanças 1, que não foi votada neste bloco!

V. Exa. tem!

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Pois é, mas não vão votar o meu requerimento?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

V. Exa. tem aqui o segundo requerimento que requer destaque para a votação da Emenda da Comissão de Finanças nº 1, que não foi votada neste bloco!

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Mas agora não vamos votar o meu segundo requerimento?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Mas agora não vamos votar o meu segundo requerimento?

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Foi até uma falha de comunicação nossa, Presidente. É o cansaço que nos leva a isso.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Antes de darmos continuidade, temos que votar o Requerimento nº 987, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, constante do expediente, solicitando a prorrogação da presente Sessão Ordinária por 02 (duas) horas. **Aprovado.**

Vamos colocar em discussão o requerimento de V. Exa. que pede destaque para a Emenda da Comissão de Finanças nº 01.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Mas é a Emenda de Plenário nº 2.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

A 2 já foi!

V. Exa. já tinha rejeitado. Agora é o requerimento nº 2 da V. Exa., no qual destaque para a emenda da Comissão de Finanças nº 1.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

É isso que estou dizendo: destaque para a emenda nº 1.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Não, V. Exa. está falando da emenda nº 2 agora há pouco. V. Exa. está confundindo emenda com requerimento. A emenda nº 2 foi votada, agora vamos votar a emenda nº 1, que é do requerimento nº 2, de V. Exa.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Só para esclarecer: foi votado o requerimento nº 1, meu?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Foi votado o requerimento e foram votadas as emendas.

O requerimento nº 1, pedia destaque à Emenda 2.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Mas eu tenho mais dois requerimentos, Sr. Presidente!

Como é que foi votada a emenda se estou pedindo destaque para ela?.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Suspendo a Sessão por dois minutos e peço a V. Exa. que venha até aqui para verificar.

Não quero deixar dúvida no ar para V. Exa.

(Suspensa a Sessão por dois minutos)

Reiniciarmos os trabalhos e a palavra está em V. Exa., Deputado Rossoni.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Sr. Presidente, eu me rendo aos seus argumentos.

O Parlamento é bom porque a gente pode discutir as razões.

Acato a sua decisão.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sou filiado ao PSDB. Quando estou na Presidência eu não tenho corpo partidário, nem do PT, nem do PFL, de Partido nenhum. Eu tenho que exercer a presidência da Casa como deve ser feita, tanto é que democraticamente suspendi a Sessão. Se houvesse um erro da minha parte com certeza eu voltaria e faria a correção do erro.

Fiz questão de mostrar para V. Exa. que se procedeu corretamente.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Sr. Presidente, V. Exa. me fez compreender, até porque os seus argumentos tinham toda a razão. A grande verdade é que se criou esse vácuo na alternância da Presidência, mas está entendido. Vamos à votação dos requerimentos.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Agora, para esclarecer o Plenário, há um requerimento do Deputado Dobrandino pedindo a votação em bloco, das emendas da Comissão de Finanças 1, 5 e 7. Das emendas do Plenário e das subemendas da CCJ apresentado ao projeto complementar.

Há o Requerimento nº 959, de autoria dos Deputados Valdir Rossoni, Durval Amaral, Luiz Carlos Martins e Ademar Traiano, constante do expediente, solicitando destaque para discussão e votação da Emenda da Comissão de Finanças nº 01 ao Projeto de Lei nº 485/2004. **Rejeitado.**

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Até para que V. Exa. não vote rapidamente, eu vou encaminhar o Pedido de Destaque.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Nobre Deputado, depois. Há outro requerimento nº 977, de autoria do dos Deputados Valdir Rossoni, Durval Amaral, Barbosa Neto, Ademar Traiano Plauto Miró Guimarães, constante do expediente, solicitando destaque para a votação da Emenda de Plenário nº 01 ao Projeto de Lei nº 485/2004, constante na Ordem do Dia da presente Sessão. **Rejeitado.**

Aqui já separadas as emendas.

Está em discussão o requerimento de V. Exa., Deputado Valdir Rossoni, que pede destaque para votação da Emenda da Comissão de Finanças nº 01, ao Projeto de Lei nº 485/2004.

Está em discussão.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está em votação.

V. Exa. poderá encaminhar.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

É muito cansativo, Sr. Presidente, mas na verdade nós estamos neste requerimento de destaque, para votação da Emenda e gostaria de ter atenção dos meus Pares.

Requerimento de destaque para a votação da Emenda nº 01 do Projeto de Lei nº 485/2004 constante da Ordem do Dia. Na verdade, nós estamos pedindo, eu até acredito, Deputado Dobrandino, que nós poderíamos dar encaminhamento rápido. É uma emenda aditiva, que dispõe sobre a contratação de pessoal por tempo determinado, por atendimento de necessidades temporárias de excepcional interesse público conforme especifica.

No caso dos docentes da Rede Estadual de Ensino, fica assegurada a remuneração, pela titulação de acordo com a tabela de vencimentos fixados. Nós apenas estamos querendo contribuir para o projeto. Esse, nós não estamos colocando contrariamente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Só para informar V. Exa., eu tenho que colocar o seu requerimento agora, depois que V. Exa. acabar de encaminhar, em votação.

Antes de votar o requerimento do Deputado Dobrandino, vou ter outro requerimento de V. Exa. que pede destaque.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

V. Exa. poderá colocar em votação o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está em votação o requerimento do Deputado Valdir Rossoni, devidamente apoiado. **Aprovado.**

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Verificação de votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Será feita a verificação de votação.

Os Deputados que aprovam o requerimento do Deputado Valdir Rossoni, queiram levantar-se.

O SR. NEREU MOURA (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, o requerimento é do Deputado Valdir Rossoni?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Devidamente apoiado, pedindo destaque para votação da Emenda de Comissão de Finanças nº 01.

Os Deputados que aprovam queiram levantar-se.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Estou solitário nesta vida.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Os Deputados que rejeitam, queiram levantar-se. Vinte e oito rejeitam. **Rejeitado.**

Agora em discussão, o segundo requerimento de V. Exa., porque também está incluído, estes que V. Exa. pede destaque, a Emenda de Plenário nº 1 está incluído no requerimento do Deputado Dobrandino, que pede votação em bloco.

Em discussão o requerimento do Deputado Valdir Rossoni, devidamente apoiado, que pede destaque para votação.

V. Exa. encaminhará o requerimento?

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Sr. Presidente, invoco e convido - Por esta razão, eu estou a me debater com os meus equívocos. Nós, no primeiro requerimento, - quando houve aquele encaminhamento - encaminhamos sobre a supressão dos incisos IV, VII, VIII, IX e XI. Nós encaminhamos o primeiro requerimento. Foi votado contrário. Agora é que chegou o requerimento que nós encaminhamos na primeira votação!

Por esta razão, houve um grande equívoco da nossa parte e até da Mesa, porque nós encaminhamos para suprir estes incisos no primeiro requerimento. E agora, na verdade, que é o requerimento que nós vamos votar.

Então, nós vamos votar o requerimento, mas tenho agora que encaminhar novamente o que nós já encaminhamos, por equívoco.

Eu gostaria da atenção dos Srs. Deputados, porque o Deputado Traiano, o Deputado Barbosa, o Deputado Reni, o Deputado Plauto, nós vamos voltar a encaminhar - já está correndo meu tempo desde antigamente - votar o seguinte: estamos pedindo - para tentar ser didático e lembrar meus tempos de professor de matemática - a supressão dos artigos 4º, 7º, 8º e 12.

É o requerimento que está colocado em votação.

Por esta razão, Sr. Presidente, não estou conseguindo entender.

Só não quero votar...

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Eu estou colocando da forma que tenho em mãos, os requerimentos.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

V. Exa. poderia fazer a leitura do requerimento? Porque senão, a votação está nula! Nós fizemos tudo errado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Requer destaque e votação de emenda de Plenário nº 1, do Projeto de Lei nº 485. Existe Emenda de Plenário e Emenda da Comissão de Finanças, nobre Deputado.

Não queremos deixar dúvidas.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Vou colocar aqui minha posição. Infelizmente houve equívoco da parte da Mesa no seguinte sentido. Quando votamos o meu primeiro requerimento, encaminhamos uma questão e foi votada outra.

Por esta razão, não há motivos para encaminhar mais nada. Encaminhamos aqui por mais de trinta minutos um requerimento que não era o que estávamos encaminhando. Misturou-se os requerimentos.

Gostaria de deixar, não um protesto, mas um alerta: não podemos encaminhar aqui cinco Parlamentares em cinco minutos, pensando que estamos votando um requerimento e depois é votado outro requerimento. Foi isso que aconteceu.

Rendo-me ao equívoco, mas não foi dos Deputados da Oposição. Fomos induzidos ao erro.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está em votação o requerimento do Deputado Valdir Rossoni. Aprovado.

O SR. NEREU MOURA (PMDB)

Verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Os Deputados que aprovam o requerimento do Deputado Valdir Rossoni, queiram levantar-se. **Está Rejeitado.**

Em votação o requerimento do Deputado Dobrandino da Silva (**Lê requerimento**). Aprovado.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Deputados que aprovam o requerimento queiram levantar-se. **Aprovado.**

Vamos votar agora em bloco, as Emendas da Comissão de Finanças nº 01, 05 e 07, as Emendas de Plenário e a Subemenda da CCJ.

Está em discussão.

Em votação.

Deputados que aprovam, permaneçam como estão. **Aprovadas.**

O SR. NEREU MOURA (PMDB)

Verificação de votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Será feita a verificação de votação.

Deputados que aprovam, queiram levantar-se.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, está havendo um equívoco e aqui, neste momento, há algumas divergências.

Gostaria que V. Exa. colocasse, novamente, esta questão, porque o pessoal está todo perdido com essa confusão.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Bom, a Presidência não tem que orientar como se vota. Quem tem é...

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

O que estamos votando, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Já li diversas vezes, em todo caso, volto a ler o que está em votação: votação em bloco das Emendas da Comissão de Finanças nº 01, 05 e 07; Emendas de Plenário e da Subemenda da CCJ apresentada ao Projeto de Lei Complementar nº 485/2004.

Em votação...

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

De quem é o requerimento, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

O requerimento já foi aprovado, é do Deputado Dobrandino.

Já estamos em processo de votação das emendas.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Então, posso encaminhar?

(**Assentimento**)

Sr. Presidente, tem gente tão perdida aqui no Plenário que até eu me perdi junto, Sr. Presidente, a votação em bloco das emendas - aí veja o erro que estamos cometendo nesta votação - não é permitida e aí eu invoco o Artigo 170 do Regimento Interno porque não há similaridade nas emendas, Sr. Presidente. Então, você só pode aglutinar ou votar junto as emendas quando tratam do mesmo assunto, e estamos votando em bloco emendas que não tratam da mesma questão.

Está me faltando força, precisava tomar Biotônico para agüentar, mas, na verdade, estamos cometendo um erro terrível, neste momento, ao votarmos dessa maneira, em bloco.

Encaminho, peço, mas infelizmente esse processo de votação foi super tumultuado, equivocado; encaminhamos requerimento que não era para ser encaminhado, votamos requerimento que não foi encaminhado. Na verdade, se formos buscar as notas taquigráficas, esta votação vai ser nula.

Peço aos assessores, que estão aqui, educadamente, que quando o Deputado fala, está falando aos Parlamentares.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Tenho sempre tido essa preocupação. Assessores, aqui, têm que falar só com o Deputado, não é para se dirigir a outros Deputados, senão, vou ter que tomar uma

medida drástica e não deixar mais entrar assessores no Plenário. É a última vez que espero chamar a atenção dos assessores. Assessor não é Deputado. Quer ser Deputado, vai disputar voto.

Estão em votação as Emendas da Comissão de Finanças nºs 01, 05 e 07, as Emendas de Plenário e a Subemenda da CCJ apresentada ao Projeto de Lei Complementar nº 485/2004. Em votação.

Srs. Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Rejeitadas.**

Redação Final

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 189/2004, de autoria do Deputado Mauro Moraes, que proíbe a cobrança de taxa bancária para o pagamento de aluguel por parte das administradoras de imóveis situadas no Estado do Paraná. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 189/2004
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Proíbe a cobrança de taxa bancária para o pagamento de aluguel por parte das administradoras de imóveis situadas no Estado do Paraná.

§ 1º É vedada a estipulação em contrato dessa taxa.

§ 2º Nos contratos que já possuam essas cláusulas, as mesmas serão nulas.

Art. 2º A administradora de imóvel que não cumprir a presente norma estará sujeita à sanção de 5.000 (cinco mil) UFIR's/PR; em caso de reincidência a multa será dobrada.

Art. 3º As instituições terão prazo de 60 (sessenta) dias para se adequarem à presente norma.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 14.04.2005.

(a) CESAR SELEME - Presidente e Relator

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 447/2004, de autoria do Deputado Mauro Moraes, que institui o Dia do Frentista no Estado do Paraná. **Aprovado. (Publ. no DA nº 112/2004, de 20.11.2004).**

Em discussão. Emenda a discussão. Em votação. Deputados que aprovam, permaneçam como estão. **Aprovado.**

O SR. ANTONIO ANIBELLI

Verificação de Votação.

O SR. NEREU MOURA

Qual projeto, senhor presidente? Está em redação final, não tem como...

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Há um equívoco. Nós não podemos rejeitar projeto em redação final. Retira. Vou voltar novamente à votação do Projeto.

Está em votação o item 03 Redação Final do Projeto de Lei 447/2004, de autoria do Deputado Mauro Moraes. Deputados que aprovam, permaneçam como estão. **Aprovado.**

ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 054/2005, de autoria do Deputado Chico Noroeste, que declara de Utilidade Pública o ITAI - Instituto de Tecnologia em Automação e Informática, com sede e foro no Município de Foz do Iguaçu. **Aprovado. (Publ. no DA nº 007/2005, de 01.03.2005).**

ITEM 05

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 066/2005, de autoria do Deputado Pastor Edson Praczyk, que declara de Utilidade Pública a Associação Bibi Meirelles - Lar Mãe de Misericórdia, com sede e foro no Município de Campo Largo. **Aprovado. (Publ. no DA nº 009/2005, de 07.03.2005).**

ITEM 06

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 079/2005, de autoria do Deputado Padre Paulo Campos, que declara de Utilidade Pública a Associação de Desenvolvimento Comunitário de São Manoel, com sede e foro no Município de Santa Maria do Oeste. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 079/2005
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Desenvolvimento Comunitário de São Manoel, com sede no Município de Santa Maria do Oeste e foro no Município de Pitanga.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 14.04.2005.

(a) CESAR SELEME
Presidente e Relator

ITEM 07

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 084/2005, de autoria do Deputado Chico Noroeste, que declara de Utilidade Pública a Abesti Associação Beneficente e Evan-

gética da Santa Terezinha de Itaipu, com sede e foro no Município de Santa Terezinha de Itaipu. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 084/2005
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Beneficente Evangélica, com sede no Município de Santa Terezinha e foro no Município de Foz do Iguaçu.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 14.04.2005.

(a) CESAR SELEME - Presidente e Relator

2ª Discussão

ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 050/2005, de autoria do Deputado Natálio Stica, que dispõe sobre alterações à Legislação do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS nas operações interestaduais com mercadorias destinadas a empresas de construção civil. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 107/2005, de autoria do Deputado Ratinho Júnior, que declara de Utilidade Pública o Grupo Pão da Vida, com sede e foro em Ubitatã. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

1ª Discussão

ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 040/2005, de autoria dos Deputados Natálio Stica e Hermas Brandão, que dispõe sobre a cassação da inscrição no cadastro de contribuintes do ICMS, do estabelecimento que comercializa, na forma específica, combustíveis em desacordo com o órgão regulador competente (Combustível adulterado), conforme especifica. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E CAIC. COM EMENDA DA CF. **Aprovado. (Publ. no DA nº 003/2005, de 22.03.2005).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETOS DE LEI Nºs 040/ E 074/2005

P A R E C E R :

Relatório

Os projetos de lei, de autoria dos Exmos. Deputados Natálio Stica e Elton Carlos Welter,

anexados conforme requerimento aprovado em plenário em 14.03.2005, dispõem sobre a cassação da inscrição no cadastro de contribuintes do ICMS, do estabelecimento que comercializar, na forma específica, combustíveis em desacordo com o Órgão Regular competente (combustível adulterado), na hipótese que especifica.

Fundamentação

Mais do que necessário é urgente que medidas como esta sejam tomadas no sentido de coibir a comercialização de combustível adulterado, uma vez que tal prática é crescente, importando em lesão aos consumidores, constituindo-se crime, ante a sua absoluta ilegalidade.

Desse modo, os referidos projetos de lei, analisados de forma conjunta, tem por fim criar condições e meios para que o Poder Público possa combater esta prática ilegal e prejudicial à sociedade como um todo.

Conclusão

Desse modo, somos favorável ao projeto de lei na forma proposta.

Sala das Comissões, em 22.03.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
BARBOSA NETO - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETOS DE LEI NºS 040 e 074/2005

P A R E C E R :

A competência da Comissão de Finanças está prevista no parágrafo 3º do artigo 33 do Novo Regimento da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná:

“À Comissão de Finanças compete manifestar-se sobre todas as Proposições, inclusive de outras Comissões, que concorram para aumentar ou diminuir despesa pública; sobre atividades financeiras do Estado; matéria tributária; empréstimos públicos; fixar, em cada legislatura, para ter vigência na subsequente, a remuneração dos Deputados; fixar para cada exercício financeiro a remuneração do Governador, Vice-Governador do Estado e Secretários de Estado; e submeter previamente à Comissão de Fiscalização os processos referentes à Lei nº 8358, de 5 de novembro de 1986”.

Ambos os projetos foram reunidos por decisão da CCJ que atendeu ao previsto no artigo 120 do Regimento Interno.

“Art. 120 Poderá a Assembléia decidir, a requerimento de qualquer Deputado, que determina proposição seja juntada a outra, a fim de que ambas, merecendo pareceres das Comissões Permanentes competentes, sejam, pela sua analogia ou similitude, transformadas numa só.”

No caso em tela trata-se de proposições idênticas e não há outra solução a não ser votá-las em conjunto.

A CCJ manifestou-se pela tramitação regimental, pois presentes os requisitos materiais e formais de admissibilidade.

É no mesmo sentido o voto desta Comissão, pois, inegavelmente, o projeto visa proteger os consumidores e

a livre concorrência com base na lealdade, respeito à lei e à boa-fé, que deve orientar as relações de consumo.

O combate à adulteração de combustíveis deve ser constante atuação do Estado e o projeto em tela cria importante instrumento para o controle estatal.

O parecer é favorável à tramitação da proposição, pois presentes os requisitos formais e legais no tocante à competência desta Comissão.

O projeto seguirá sua tramitação acrescido da emenda aditiva que atendeu à solicitação do autor, Deputado Elton Carlos Welter, e se encontra em anexo.

Sala das Comissões, em 06.04.2005.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente
TADEU VENERI - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
EMENDA ADITIVA AO
PROJETO DE LEI Nº 040/2005

Adite-se o seguinte artigo 4º, renumerando-se os demais:

“Art. 4º Será obrigatória a afixação de placas identificatória da empresa distribuidora de combustível com seu respectivo endereço, telefone e CNPJ na bomba de combustível e no caminhão-tanque distribuidor, em local de fácil visibilidade, assim como do agente fiscalizador responsável pela averiguação da qualidade do combustível comercializado pelo posto revendedor.”

Sala das Comissões, em 06.04.2005.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente
TADEU VENERI - Relator

COMISSÃO DE AGRICULTURA,
INDÚSTRIA E COMÉRCIO
PROJETOS DE LEI Nºs 040/ E 074/2005

P A R E C E R :

Relatório

Os projetos de lei, de autoria dos Exmos. Deputados Natálio Stica e Elton Carlos Welter, têm como proposta dispor sobre a cassação da inscrição no cadastro de contribuintes do ICMS, do estabelecimento que comercializar, na forma específica, combustíveis em desacordo com o Órgão Regular competente (combustível adulterado).

Na justificativa os autores dizem que a medida ora proposta consubstancia coibir a comercialização de combustível adulterado, em virtude da constatação do crescente aumento dessa prática ilegal, que importa lesão às relações de consumo, constitui crime contra ordem econômica, implica evasão fiscal, bem como, gera concorrência desleal com os contribuintes que desenvolvem regularmente suas atividades comerciais.

Da Fundamentação do Parecer

Quanto aos aspectos constitucionais e financeiros, as Comissões de Constituição e Justiça e Finanças já se posicionaram. Com relação ao mérito da matéria ora pro-

posta, sobre o qual deve esta Comissão se manifestar, nada temos a opor, apenas colaborar com mais um instrumento para que o Estado do Paraná combata esta prática ilegal.

Conclusão

Assim, chamada esta relatoria a se manifestar, nosso parecer é favorável a este projeto de lei.

Sala das Comissões, em 11.04.2005.

(aa) LUCIANA RAFAGNIN - Presidente
CESAR SELEME - Relator

ITEM 11

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 109/2005, de autoria do Deputado Nereu Moura, que declara de Utilidade Pública o Lions Clube de Nova Aurora, com sede e foro no Município de Nova Aurora. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 012/2005, de 15.03.2005).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 109/2005

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela de autoria do Deputado Nereu Moura, declara de Utilidade Pública o Lions Clube de Nova Aurora, com sede e foro no Município de Nova Aurora.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, somos de parecer favorável na forma da emenda substitutiva geral anexa, para melhor adequá-lo às normas legislativas.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 05.04.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

EMENDA SUBSTITUTIVA AO PROJETO DE LEI Nº 109/2005

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública o Lions Clube de Nova Aurora, com sede e foro no Município de Nova Aurora, com sede no Município de Nova Aurora e foro no Município de Formosa do Oeste.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 05.04.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Sobre a Mesa, Requerimento nº 891 de autoria do Deputado Ângelo Vanhoni, constante do expediente. Em Discussão.

O SR. NEREU MOURA (Pela Ordem)

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 892, de autoria do Deputado Pastor Edson Praczyk, constante do expediente. **Em Discussão.**

O SR. NEREU MOURA (Pela Ordem)

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do Artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 906, de autoria do Deputado Barbosa Neto, constante do expediente. **Em Discussão.**

O SR. NEREU MOURA (Pela Ordem)

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do Artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 915, de autoria dos Deputados Renato Gaúcho, José Maria Ferreira, Marcos Isfer e demais Deputados, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Com voto contrário dos Deputados Antônio Anibelli e Artagão Júnior.

O SR. BARBOSA NETO (PDT) (Pela Ordem)

Sr. Presidente.

Eu gostaria de solicitar aqui aos Deputados que integram a Bancada que dá sustentação ao Governo, se houver alguma mudança na determinação que o próprio Governador do Estado, através do Decreto 253 e 29 de janeiro de 2003 e publicado no Diário Oficial da União, no dia 29 do mesmo ano, decretava que aos órgãos da administração direta e indireta estadual, fica determinado atendimento de informações formuladas por Parlamentares, no prazo de cinco dias, independentemente, de terem sido submetidos à apreciação da Mesa respectiva desta Casa.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (Pela Ordem)

Sr. Presidente.

Esclarecer ao Deputado Barbosa Neto que esse procedimento procede. Tanto é, que o senhor acabou de ler que não precisa passar no plenário. É só fazer o pedido sem passar no plenário, que os órgãos têm cinco dias para responder.

O SR. BARBOSA NETO (PDT) (Pela Ordem)

Deputado Jocelito Canto, acho que esta Casa merece ser respeitada.

Este Deputado, como todos aqui, também têm o mesmo peso, são todos membros de uma Assembléia Legislativa, de um Poder Legislativo. Se qualquer outro

dos Deputados fizesse o questionamento que V. Exa. faz a este Deputado, eu compreenderia, menos V. Exa. que durante a maioria da sua atuação, junto comigo nesta Casa, foi o mais ferrenho crítico ao Governo que aí está, principalmente em defesa dos Parlamentares e do nosso direito constituído.

Lamentavelmente, não posso aceitar esse tipo de consideração, já que existe aqui um decreto que não precisa passar pela Mesa, mas pode ser encaminhado através da Assembléia. É isso que procuramos fazer pelos requerimentos. Não é ofensivo, é apenas solicitando informações do governo. Havia um acordo que está sendo desrespeitado neste momento.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Sr. Presidente, só queria esclarecer ao Deputado Barbosa Neto.

Deputado Barbosa Neto, não quis lhe ofender, quis esclarecer que não precisa passar no plenário.

V. Exa. está cansado, em razão do adiantado da hora! É só mandar o ofício, de acordo com a deliberação do Governador, que não precisa passar pelo plenário.

Não quis lhe atacar em nada!

O SR. NEREU MOURA (PMDB)

Sr. Presidente.

Acredito que o Deputado Barbosa Neto ainda não se familiarizou com o Regimento Interno. Nós não estamos rejeitando o requerimento dele, apenas pedimos para discutir e não dissemos que vamos rejeitar. Nós vamos ter a Sessão que vem, para aprovar o requerimento do Deputado Barbosa Neto.

Então, não sei por que a reclamação do Deputado, uma vez que não tem nenhuma justificativa.

O SR. BARBOSA NETO (PDT)

Apenas para colocar que eu não sei se até lá o Luiz Fernando Delazari continuará como Secretário, sendo um Governo sério, com essas denúncias.

O SR. NEREU MOURA (PMDB)

A não ser que o Deputado Barbosa exonere o Secretário da Segurança Pública do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está encerrada a discussão sobre esse assunto.

Com a palavra o Deputado Valdir Rossoni.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Sr. Presidente, é uma questão até de coerência para aprendermos no Paraná que o que nós falamos tem que ser honrado. Vejam os senhores como o Deputado Barbosa tem toda razão. Quando o Deputado Nereu, regimentalmente correto, pede para discutir, nós estamos na terça-feira, amanhã não teremos Sessão e é quarta, quinta, sexta, sábado e domingo. O que acontece?

Esse requerimento tem adiada a sua votação, vai ser votado apenas na segunda-feira. Ao ver votado segunda-feira, o decreto do Governador não está sendo respeitado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Quero informar a V. Exa. que o requerimento será colocado em votação ainda hoje, na segunda Sessão.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Aí me rendo aos argumentos.

O SR. NEREU MOURA (PMDB)

Eu poderia falar em coerência, Sr. Presidente, mas vou me reservar ao direito de não falar.

Requerimento nº 919, de autoria do Deputado José Domingos Scarpellini, constante do expediente. **Em Discussão.**

O SR. NEREU MOURA (**Pela Ordem**)

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do Artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 923, de autoria do Deputado Barbosa Neto, constante do expediente. **Em Discussão.**

O SR. NEREU MOURA (**Pela Ordem**)

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do Artigo 155, do Regimento Interno.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Sr. Presidente, Questão de Ordem.

Sr. Presidente, não quero também entrar na questão da coerência, mas gostaria que V. Exa, pela autoridade que exerce por ser Presidente desta Casa - é apenas um pedido que faço, um apelo - que pedisse ao Governador que revogasse o seu decreto, porque, Sr. Presidente, o decreto não está sendo respeitado e aqui está nossa assessoria, que pode acenar apenas com a cabeça.

Quantos requerimentos que ainda não foram respondidos, em nome da coerência, pediria a V. Exa. que revogasse esse decreto, para que isso não fosse usado mais aqui nesta Casa, para que não irritasse os Deputados do Governo, porque o decreto não tem validade, a palavra do Governador não vale. O que vale, na verdade são atitudes, e a atitude do Governador de baixar o decreto não está sendo respeitada pelo seu Governo.

Era isso, Sr. Presidente!

O SR. ELTON CARLOS WELTER (PT) (**Questão de Ordem**)

Sr. Presidente.

Quero registrar neste plenário a presença do Prefeito Eugênio Bittencourt, de Nova Laranjeiras, e também registrar a ausência da Deputada Luciana Rafagnin, que foi a Beltrão em função do falecimento do ex-Prefeito.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Fica registrado.

O SR. ANTÔNIO ANIBELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, eu solicito a V. Exa, que, como o Deputado Rossoni rasgou o decreto e a questão de educação dele é de foro íntimo, mas que o Deputado Rossoni não requeira mais pedido de informação, porque será incoerente de sua parte.

Já que V. Exa. rasgou o decreto, não solicite mais. Peça para alguém da sua Liderança assinar, porque senão, ficaria difícil para nós aprovarmos um requerimento seu.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, eu passo a responder ao Deputado Antônio Anibelli e pediria ao Parlamentar, que é muito inteligente, que não confunda “alhos com bugalhos”.

O que eu disse aqui é que o decreto do Governador não está tendo validade, Deputado Anibelli, até em respeito ao Governador, porque se ele baixa um decreto, é porque tem que ser respeitado! E, infelizmente, o seu Governo não está respeitando!

Então, eu continuo com a minha prerrogativa de fazer aqui requerimentos, mas estou alertando o Governador que o seu Governo não está respeitando o seu decreto.

Nada de ofensivo, respeitosamente, estou até, acredito, salvaguardando a autoridade do Governador.

O SR. NATÁLIO STICA (PT) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, eu gostaria de dizer ao Deputado Valdir Rossoni que o exercício da democracia às vezes se torna difícil, mas, nós do bloco de apoio ao Governo, ficamos aqui calados, vendo o senhor exercer o seu direito de Líder da Oposição de encaminhar a obstrução em todos os pontos que o Regimento lhe permitia. E nós, até agora, aqui, esperando.

Agora invocando o Regimento, foi feito apenas um pedido para discutir, o Regimento nos permite, e vota-se na segunda Sessão.

Portanto, não é motivo para rasgar aqui, em protesto, um decreto que está valendo, sim, porque tem autorização do Governador.

O exercício da democracia é difícil, mas é bom para o bom andamento dos trabalhos nesta Casa.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (**Pela Ordem**)

Talvez, Deputado Stica, não tenha compreendido e eu não me fiz entender. O que eu disse aqui, Deputado Stica - não argumentei contra o posicionamento do Deputado Nereu Moura, é um direito regimental de poder pedir para discutir o requerimento - o que eu disse e comprovo com documento é que o decreto do Governador não está sendo respeitado. Apenas isso.

O SR. ANTONIO ANIBELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)

V. Exa. disse Sr. Presidente, que estava respeitosamente. E respeitosamente V. Exa. rasgou. Eu assisti uma vez um Deputado Federal rasgar a Constituição e teve ameaçado o seu mandato, o seu mandato cassado por falta de decoro Parlamentar. Rasgar um decreto, ainda bem que não tem televisão mostrando, porque é falta de respeito.

Desculpe-me Deputado Rossoni, com respeito, não se rasga.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está encerrada a discussão deste assunto. Peço a compreensão dos Srs. Parlamentares para que possamos dar continuidade à Sessão.

Requerimentos nºs 888 e 916, de autoria do Deputado Marcos Isfer, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 889 e 890, de autoria do Deputado Ângelo Vanhoni, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 893, de autoria do Deputado Pastor Edson Praczyk, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 894, de autoria do Deputado Ademir Bier, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 898, 941 e 986, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 900, 982, 983 e 984, de autoria do Deputado Padre Paulo Campos, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 903 a 905, 950 e 951, de autoria do Deputado Barbosa Neto, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 907, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 908, 909, 972 e 973, de autoria do Deputado Cesar Seleme, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 924 e 930, de autoria do Deputado André Vargas, com apoio dos Deputados Marcos Isfer, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 925, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, constante do expediente, **Aprovado**. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 928, 929, 981 e 981-A, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, constantes do expediente. **Prejudicados**.

Requerimentos nºs 931 a 940, de autoria do Deputado Nelson Garica, constantes do expediente. **Aprovados**. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 944 e 970, de autoria da Deputada Cida Borghetti, constantes do expediente. **Aprovados**. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 952, de autoria do Deputado Hermes Fonseca, constante do expediente. **Aprovado**. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 955, de autoria do Deputado André Vargas, constante do expediente. **Aprovado**. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 958, de autoria dos Deputados Valdir Rossoni, Durval Amaral, Luiz Carlos Martins e Ademar Traiano, constante do expediente. **Retirado pelo autor**.

Requerimentos nºs 960 a 969, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados**. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 971, de autoria do Deputado Francisco Bühner, constante do expediente. **Aprovado**. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 975, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, constante do expediente. **Aprovado**. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 976 e 979, de autoria do Deputado Ademar Traiano, constantes do expediente. **Aprovados**. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 980, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, constante do expediente. **Aprovado**. À Diretoria Legislativa.

Ordem do Dia da próxima Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para logo após o término da presente, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nº 032 e 033/2005.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 040 e 109/2005.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 292/2004, 008 e 052/2005;

DISCUSSÃO ÚNICA - das Indicações nºs 009 e 010/2005.

Levanta-se a Sessão.